



Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Programa de Pós-Graduação em Sociologia



JUCIANE DE GREGORI

ENTRE O CASULO E A BORBOLETA:
Olhares acerca da *transfobia* nas relações afetivas

João Pessoa - Paraíba
2019

JUCIANE DE GREGORI

**ENTRE O CASULO E A BORBOLETA:
Olhares acerca da *transfobia* nas relações afetivas**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de mestra, pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal da Paraíba – UFPB.

Orientadora: Marcela Zamboni Lucena

João Pessoa - Paraíba

2019

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

G821e Gregori, Juciane de.

ENTRE O CASULO E A BORBOLETA: Olhares acerca da
transfobia nas relações afetivas / Juciane de Gregori.

- João Pessoa, 2019.

167 f.

Orientação: Marcela Zamboni.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Performatividades. 2. Heteronormatividade. 3.
Transfobia. 4. Relações Afetivas. I. Zamboni, Marcela.
II. Título.

UFPB/BC

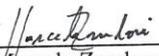
JUCIANE DE GREGORI

**“Entre o casulo e a borboleta”:
Olhares acerca da *transfobia* nas relações afetivas**

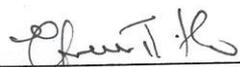
Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de mestra, pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal da Paraíba – UFPB.

João Pessoa, 25 de fevereiro de 2019.

BANCA EXAMINADORA


Orientadora: Prof. Dr^a. Marcela Zamboni Lucena
Universidade Federal da Paraíba – UFPB


Banca: Prof^a. Dr^a. Mônica Franch
Universidade Federal da Paraíba - UFPB


Banca: Prof^a. Dr. Roberto Cordoville Efrem de Lima Filho
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

*Ai como eu quero viver no plural
Este singular, pior que mal
Cavaleiro ignoto na eternidade
Exílio nos mares da minha saudade*

*Ignorar em mim a maior solidão
Mesmo na rua sem teto nem chão
Enganar o espelho com retratos de mim
Não tenham certezas, eu não sou assim*

*Achado no espaço
Esquecido pelo mundo
Não tenho cansaço
Sou eco profundo
Quero ser plural, crescente, minguante
Viver num segundo o eterno instante.*

*Nascer larva, morrer borboleta
Lagarta crisálida de cor violeta
Ser águia luar com mãos de veludo
Desta saudade de nunca, ser tudo.*

(A Naífa - Imenso)

AGRADECIMENTOS

Às pessoas trans, de modo especial, por terem compartilhado suas histórias e terem protagonizado a direção deste trabalho, demonstrando, através das suas vozes e experiências, inspirações potentes de sabedoria, resistência e superação.

À minha mãe, Ivete, e ao meu pai, Nelson, por me darem a vida, por sempre me darem força e me incentivarem para que eu nunca desistisse dos meus sonhos, por todo apoio que me dá base e mantém minha esperança mesmo em meio às dificuldades.

À minha pequena e grande companheira, Lúna, por representar um elo com o que há de melhor em mim, transformando e expandindo diariamente o amor em suas múltiplas formas. Ao meu companheiro de vida, Marcelo, pela amorosidade, cumplicidade e compreensão, por compartilhar os sabores e dividir os dissabores que a responsabilidade nos traz. Sem vocês eu não teria conseguido!

A todas as pessoas que se traduzem, no sentido real, o que entendo por família, através de laços não só de sangue, mas também de amizades, irmandades, companheirismos e coletividades, sem as quais não há sentido de ser.

À minha orientadora, Marcela, por ter me recebido no Programa e por termos construído um vínculo não só acadêmico, mas também afetivo, o qual me impulsiona a seguir caminhando e aprendendo. Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, aos colegas de curso e ao Grupo de Relações Afetivas e Violência (GRAV). À banca examinadora, Mônica e Roberto, por contribuírem com seus amplos conhecimentos.

Ao Espaço LGBT, pela parceria através de sua equipe profissional e pela disponibilidade deste equipamento tão importante, o qual oportuniza a efetivação deste e de tantos outros estudos, projetos e ações.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), órgão de fomento que garantiu as condições materiais para a realização dessa pesquisa e por representar um papel educacional e social primordial para a sociedade brasileira.

Ao Fórum de Mulheres em Luta da UFPB, por ter se aliado nesse processo como elemento de fortalecimento, acolhimento e crescimento, através da luta de mulheres que resistem enfrentando as violências que perpassam a universidade.

RESUMO

Este estudo tem o escopo de questionar a exigência da linearidade sem fissuras entre a construção das performatividades plurais e a heteronormatividade, assumindo como objetivo geral analisar a dinâmica social da *transfobia* enquanto violência ocorrida no contexto das relações afetivas intrafamiliares e amorosas. Buscando fluidez entre os aspectos teóricos, metodológicos, técnicos e éticos, esta investigação de cunho qualitativo ancorou-se predominantemente em referências teóricas *queer* e, aprofundando a discussão com base na literatura de Judith Butler, utiliza-se de materiais interdisciplinares de pesquisas locais que elaboram leituras consonantes com estas teorias a partir de realidades dissidentes específicas do Brasil. Tendo como campo para desenvolver o levantamento de dados o Centro Estadual de Referência dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros (LGBT) e enfrentamento à homofobia da Paraíba (Espaço LGBT), foram realizadas rodas de diálogos, com enfoque na pesquisa participante. Considera-se que a dinâmica de afetividade das lógicas *cisnormativas* se encontra com a violência transfóbica e perpetra em uma diversidade de performatividades e de laços relacionais. Assim, a *transfobia*, enquanto sistema sobreposto a violências múltiplas, concretiza-se por um espectro de formas, com amplitudes e intensidades plurifacetadas. Diante de tais situações, pessoas trans se fortalecem e se reinventam, fomentando reivindicações com um conjunto de intervenções e enfrentamento. Evidenciando o caráter do protagonismo trans, o qual contrapõe a subalternidade imposta, busca-se contribuir na abertura de possibilidades que tracem caminhos comprometidos com um fazer acadêmico e um saber sociológico voltado para o (in)visível, para aquilo que não quer ser dito, mas todo o tempo ecoa nas relações: vidas trans (r)existem!

Palavras-chave: Performatividades. Heteronormatividade. *Transfobia*. Relações Afetivas.

BETWEEN THE COCOON AND THE BUTTERFLY: Points of views regarding transphobia in affective relationships

ABSTRACT

This study aims to question the requirement of linearity without loopholes between the construction of plural performativity and heteronormativity, its overall goal being to analyse the social dynamics of transphobia as violence perpetrated in the context of romantic and family relationships. Seeking fluidity between theoretical, methodological, technical and ethical aspects, this research is qualitative-based, is founded predominantly in queer theoretical references, and expands the discussion based on the literature of Judith Butler; it uses interdisciplinary material, which produces readings consistent with these theories from nonconformist realities specific to Brazil. Having as a field to develop data collection the State Centre of Reference for the rights of lesbians, gays, bisexuals and transgender people (LGBT) and the confrontation of homophobia of Paraíba (LGBT Space), dialogue circles were carried out, focusing on the participating research. It is considered that the dynamics of affectivity of cisnormative logics meet with transphobic violence and perpetuate a diversity of performativities and relational ties. Thus, transphobia, as a superimposed system on multiple violence, is realised by a spectrum of forms, with multi-faceted amplitudes and intensities. In the face of such situations, trans people become stronger and reinvent themselves, fostering claims with a set of interventions and confrontation. Highlighting the character of trans protagonism, which counteracts imposed subalternism, this research seeks to contribute in the opening of possibilities that trace paths committed to an academic doing and a sociological knowledge focused on the (in)visible, for what does not want to be said, but echoes all the time in relationships: trans lives exist - (resist)!

Keywords: Performativities. Heteronormativity. Transphobia. Affective Relationships.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Ambulatório TT -	Ambulatório de Saúde Integral para Travestis e Transexuais da Paraíba
BPC -	Benefício de Prestação Continuada
CAPS-Ad -	Centro de Atenção Psicossocial para tratamento de usuários de álcool e outras drogas
ESPAÇO LGBT -	Centro Estadual de Referência dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros e enfrentamento à homofobia da Paraíba
HU -	Hospital Universitário
IML -	Instituto Médico Legal
LGBT -	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais
PF -	Polícia Federal
PSF -	Programa de Saúde da Família
SEMDH-PB -	Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana do Estado da Paraíba

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	10
CAPÍTULO 1 – CAMINHOS E SABERES: CONSIDERAÇÕES PARA COMPREENDER A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA	19
CAPÍTULO 2 – SOBRE “NASCER LAGARTA E (TRANS)FORMAR-SE BORBOLETA”	41
2.1 PERFORMATIVIDADES PLURAIS E AS RELAÇÕES AFETIVAS HETERONORMATIVAS.....	45
CAPÍTULO 3 – SAINDO DO CASULO E OS DESAFIOS PARA VOAR	55
3.1 <i>TRANSFOBIA</i> NO CONTEXTO AFETIVO INTRAFAMILIAR.....	61
3.2 <i>TRANSFOBIA</i> NO CONTEXTO AFETIVO AMOROSO	86
3.3 ENTENDENDO A <i>TRANSFOBIA</i> COMO UMA FORMA DE VIOLÊNCIA MÚLTIPLA.....	103
CAPÍTULO 4 – SER-TRANS E (R)EXISTIR: REFLEXÕES SOBRE AS FORMAS DE ENFRENTAMENTO À <i>TRANSFOBIA</i> NAS RELAÇÕES AFETIVAS	122
CONCLUSÕES	138
REFERÊNCIAS	147
ANEXOS	152

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No desafio da escrita e na emergência do entendimento, transformar o dado da experiência em argumento e teorização. Trans-formar teoria-argumento-ação. Trans-formação. Trans-forma-ação. Gênero, sexualidade e suas perfurações em um sistema forjado de relações. O resíduo da violência e o eco da exclusão. Identidades rizomáticas, corpos dissidentes, recortados em um espaço de não-naturalização e (des)construção. A tentativa de ampliar a visão sem esgotar as possibilidades para novos campos de enfrentamento e reflexão.

Este estudo, ao abrir questões sobre a exigência da linearidade sem fissuras entre sexo genital e performatização de gênero, pautado no que Butler (2003) nomeou como heteronormatividade¹, propõe uma análise vinculada às violências que acometem as pessoas trans, sujeitos cujas identidades conflitam-se com as normas de gênero do pressuposto heteronormativo.

Embora seja possível afirmar, com base em Maranhão Filho (2012), que as pessoas são caldeirões identitários sobre os quais resultam diferentes performances de gênero, as reflexões dessa construção tem como foco pessoas trans, ou seja, aquelas que se entendem e se identificam como travestis, transexuais, transgêneros ou não-binárias². Nesse universo de “identidades abjetas” (BENTO; PELÚCIO, 2012, p. 569), as pessoas trans, enquanto sujeitos desviantes que transitam entre os gêneros (BUTLER, 2003; BENTO, 2008; MISKOLCI, 2009; MARANHÃO FILHO, 2012), quando não são excluídas e invisibilizadas socialmente, despontam em um cenário de estigma e vulnerabilidade. Enquanto almas precarizadas pela sociedade por agruparem um conjunto de marcadores sociais da diferença que rompem com a

¹ Compreendendo *gênero* em concordância com Butler (2002; 2003), enquanto performance e não como consequência de um “sexo” pré-discursivo, rígido, estável, coerente e universalmente constituído, pode-se considerar que heteronormatividade é o conceito que edifica a noção da categorização heterossexual compulsória que prescreve e regula socialmente as performances hegemônicas de gênero (BUTLER, 2003). Mantendo-se e atualizando-se em um modelo binário, o alcance dessa matriz é cultuado tão profundamente, que orienta inclusive relações não heterossexuais (BENTO, 2008). Esse conceito será explanado com detalhes no decorrer do texto.

² Diante do câmbio situacional entre os termos constitutivos das disputas políticas e de poder no meio “TT”, a palavra “Trans” é utilizada aqui para designar as diferentes identidades do campo social que transgredem as normas de gênero hétero-hegemônicas (EFREM FILHO, 2017; RAMOS; SOUSA, 2016). Como corrobora Almeida (2012, p. 517), pensar na palavra trans pode ser como uma “âncora válida para expressar identificação entre sujeitos e algumas experiências sociais em comum, e não para dar corpo a um conjunto de experiências absolutamente idênticas no âmbito das relações de gênero”.

lógica heteronormativa, resistem frente a constantes violências e retaliações (BUTLER, 2009).

O Brasil é o país que mais mata pessoas trans no mundo (CAZARRÉ, 2015; MARINS, 2015; MOTA, 2015). De acordo com o levantamento realizado pela organização não governamental *Transgender Europe* (TGEU), é possível verificar que, entre janeiro de 2008 e dezembro de 2015, dos 2.016 homicídios de pessoas trans reportados em 65 países de todo o mundo, 802 foram contabilizados no território brasileiro, o qual ocupa primeiro lugar no ranking de países transfóbicos, representando 54% do total de casos registrados em toda a América Central e do Sul (BALZER; LaGATA, 2016). A situação é tão grave que a expectativa de vida de uma pessoa trans brasileira não ultrapassa os 35 anos de idade (CAZARRÉ, 2015).

O Relatório sobre Homofobia no Brasil (BRASIL, 2012), produzido pelo governo federal com base no balanço semestral das denúncias recebidas no Disque Direitos Humanos (Disque 100), aponta que no ano de 2012, constatou-se 3.084 registros, havendo um aumento de 166,09% em relação ao ano anterior nos crimes por motivações de gênero ou orientação sexual. É possível verificar que 51,86% dessas vítimas eram travestis, de maneira que a maior parte dessas situações de violação (38,63%) ocorreu no ambiente da casa da vítima (BRASIL, 2012).

Conforme o documento, o termo *homofobia* é utilizado para designar o preconceito, discriminação e demais violências motivadas por questões de orientação sexual, práticas sexuais e/ou identidade de gênero presumidas (BRASIL, 2012; 2016). Entretanto, por ser constantemente problematizado em decorrência de sua possível homogeneização sobre a diversidade de sujeitos que pretende abarcar (BRASIL, 2016), nesse trabalho opta-se por utilizar especificamente a denominação *transfobia*, fazendo referência às formas de violação de direitos humanos ligadas a falta de entendimento frente à realidade de quando gênero e/ou sexo biológico do indivíduo não são heterosimétricos. Há uma necessidade de pensar na *transfobia* como parte de afetos que não se sobrepõem, nem se contrapõem ou se confundem a homofobia, provocando evidentes tragédias na trajetória de vida trans, como também gerando estratégias de enfrentamento – formais e informais.

Dados do documento supracitado, referentes ao ano de 2013 e publicados em 2016, indicam queda de 44% no quantitativo de casos de homofobia no Brasil (BRASIL, 2016). Mesmo havendo uma falta de acuidade nos relatos sobre as

identidades de gênero das vítimas, a qual reflete na frequente invisibilidade dos casos de violência transfóbica, nota-se que essas situações persistem, sendo que 26,2% delas apresentaram pessoas trans como vítimas e 36,1% dessas violências ocorreram nas casas – da vítima (25,7%), do suspeito (6,0%), de ambos ou de terceiros (4,4%), envolvendo como acusados (mesmo quando o crime ocorreu em outros locais) pessoas conhecidas, familiares e amantes (BRASIL, 2016).

Há um conjunto de questionamentos à forma como esses índices são coletados e identificados³, mas não há o que contrapõe ao fato de se tratarem de episódios recorrentes na objetividade das relações. Materializadas em toda sociedade brasileira, essas situações trazem no seu bojo a *transfobia*⁴, a qual se exterioriza por um somatório de violações e reiteradas opressões que se voltam contra pessoas trans a ponto de fazer com que muitas sejam socialmente excluídas, vindo a se tornarem ainda mais vulneráveis a vários tipos de violência (BRASIL, 2016).

Diante desse paradigma, ao passo em que muitos estudos sobre travestilidades no Brasil têm se voltado para a forte presença trans em ruas e avenidas urbanas, sobretudo no período noturno (CARDOZO, 2006), essa pesquisa desenvolve-se ao encontro ao horizonte de pesquisas que atentam para a existência da violência no espaço doméstico e para *transfobia* que emerge no âmbito das relações afetivas intrafamiliares e amorosas de pessoas, em idade adulta⁵, que são trans.

³ É relevante questionar e problematizar os dados utilizados, pois muitas vezes não retratam o fato real. No Brasil, é praticamente inexistente uma padronização nos setores públicos ou privados quanto à coleta e identificação de dados legítimos sobre identidades-lgbtrans, tampouco um sistema de registro referente à suas violações. Não há mecanismos de atualização efetiva de dados sobre violências motivadas por LGBTfobia e, geralmente, esse monitoramento é realizado por organizações de movimento social que contabilizam suas perdas vivenciando as dores, acompanhando noticiários e os registros de órgãos de defesa dos direitos LGBT. Assim, é muito comum que pessoas trans, mesmo após perderem a vida, continuem sendo violentadas com o não reconhecimento da sua existência, seja por familiares ou pelo Estado que os incluem em graus estatísticos forjados. É o caso, por exemplo, das mulheres trans que, depois da morte, são registradas nos noticiários ou descritas pela polícia como “homem gay”.

⁴ Considerando neste trabalho a *transfobia* como uma conceituação nevrálgica, opta-se por grifá-la todas as vezes que ela for mencionada, fazendo com que se destaque sua existência não só como violência de múltiplas formas, mas também enquanto conceito político e acadêmico. Para além de ser uma pauta de enfrentamento do Movimento Feminista e LGBT, a *transfobia* adentra no universo acadêmico, constituindo-se como objeto de pesquisa e como parte fundamental para entendimento do fenômeno das violências motivadas por preconceito de gênero e sexualidade.

⁵ O marco geracional não está no centro dessa investigação, no entanto destaca-se que mesmo abordando as vivências afetivas das pessoas participantes em idade adulta, outras faixas etárias

É válido ressaltar que de forma alguma os debates mencionados acima encontram-se em esferas dicotômicas de relação, inclusive se entrelaçam na dinâmica analítica da reflexão. Não há descontinuidade entre os estudos sobre travestilidades, prostituição e relações afetivas, pois não há entre esses temas uma concreta cisão. Muitos trabalhos sobre prostituição estão justamente abordando as relações afetivas, mesclando essas relações. Até mesmo porque há muitos casos de prostituição que performatizam novas formas de parentesco justamente como consequência de uma ruptura familiar. Também porque mesmo a pessoa estando na prostituição, ela não se relaciona sexualmente exclusivamente com vínculo profissional. Estudos dessa linha trazem justamente o encontro dessas dimensões e, a partir desse conjunto, é possível rastrear uma ampla literatura que intercala a violência nas relações afetivas com a *transfobia*.

Nesses estudos, que fomentam e corporificam cada vez mais a cena acadêmica-trans, são múltiplas as formas de olhar e de imbricar questionamentos, costurando diferentes vieses sobre as lógicas performativas e normativas de exclusão. Assim, na presente discussão, com um recorte e uma abordagem específica sobre a violência (*transfobia*), investe-se na possibilidade de trazer contribuições em torno de um tema que, dentro de um vasto campo, tem produzido grande quantidade de reflexões, não esgotando por aqui as possibilidades de sua contínua reconfiguração.

Percebe-se que o âmago familiar, seja na relação com a família nuclear ou com vínculos de parentesco ampliados, são espaços nos quais os sujeitos em pauta nascem e desabroçam, de maneira metafóricamente semelhante ao processo de uma lagarta com seu casulo, onde ela se transforma em borboleta para poder voar.

Nessa trajetória, é também onde se (re)produzem parte das primeiras impressões sociais, geralmente traduzidas em repressões, calcadas em imposições e normatizadas tão amplamente, que podem repercutir em isolamento, invisibilização, agressões e, em casos extremos, até morte. De modo contínuo, a vivência dessa metamorfose nos relacionamentos afetivos de amor e conjugalidade, não estando livres dessa condição social de sujeição, é comum que se reproduza o mesmo, por meio de vínculos em um contexto que abarca diferentes formas de

também foram trazidas como aspecto relevante de reflexão, a exemplo da relação entre transexualidade e infância, transexualidade e juventude ou transexualidade e velhice.

violência e que oscilam envolvendo situações de objetificação, erotização, rejeição, clandestinidade e solidão.

No fluxo oposto a toda essa estigmatização, pessoas trans se (re)inventam e (r)existem, dando origem a variadas formas de superação, enfrentamento e estratégias de autoproteção. Ecoando contra-cultura-normativa, com criatividade, coragem, arte e informação, performatizam suas identidades, trans-formando seus corpos em territórios de disputa contínua contra a lógica hétero-hegemônica inoperante que perpassa por toda e qualquer relação (afetiva ou não).

É uma seara que transborda diferentes provocações e indagações. Como ocorre a dinâmica social das violências transfóbicas no contexto das relações afetivas intrafamiliares e amorosas? Como se dá a construção social da identidade trans nesse contexto? A partir de que formas a violência da *transfobia* se manifesta nas relações afetivas de parentalidade e conjugalidade? Como a heteronormatividade está envolta na dimensão social dessas violências? Quais são as estratégias utilizadas pelas pessoas trans para enfrentamento da *transfobia* nas relações afetivas?

Essas são algumas das questões trilhadas nesse caminho que visa a analisar a dinâmica social das violências transfóbicas no contexto das relações afetivas intrafamiliares e amorosas. Através de um estudo valendo-se de observações diretas e participantes com pessoas trans da cidade de João Pessoa – PB, detêm-se como objetivo refletir sobre a construção social da identidade trans no contexto intrafamiliar e amoroso e, a partir disso, compreender a percepção das pessoas trans acerca das violências sofridas nesse âmbito, bem como das estratégias de ação para superar tais situações.

Tendo como campo local para o desenvolvimento do levantamento de dados o Centro Estadual de Referência dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros (LGBT) e enfrentamento à homofobia da Paraíba (Espaço LGBT)⁶, foi utilizada a técnica de observação participante, lançando olhar crítico sobre o

⁶ O Espaço LGBT, inaugurado em 2011, localiza-se atualmente em área central da capital da Paraíba, na cidade de João Pessoa. Atuando na promoção e garantia de cidadania e direitos humanos, oferece atendimento psicossocial e jurídico, além de outras atividades que visam ao enfrentamento à *transfobia* e combate às demais discriminações motivadas por gênero e orientação sexual. Devido ao intenso volume de procura por esse espaço, advinda de todas as localidades da Paraíba, recentemente, no ano de 2018, foi instalada uma segunda unidade desse mesmo serviço no Estado, localizada na cidade de Campina Grande. No entanto, delimitou-se como campo de pesquisa somente o Centro da capital paraibana.

entendimento da heteronormatividade e a identificação das estratégias utilizadas pelas pessoas trans para enfrentamento da *transfobia* sucedida das relações de afetividade parentais e de conjugalidade.

Buscando fluidez entre os aspectos teóricos, metodológicos, técnicos e éticos, esta investigação ancorou-se predominantemente em referências da teoria *queer* e aprofundando a discussão com base na literatura de Judith Butler (2000, 2002, 2003, 2009), utiliza-se de materiais interdisciplinares de pesquisas locais, que elaboram leituras consonantes com essas teorias, a partir das realidades específicas do Brasil, tendo como parte primordial, produções de autoria trans⁷. Ainda se prioriza, como esfera nodal dessa construção, os saberes expostos a partir das vozes e narrativas protagonizadas pelas pessoas trans participantes do campo de estudo.

Sobre a proposta de focar em referências “kuír” brasileiras, assim como a ideia de utilizar trabalhos produzidos por pessoas trans brasileiras, é algo que vai ao encontro a uma perspectiva decolonial do conhecimento. Neste percurso, foram evidentes os desafios, desde a própria dificuldade em localizar autoras e autores trans, até mesmo os empecilhos de encontrar os materiais produzidos nas plataformas científicas. Esses entraves, que reforçam como a academia é excludente para a população trans, apareceram desde o início, com as falhas no uso do nome social para localizar currículos e materiais nos sistemas de busca⁸.

No decorrer desta pesquisa, de estrutura metodológica qualitativa, desenvolveu-se a coleta de dados empregando a técnica de observação participante, produzindo questionamentos e reflexões, instrumentalizadas através de

⁷ Tais como: Almeida (2012), Bento (2003; 2006; 2008; 2015), Cardozo (2006; 2007), Carvalho (2018), Castro (2007), Grimm (2015), Grossi; Uziel; Mello (2006), Lanz (2016), Louro (2001), Miskolci (2009; 2012), Moira (2017), Oliveira (2017), Pelúcio (2006; 2012), Porto (2010), Mello (2005), Vergueiro (2015).

⁸ Essa experiência remete ao resgate feito por Almeida (2012, p. 520), com relação às reivindicações levadas adiante por um “grupo de pessoas trans que exerciam a docência de ensino superior e/ou eram pesquisadoras/es e alunas/os de pós-graduação, pelo direito ao exercício de suas funções profissionais, o que era dificultado pela impossibilidade de alterar o nome e o sexo do currículo lattes, principal instrumento de aferição de desempenho e socialização de informações técnico-profissionais. Mesmo no caso dos que já tinham sentenças judiciais que autorizavam, havia uma impossibilidade de a Plataforma Lattes viabilizar a troca. Foram meses de negociação com o Ministério da Ciência e Tecnologia para que um novo protocolo fosse criado pelo CNPq. A luta foi positiva, porque alguns meses depois o que era exceção tornou-se regra extensiva também a usuários de nome social (sem sentença). Dessa forma, a partir de junho de 2011, o CNPq passou a aceitar solicitações de alteração de nome e sexo feitas à Ouvidoria da Instituição”. Mesmo com essa perspectiva, ainda se constata que não foram sanados todos os obstáculos desta problemática, que se exemplifica enquanto *transfobia* institucional.

um diário de campo, onde foram registrados relatos de pessoas trans a partir de atividades vinculadas principalmente ao Espaço LGBT. Inicialmente, com a imersão no cotidiano desse campo, foram oportunizadas e provocadas discussões direcionadas especificamente para a problemática desse estudo através da interação informal nas visitas esporádicas ao local.

De modo concomitante, essa técnica também foi executada em outros momentos: primeiramente, em uma Oficina desenvolvida no III Seminário Internacional Desfazendo Gênero, a qual foi ofertada em conjunto com duas mulheres trans ligadas ao Espaço LGBT, sob o título *Diálogos sobre Transfobia: da reflexão ao enfrentamento*.

O momento consequente de observação participante decorreu com a continuidade de um ciclo de encontros no Espaço LGBT, onde foram possibilitadas cinco rodas de diálogo sobre “experiências TT”. Esses círculos de conversa, intitulados como *Trans-dialogando*, foram utilizados como instrumento de análise, através dos quais foi trazida uma sequência de temáticas relacionadas a este estudo, compondo um calendário de encontros, onde participaram pessoas trans vinculadas ao Espaço LGBT, bem como pessoas que fazem parte do círculo de convivência trans.

Ao longo desses encontros dialogando sobre *transfobia* nas relações afetivas, os debates foram norteados através de temas definidos a partir das demandas e da construção conjunta com as pessoas trans participantes, sendo os seguintes: 1) Ser-Trans e (R)existir: nome social e os desafios do processo de transição; 2) Pessoas trans e religiosidade; 3) Saúde integral e enfrentamento à *transfobia*; 4) *Transfobia* nas relações familiares: onde buscar apoio?; 5) O amor é a resposta: um alerta contra a *Transfobia*.

Ainda, no percurso da realização dessas rodas, houve um momento de observação participante, advinda de uma atividade no Ambulatório de Saúde Integral para Travestis e Transexuais da Paraíba (Ambulatório TT).

Destaca-se que em muitas citações serão utilizadas palavras provenientes do “Pajubá” (ou “Bajubá”), vocabulário que compõe o dialeto de linguagens utilizadas pela comunidade LGBTrans⁹, no qual são inseridas expressões de origem africanas

⁹ A maioria das palavras que compõe esse vocabulário é de origem ioruba-nagô (PELÚCIO, 2006, p. 526).

para se referir a determinadas situações e ressignificar o português com terminologias próprias da comunicação entre o grupo. Serão mencionados os significados em notas de rodapé.

Para apresentar os resultados ancorados nas narrativas resultantes desse processo¹⁰, o qual foi coletivizado e concretizado por muitas mãos, o presente trabalho está estruturalmente organizado em quatro capítulos, por meio dos quais foi articulada uma simetria que medeia teorias e citações com o campo e suas interlocuções.

No *Capítulo 1 - Caminhos e saberes: considerações para compreender a construção da pesquisa*, objetiva-se resgatar as trajetórias sociológicas percorridas no campo, atentando para as escolhas metodológicas, as técnicas empregadas e teorias basilares ao trabalho, as vantagens e dificuldades no processo da sua elaboração, as tramas éticas e todas as considerações envolvidas na pesquisa para sua consolidação. Será retomada a relação entre a escolha das pessoas que foram participantes do estudo, os instrumentos técnicos e espaços onde se transitou para obter a coleta de informações.

Por conseguinte, o *Capítulo 2 - Sobre “nascer lagarta e (trans)formar-se borboleta”* é o momento onde se constitui o impulso do trabalho no que se refere ao enfoque à temática do gênero e da sexualidade. Assim, esta seção traz uma discussão que desagua no tema do seu subtítulo, denominado *Performatividades plurais e as relações afetivas heteronormativas*. Nesse sentido, busca-se interligar as múltiplas trajetórias de construção das subjetividades performativas aos conflitos de cunho heteronormativo que emanam no contexto dos vínculos afetivos.

Posteriormente, o *Capítulo 3 - Saindo do casulo e os desafios para voar* contempla três subdivisões na seguinte lógica sequencial: *Transfobia no contexto afetivo intrafamiliar*, *Transfobia no contexto afetivo amoroso*; *Entendendo a transfobia como uma forma de violência múltipla*. Nessa etapa, pretende-se desdobrar o cerne da pesquisa, lançando olhar aos conflitos e à sincronia das formas de violência que podem ser compreendidas no espectro da *transfobia*,

¹⁰ As variadas narrativas serão trazidas ao longo do texto registrando a data do momento no qual se coletou o verbete, porém sem a identificação nominal das pessoas que a reproduziram, tendo em vista a ética e o sigilo para preservação da identidade pessoal de quem participou. Ao findar de cada atividade de coleta, os relatos e falas trazidas pelas pessoas trans foram sendo transcritos criando um acervo de dados, nos quais as expressões resgatadas para arquivo seguiam forma mais aproximada possível com o discurso de cada participante.

problematizando essas situações que se performatizam no íntimo das parentalidades e das conjugalidades. A partir de um esforço para compreender a *transfobia* e investir na visibilidade deste fenômeno, explora-se a contribuição conceitual e política desse debate, que representa importantes chaves de leitura.

Antecedendo às conclusões, no *Capítulo 4 - Ser-trans e (r)existir: Reflexões sobre as formas de enfrentamento à transfobia nas relações afetivas*, abarca as estratégias de ação e os movimentos de combate e desconstrução que são acionados em consequência das vivências em situações de violação. Serão discutidas as redes de apoio coletivas e a ajuda mútua que emanam novas configurações de parentalidades, as quais excedem os laços consanguíneos.

Em suma, no intento de corroborar com as lógicas decoloniais que têm ocupado as discussões sobre gênero e sexualidade, busca-se nesse trabalho, interseccionar as dimensões sociais, econômicas, políticas e culturais que se descortinam na experiência dos corpos e identidades trans. Na convicção de não esgotar as possibilidades analíticas, na linguagem e na perspectiva academicista, que ainda estreitam os pensamentos e conhecimentos em bolhas (positivistas), tornam-se desafiadores os atos de pesquisar e desbravar realidades marginalizadas que antes foram (ou ainda são) tão pouco valorizadas e abjetificadas dos saberes sociológicos dominantes. No entanto, evidenciando o caráter protagonista da trans-resistência que contrapõe a subalternidade, busca-se abrir novas possibilidades e somar nas trincheiras de disputa intelectual, traçando caminhos e firmando escolhas comprometidas com um fazer acadêmico e um saber sociológico distinto, voltado para o (in)visível, para aquilo que não quer ser dito, mas todo o tempo ecoa nas nossas relações: vidas trans (r)existem!

CAPÍTULO 1 – CAMINHOS E SABERES: CONSIDERAÇÕES PARA COMPREENDER A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

Diante de uma sociedade tão profundamente hierarquizada, colonizada e racializada como essa na qual nos encontramos, são múltiplas as temáticas por onde um problema de pesquisa sociológica poderia transitar. Composto o extenso quadro de análise da normalização social, o tema central do presente trabalho centrou-se nas violências transfóbicas no contexto das relações afetivas intrafamiliares e amorosas. Buscando adentrar criticamente no pressuposto heterossexista do pensamento sociológico, pois como bem lembra Pelúcio (2012), nossa colonização também perpassa pelas lógicas epistemológicas, essa pesquisa apresentou-se como um desafio que caminha por vias tanto teóricas, quanto metodológicas e éticas. Portanto, este primeiro capítulo se detém em recapitular os obstáculos e avanços traçados nessa trajetória de construção.

Primeiramente, é preciso olhar para trás: na última década, uma desestabilização epistemológica se sobrepôs tanto ao entendimento que se refere às diferenças sexuais, como às chamadas “identidades de gênero”, fomentando embates contra as relações binárias naturalizadas e questionando políticas identitárias universalizantes, as quais propunham o sujeito do conhecimento como sendo algo unificado (PELÚCIO, 2012, p. 409). A partir de um olhar crítico epistemológico, evidenciando o caráter reducionista, essencializador e falocêntrico dos saberes disciplinares que se associam a uma perspectiva científica eurocêntrica, masculinista, heterossexual e burguesa, um conjunto de novas estratégias metodológicas tem sido alavancado por vozes insurgentes que falam de locais marginais e fronteiriços (PELÚCIO, 2012).

Diferentes leituras feministas, transgressivas, descoloniais, valendo-se de termos como colonialidade, gênero, racialização do sexo, sexualização da raça, diferença, interseccionalidade, regime heteronormativo, passaram a ocupar fóruns políticos e arenas acadêmicas, inclusive de páginas de comportados periódicos científicos (PELÚCIO, 2012). São propostas que incorporam teorias e práticas, fazendo uma crítica dos discursos hegemônicos na cultura ocidental, provocando um deslocamento epistemológico que sai do “centro” e vai para a “periferia”, englobando

estudos que podemos aglutinar sob a rubrica dos *Saberes Subalternos*¹¹ (MISKOLCI, 2009; PELÚCIO, 2012).

Assim, além do enfrentamento epistemológico, metodológico e ético que fazem aos saberes normativos, as discussões reconhecidas enquanto saberes subalternos pressupõem uma linha engajada na defesa de sujeitos socialmente estigmatizados. Como explica Miskolci (2009), essas reflexões passaram a apontar as armadilhas do hegemônico, permitindo alianças estratégicas entre os movimentos que tem como objetivo comum a crítica e contestação dos regimes hierarquizadores que criam tanto as identidades quanto sua posição subordinada no social.

Em um processo que opera sobre categorias onde classe, raça, gênero e sexualidade formam eixos simultâneos de subalternização, esse quadro referencial contemporâneo mantém um compromisso científico que busca desconstruir concepções de sujeitos unitários e estáveis, bem como contextualizar uma crítica dos apanágios identitários (MISKOLCI, 2009). Neste formato, podemos perceber um campo que se interessa cada vez mais em dialogar com os sujeitos que se nomeiam enquanto travestis, transexuais, transgêneros, não-binários, *queer* e tantas outras identidades inclassificáveis.

Essa esfera de análise, embora abarque debates tão recentes, que se disseminaram entre os séculos XX e XXI, traz marcas de uma trajetória de (in)visibilidade que vem de longa data. Em uma sintética digressão histórica, é possível averiguar que datam da década de 50 os primeiros artigos que registraram e defenderam a especificidade do “fenômeno transexual” (BENTO, 2008, p. 75). Nos estudos sociológicos, é a partir da década de 1960 que surgem os primeiros olhares sobre sexualidade. Contudo, especialmente no que concerne à sociologia brasileira, até recentemente ela não era um campo disciplinar acolhedor para as investigações que trouxessem temas e teorias relacionados às sexualidades não reprodutivas, comumente partindo de modelos socialmente hegemônicos, abrangendo estruturas familiares e de parentesco tradicionais (MISKOLCI, 2009).

De todo modo, como relembra Miskolci (2009), os estudos sociológicos desse período, que adotavam uma perspectiva construtivista e estruturalista, impulsionaram contrapontos na contestação de concepções naturalizantes,

¹¹ “As teorias subalternas ganharam seu título de uma terminologia criada por Antonio Gramsci para referir-se àqueles cuja voz não é audível no sistema capitalista” (MISKOLCI, 2009, p. 158).

embasando a formação de importantes movimentos afirmativos em prol das minorias sexuais. Ainda assim, segundo Louro (2001), pode-se dizer que é somente em meados de 1980 que a questão da sexualidade passa a ser explorada e se constitui, de modo mais visível, como temática acadêmica.

Nesse percurso, problematizando noções básicas de sujeito, desestabilizando binarismos, bem como propondo novas concepções a respeito de sexo, gênero e sexualidade, a política *queer* emerge enquanto teoria (LOURO, 2001)¹². A teoria queer, a qual integra o embasamento científico da presente análise, emana rompendo com antigas tendências sociológicas, mantendo como *lócus* crítico a rejeição à lógica minorizante e normatizante, que marcava o que Miskolci (2009, p. 151) nomeia como “sociologia canônica”.

Retomando as origens da teoria queer, Miskolci (2012, p. 21) explana que “o que hoje chamamos de queer, em termos tanto políticos como teóricos, surgiu como impulso crítico em relação a ordem sexual contemporânea”. Esse paradigma se insere em um cenário aberto pelos movimentos sociais, sendo fortemente influenciado pelo movimento por direitos civis que eclodia nos anos 1960 nos EUA, bem como pelo movimento feminista e pelo movimento homossexual¹³.

Esses coletivos, também intitulados como movimentos contracultura e compreendidos enquanto “novos” movimentos sociais, trouxeram demandas para o âmbito científico em meio a uma conjuntura onde as instituições, como o Estado, partidos e família, tinham sua autoridade interpeladas. Para além da questão econômica e de classe, novas desigualdades foram desveladas, acompanhadas da afirmativa de que o privado também é político.

O corpo, o desejo e a sexualidade também passaram a ser incorporados nessas pautas, buscando tornar visíveis as injustiças e violências implicadas na discriminação e na demanda do cumprimento das normas e das conversões culturais envolvidas tanto na criação dos “normais” quanto dos “anormais” (MISKOLCI, 2012, p. 26). Cabe enfatizar que essas teorizações, englobadas pelo movimento queer, embora inaugurem sentidos diversificados que se aproximam das

¹² *Queer*, termo que é assumido para caracterizar uma perspectiva de contestação e oposição à heteronormatização, pode ser traduzido por estranho, anormal, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário (LOURO, 2001).

¹³ Não há como considerar nenhum avanço ou transformação dos padrões sociais, políticos, econômicos e culturais sem a atuação dos movimentos sociais coletivos, neste caso mais especificamente do movimento feminista e movimento LGBT. Para maior entendimento das trajetórias percorridas nestes contextos: Gregori (2017), Facchini (2003).

realidades trans, não estão descoladas ou totalmente cindidas com as teorias que lhe antecederam. Formulações cujo questionamento à construção de um sujeito universal, estiveram presentes, galgadas em um terreno de contestações que incluem aspectos sociohistóricos do feminismo e do próprio marxismo, isto é, desestabilizações que iniciaram muitos séculos antes. A própria Judith Butler busca suas referências teóricas nessas bases, a partir das quais desencadeia a centralidade das suas questões.

Assim, a partir da perspectiva do método desconstrutivista queer, o sistema moderno da sexualidade é encarado como um conjunto de saberes e práticas que estruturam toda a vida institucional e cultural de nosso tempo (MISKOLCI, 2009). Retomando a visão da organização social a partir da teoria de Foucault, a sexualidade, em uma interpretação queer, comporta mecanismos sociais que são compreendidos enquanto um dispositivo histórico do poder que marca as sociedades ocidentais modernas¹⁴.

Corroborando com essa ótica, que compreende a sexualidade como um dispositivo histórico e social, no qual as identidades são inscritas através de experiências culturalmente construídas em relações sociais, se apresenta como necessário o ato de explorar os meandros da heteronormatividade, bem como focar nos seus processos sociais normalizadores que marcam a produção simultânea dos papéis tidos como hegemônico ou subalterno (MISKOLCI, 2009).

Podemos observar que no diálogo entre o campo da sociologia e de uma epistemologia queer, ocorre uma mescla interdisciplinar, ou melhor, transdisciplinar de enfoques teóricos e temáticos, que objetivam articular de modo relacional vários níveis do ordenamento social, destinando muita atenção às interações e agentes individuais que se relativizam dentro de um micro contexto social¹⁵. Em suma:

¹⁴ Como Foucault (1979, p. 244) discorre, *dispositivo* pode ser definido como “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas”. Um dispositivo é composto por uma associação entre discursos e práticas sociais heterogêneas, semelhantes a uma rede estabelecida por um conjunto de elementos diversos. Desse modo, o dispositivo da sexualidade está imbricado ao regime disciplinar, organizado enquanto produção social, naturalizada nos saberes dominantes e, ao mesmo tempo, regulada, saneada, normalizada por meio da delimitação de suas formas (MISKOLCI, 2009).

¹⁵ É possível afirmar que a multidisciplinariedade e a transdisciplinariedade são componentes do campo da diversidade, onde a pluralidade, inclusive metodológica e teórica, caracteriza-se como marca e força desse viés analítico.

O queer mantém, portanto, sua resistência aos regimes da normalidade, mas reconhece a necessidade de uma epistemologia do abjeto, baseada em investigações interseccionais. Tais pesquisas sociológicas focariam nos processos normalizadores que resultam na criação das identidades e sujeitos subordinados. Este procedimento metodológico queer auxiliaria no rompimento com a antiga tendência sociológica de partir desses sujeitos já constituídos em pesquisas que, ao invés de colocar em xeque forças sociais, terminavam por corroborá-las (MISKOLCI, 2009, p.173).

Assim, ainda que a teoria queer caminhe em uma lógica de atrelar seus estudos ao desejo e às sexualidades, nos últimos anos multiplicaram-se e acentuaram-se as investigações integrando uma diversidade de práticas sociais, nas quais emerge como ponto nodal a intersecção das diferenças. A partir disso, diversifica-se uma extensa variedade de possíveis análises, refletindo sobre raça, cor, classe, sexualidades, peculiaridades locais, dentre outros modelos de assimilação ou dissidência em relação às convenções culturais hegemônicas (PELÚCIO, 2012).

Para tanto, as identidades trans configuram-se como uma realidade propícia para interpretar tais dimensões, haja vista que são sujeitos sociais incessantemente invadidos pelas (quebra das) regras heteronormativas. Esse tema, de tamanha relevância, pode ser identificado partindo de diferentes facetas, dentre as quais aqui se segue pelo viés das relações afetivas experimentadas pelos sujeitos trans no contexto familiar e doméstico. Essa linha perpassa entre as mais disseminadas, haja vista que os debates de maior visibilidade estão bastante focados principalmente em torno dos temas: “1) casamento entre pessoas do mesmo sexo, 2) adoção, 3) a lei de identidade de gênero, 4) leis antidiscriminação. Há um considerável dispêndio de energia voltada para o Estado” (BENTO, 2015, p. 14).

Desse modo, na produção científica do Brasil sobre violências e afetos, há grande ênfase no intercâmbio entre aspectos sexuais e econômicos, seguindo interesse à violência vinculada ao Estado e às disposições de instituições. Assim, esses trabalhos permeiam demandas vinculadas ao turismo sexual, ao tráfico internacional de pessoas, aos casamentos associados aos mercados do sexo, à prostituição e aos direitos das trabalhadoras sexuais (PISCITELLI, 2014). Somente na recente literatura sócio-antropológica, ancorada em trabalhos etnográficos, é que se tornam visíveis novas abordagens deslocando o foco de observação para relações com outras dimensões da violência e do afeto, dentre as quais estão inclusas as violências nos relacionamentos amorosos, conjugais e familiares.

Nessa perspectiva, desenvolvendo um olhar aguçado para os processos sociais normalizadores, que geram a ilusão de sujeitos com identidades sociais estáveis e comportamentos regularmente coerentes com o modelo heteronormativo imposto, esse trabalho buscou refletir sobre a construção social da identidade trans no contexto intrafamiliar e amoroso, compreendendo, por meio da experiência das pessoas trans, a percepção sobre como ocorre o fenômeno da violência nessa relação.

O presente trabalho, no âmbito dos estudos sociológicos, visou não somente a fomentar a importância de análises considerando a identidade trans, como também a estimular o desenvolvimento de outras pesquisas relacionadas à *transfobia*. Conforme Mota (2015), é possível considerar que ainda são escassos os levantamentos de dados sobre essa problemática.

Ademais, buscando dirimir a invisibilidade dessas pessoas tão amplamente marginalizadas socialmente, trata-se de um universo empírico que, como explana Miskolci (2009, p. 178), “teria também implicações políticas, pois permitiria compreender e contestar os processos sociais que se utilizam das diferenças como marcadores de hierarquia e opressão”. Inclusive, como é reiterado por Bento (2015, p. 14), “a oposição entre “produzir teoria *versus* fazer política” é mais uma das enganosas binaridades”.

Pode-se dizer que enquanto ainda há carência de pesquisas sobre *transfobia* nos meios intrafamiliares, também persistem lacunas nos direitos humanos, através da ausência de políticas adequadas para combate e enfrentamento dessas violações (PERUCCHI; BRANDÃO; VIEIRA, 2014). Justamente por conta disso que é crescente, entre a comunidade transexual, a busca pela afirmação e garantia dos seus direitos, questionando a compreensão universalizante da humanidade que reverbera no controle e poder dos saberes médico e jurídico (BENTO, 2008).

Todavia, essas demandas ainda caminham a passos lentos, tornando esse debate uma tarefa emergente na academia, especialmente no campo das ciências sociais, pois como reitera Bento (2008), enquanto a heteronormatividade não for questionada, continuarão sendo produzidos seres abjetos. No mesmo sentido, ainda há muito para avançar na elaboração de literaturas sobre parentalidade e conjugalidade que estejam adaptadas à realidade das pessoas transexuais e às demais transformações atuais.

Embora tenha sido a partir da década de 1970, quando houve uma abertura nas ciências sociais para analisar a família como uma diversidade de estruturas e de configurações múltiplas dentro de uma mesma sociedade, pode-se afirmar que, até meados dos anos 1990, a conjugalidade e a parentalidade eram pautas ainda muito distantes tanto das principais lutas do movimento LGBTrans, quanto da academia (MELLO, 2005). É possível constatar que as relações amorosas e conjugalidades envolvendo pessoas trans, bem como as suas relações familiares, possuem pouca tradição nas reflexões sociológicas.

Conjugalidades e parentalidades não hegemônicas configuram um campo em construção, especialmente nos últimos anos, onde percebe-se um aumento no interesse por essa temática no Brasil e no mundo, tendo evidência trabalhos nas áreas da sociologia, antropologia, direito e psicologia (GROSSI; UZIEL; MELLO, 2007). Os autores citados elencam que, dentre as temáticas mais utilizadas, aparece a conjugalidade homossexual e a lesbianidade atrelada à maternidade, de maneira que se reproduz a naturalização da maternidade vinculada ao gênero feminino.

Só recentemente que as relações afetivas e amorosas, tal como as relações nos núcleos intrafamiliares, passam a ser compreendidas como construções socioculturais dinâmicas, mutáveis e que aglomeram uma diversidade de expressões e manifestações. Nessa perspectiva, os eixos da parentalidade e da conjugalidade percorrem caminhos com planos de fundo variados.

É crescente a compreensão de que o núcleo familiar não se restringe aos papéis tradicionais de conjugalidade ou parentalidade, dissociando do conceito de arranjo familiar os preconceitos acerca de um modelo idealizado de coabitação e normativo-binário das vivências nos vínculos afetivos-sexuais e intrafamiliares. A referência essencializada de família heteronormativa monogâmica, como parâmetro a partir do qual as demais relações são consideradas como desviantes e estigmatizadas, é algo que continuamente tem sido desconstruído dentro das investigações sociológicas, muito embora muitas pessoas trans não difiram suas práticas familiares e amorosas da lógica heteronormativa dominante.

Independente da performatividade e da orientação sexual, muitos sujeitos transexuais limitam-se a exercer sua afetividade nos parâmetros heterossexuais. Todavia, como aponta Mello (2005), ainda assim ocorrem dificuldades particulares no que se refere a relações de apoio e aliança externa aos grupos associados à

dinâmica afetiva da família ou do casal, pois ainda há a interpretação de que se trata de pessoas cujas relações são nefastas de promiscuidade e perversidade psicossocial.

A legitimidade e libertação da inserção e aceitação das pessoas trans na estrutura da família, bem como na solidificação de vínculos afetivos e sexuais, avança com o estímulo dos movimentos sociais e adentra em outras esferas, resultando modificações em setores acadêmicos e científicos, bem como conquistando visibilidade e direitos nas disputas da arena política. Apesar das resistências para firmar novas formas de sociabilidades amorosa e sexual, bem como para galgar diversidades nas modalidades que orientam os núcleos familiares, a experiência trans oferece elementos para a fluidez dos padrões e práticas relativas à sociedade moderna, colaborando para que novas configurações afetivas sejam algo a ser pensado, assimilado, e principalmente, reconhecido e considerado.

Reiteradamente, há um heterocentrismo dominante nas práticas e representações relativas à família e a conjugalidade (MELLO, 2005). É preciso romper com essa lógica analítica que compreende conjugalidade e parentalidade exclusivamente envolvendo performatividades de gênero hétero-orientadas. São nesses termos que o âmbito acadêmico persistiu até recentemente, reproduzindo concepções dominantes e hegemônicas, descartando pessoas trans de suas investigações e invisibilizando de modo transfóbico a existência dessa população.

A *transfobia*, enquanto violência que perpassa por múltiplas formas, persegue lógicas hierárquicas desiguais, onde a diferença é estereotipada em uma socialabilidade em que a díade binária se impõe como tendência geral. Essa interpretação, que se dissemina na sociedade como um todo, também se situa no cenário acadêmico, delineando a *transfobia* como forma de violência velada, na medida em que análises não contemplam as pessoas trans como parte existente da sociedade ou na escassez expressiva de pessoas trans envolvidas na produtividade acadêmica, já que boa parte delas não consegue se firmar em um espaço tão excludente e profundamente discriminatório como é a Universidade.

Discutir todos os pressupostos envoltos a esse tema invoca a necessidade de um olhar singular para situações que são diversas, mas também compreender, como explicam Grossi, Uziel e Mello (2007), que essas relações estão

intercambiadas com fenômenos sociais típicos das sociedades contemporâneas, que resultam de disputas, lutas e dinâmicas políticas.

Nessa linha, coerente com os pressupostos acima, essa investigação qualitativa¹⁶, com enfoque na pesquisa participante, consolidou-se no campo de pesquisa em João Pessoa, capital da Paraíba, tendo vínculo com o Centro Estadual de Referência dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros (LGBT) e enfrentamento à homofobia da Paraíba, também conhecido na cidade como “Espaço LGBT”¹⁷.

A prévia inserção nesse campo ocorreu no dia 23 de setembro de 2016, momento no qual o problema dessa pesquisa foi apresentado e, ao mesmo tempo, demandado por Marsha e Cláudia, duas pessoas trans que se encontravam lá no momento e que foram fundamentais em toda articulação e execução que ocorreu coletivamente¹⁸. Segundo Marsha, que trabalha no local: “toda semana chega um caso assim aqui, de violência na família e a gente sempre comenta que precisava fazer alguma atividade sobre isso”. Também como retorno da proposta, a mulher trans ao lado expressou:

Esse tema é tão necessário, afinal dizem que “trans não têm família e nem relacionamentos”, pois muitas vezes os homens que se envolvem com as mulheres trans só querem um sexo clandestino e a trans se acostuma com isso acreditando ser sua única possibilidade de viver algo, já que nenhum homem pode se apaixonar por uma trans, como me disseram uma vez que “me comer seria a mesma coisa que comer uma cabra, não existe amor para mim, porque não sou mulher, pois qualquer coisa que possa acontecer é só pelo desejo sexual e nada além”, o que um escroto falou é no fundo o que muitos homens pensam, só não dizem com essas palavras, mas de fato não se permitem gostar de uma trans, o preconceito fala mais alto por mais que desejem. E quanto à família, muitas sequer podem ter contato, há muitas que nunca vão ser aceitas, tratadas pelo seu nome e reconhecidas

¹⁶ Como explica Minayo (1999), a pesquisa qualitativa parte do fundamento de que há uma relação entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito, de maneira que o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado.

¹⁷ No local, é comentado que “Espaço LGBT” é o nome social atribuído ao serviço. Foi o primeiro serviço público do Estado a adotar essa proposta, pois devido à nomenclatura extensa e de difícil pronúncia, não seria favorável pra que as pessoas memorizassem e pudessem divulgar.

¹⁸ Os nomes elencados são fictícios para facilitar a compreensão e leitura. A escolha dos nomes faz referência à duas personagens importantes da história e da representação das mulheres trans que vale a pena conhecer a elas com mais profundidade, mas cabe aqui registrar mesmo que brevemente que Cláudia Celeste, foi uma atriz transexual brasileira, considerada a primeira a atuar em novelas no país em 1977, momento durante a ditadura militar, que acarretou na sua proibição de trabalhar na novela “Espelho Mágico”, voltando às telas somente dez anos depois, em 1988, na novela “Olho por Olho”. Marsha Johnson foi uma reconhecida ativista negra do movimento LGBT, oriunda dos Estados Unidos, onde foi uma liderança na Rebelião de Stonewall e resistiu especialmente em defesa das pessoas soropositivas.

como são e, assim, muitas vezes o preconceito fala mais alto (Registrado em 23 de setembro de 2018).

Seguinte a essa visita inicial, quando o projeto de pesquisa foi aprovado junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPB, retornou-se ao campo para oficializar o início da investigação, momento no qual os profissionais do local foram prontamente acessíveis, tanto na recepção da pesquisa, como também na disponibilidade em contribuir para sua consolidação, especialmente por parte da transexual que atua lá profissionalmente em prol dos direitos humanos.

Esse alicerce com o campo e a facilidade para adentrá-lo no objetivo de investigar o presente assunto foi propiciado não só pela relevância do tema, mas também devido a vínculos de amizade com pessoas trans que são usuárias dos serviços lá ofertados e que contribuíram para as interlocuções iniciais. Em um engajamento de partilhas em grupo, formou uma rede cujo laço foi fortalecido no decorrer do contato no campo e foi fundamental para a consolidação da pesquisa¹⁹. Especialmente Cláudia e Marsha foram personagens primordiais nas tomadas de decisão sobre a condução no campo. O protagonismo trans nesse caminho de diferentes ações foi condição imprescindível, nas quais as ideias foram traçadas sempre partilhadas em conjunto.

Para além dessa abertura, a escolha se fundamentou em outro fato, não menos importante, relativo à própria dinâmica do Espaço LGBT²⁰. Esse Centro atendeu, entre o período de junho de 2011 a junho de 2018, 1.411 usuários, sendo 623 registrados como pessoas trans, o que representa um quantitativo de 44,15%²¹. Esse número se multiplica especialmente com a garantia referente ao nome no registro civil, que é um dos principais serviços ofertados, inclusive, na Paraíba, que tem recebido uma grande migração de transexuais do Brasil inteiro pra fazer a mudança de nome aqui, porque é o único estado que o faz no Centro de Referência.

¹⁹ Inclusive, nos dias 18 e 19 de agosto, foi auto-organizado o I Encontro Paraibano de Pessoas Trans, tendo como pivô a participação de pessoas trans que colaboram nesta pesquisa. O evento realizou-se no Centro de Ciências Médicas da Universidade Federal da Paraíba e teve dois momentos, sendo um destinado à participação exclusiva da população TT e outro aberto para o público em geral. A maioria era jovem, articulados de maneira autônoma e em nível nacional.

²⁰ Ressalta-se que não cabe nos objetivos do trabalho uma análise institucional referente aos serviços ofertados pelos espaços contatados, nem as demais dimensões envolvidas nos projetos políticos estatais ou partidários imbricados no local. O enfoque está nas narrativas das pessoas trans com as quais foi possível contato através dos locais mencionados. A breve contextualização ocorre para retratar o desenho da pesquisa e auxiliar na compreensão dos cenários percorridos. Enfatiza-se essa mesma perspectiva com relação ao Ambulatório TT.

²¹ Dados coletados em campo pela pesquisadora.

Como as Defensorias Públicas, que seriam os locais designados, não fazem esses processos e o Espaço e havia inúmeras denúncias no Disque 100, a equipe tomou a decisão de criar uma solução, que era começar a agilizar os processos. Não foi uma tarefa fácil, com obstáculos dentro dos próprios mecanismos do Estado, afinal em todo país é a Defensoria que faz esses procedimentos, os quais não são rápidos, demorando entre cinco à seis anos. Nesse caso, muitas pessoas trans nascidas em João Pessoa e que foram embora, retornam e migram para fazer o processo, que tem um andamento de modo mais ágil. Não há outro Centro de Referência que faça esse tipo de serviço no Brasil. Esse caráter subversivo e de enfrentamento pode ter relação com a rotatividade de profissionais do direito, que no local já passaram em torno de dez advogados(as).

Ainda no Espaço LGBT, relacionado às pessoas transexuais, além dessa questão do nome social no registro civil e de facilitar a montagem do processo, com a garantia da gratuidade pra quem não tem condições de pagar esse valor nos cartórios, também se presta atendimento psicológico e realizam-se encaminhamentos para acesso aos programas sociais que estão disponíveis na rede de serviço público, desde os programas de transferência de renda, acesso aos benefícios eventuais de assistência social, tal como o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Geralmente, são dadas orientações de como fazer, onde procurar, como dar entrada na justiça, todos os procedimentos, que abarcam também programas de habitação, de educação, de qualificação e acesso a vagas de emprego. Embora o serviço realize busca ativa para fazer os atendimentos, contabiliza-se que em torno de 80% dos usuários sejam encaminhados pelos movimentos sociais LGBT.

Seguindo com a metodologia, a população escolhida para integrar a amostra foram pessoas trans em idade adulta. A investigação foi composta por pessoas trans identificando-se como travesti, como mulher transexual, como homem transexual, como transgênero, como não-binário e também pessoas que declararam que não se enquadravam em nenhum gênero ou que não declararam como se auto identificavam. No processo de delimitação das bases da pesquisa, um ponto relevante, que veio a tona várias vezes, foi justamente sobre qual seria o grupo participante abordado. Dispondo como base as teorias queer, compreendeu-se que não seria viável um recorte binário, reduzindo a justificativa da escolha ao fato de

serem “mulheres” ou “homens”. Embora sejam universos múltiplos, com especificidades não só na assunção performática, como também nas redes de relacionamento e nas caracterizações da *transfobia*, há elementos que atravessam a todas as transgressões, não se encerrando na binariedade segregativa a justificativa por uma delimitação.

Para analisar a correlação dinâmica entre as experiências trans nas suas semelhanças e diferenças, seguiu-se um caminho para desviar de possíveis invisibilidades²². Contando com as vantagens de identificar aspectos em comum e também com as desvantagens no risco de desfocar universos que podem ser divergentes, optou-se por trabalhar tanto com transhomens, como com transmulheres e com todo trânsito das demais nomeações que pudessem surgir, a exemplo das pessoas participantes que afirmaram não se enquadrar em nenhum gênero ou aquelas que se identificaram empregando o termo não-binário e não-binária²³.

Registra-se que, entre as pessoas trans participantes, verificou-se a vinculação com práticas religiosas ateias, evangélicas, católicas, budistas, espíritas e umbandistas. A faixa etária abordada é variável, sendo todos informantes maiores de 18 anos, em idade jovem e adulta. Entre esses, há integrantes vivendo em formatos de coabitação com os pais, com avós, com cônjuge (união estável) e majoritariamente, residindo a sós. Há também uma travesti moradora de rua.

²² É interessante observar que, ao passo, em que há uma vasta produção abarcando travestis e mulheres trans, o mesmo não ocorre com os homens trans. É evidente que a objetificação e a misoginia da *transfobia* que recai sobre elas é diferente da *transfobia* que acomete os homens trans. Dentre os aspectos relevantes às transgêneros femininas, tais como a relação com as “madrinhas”, a “passabilidade”, a prostituição e o peso do transfeminicídio, também há distâncias de classe. No entanto, é preciso refletir como isso pode estar gerando barreiras no meio acadêmico, não só para encontrar parâmetros similares, como também para a inserção de outras performatividades que não se essencializam em homemtrans *versus* mulhertrans.

²³ Em vistas do que Coulthard (1991) elenca como guerrilha de linguagem, faz-se esse adendo para frisar que em um viés *queer*, o termo não-binário, poderia ser citado por não-binárie, de maneira que retirasse o caráter masculino que “o” ao final lhe confere. Também tem sido bastante utilizada a prática de escrever todas as palavras com o uso do “x” (exemplo: não-binárix; elx, ao invés de “ele/ela”; dx, ao invés de “da/do” e assim por diante). Entretanto, elegeu-se por fazer uso dos vocábulos assim como foi reportado pelas pessoas participantes. Não só com o uso do “não-binário” e “não-binária”, mas também com as nomenclaturas “travesti”, “transexual”, “mulher trans”, “homem trans” ou “transhomem”. Foram utilizadas sempre as nomenclaturas de acordo com o uso efetuado por cada participante. Houve inúmeras situações em que mesmo após já terem se colocado como “mulheres trans”, informantes se afirmassem enquanto “travestis”, alegando como justificativa o peso político deste último. Por ser um termo veemente rechaçado e proferido como ofensa transfóbica, muitas ressignificam seu uso, potencializando a representatividade positiva da existência da performatividade travesti, mesmo que, entre elas, não exista exatamente um consenso sobre os significados implicados nas escolhas por essas diferentes conotações.

A condição socioeconômica observada ocupa categorias preponderantemente médias e baixas. A escolaridade destas pessoas é um dado importante, que oscila em todos os níveis de ensino, desde a não alfabetização até a graduação completa. A maior parte dessas participantes que relataram evasão escolar antecedendo o ensino médio eram transexuais femininas, que associavam esse fato à transmisoginia cotidianamente latente e explícita nesse meio²⁴.

Essas reflexões acerca da realidade da baixa escolaridade remetem à padronização de alguns dos pressupostos éticos basilares da pesquisa. Nesse sentido, em concordância com Cardozo (2007), considera-se imprescindível compreender as especificidades dos sujeitos investigados, mantendo cautela e, sobretudo, responsabilidade política e social nas escolhas técnico-metodológicas, principalmente para não consentir com uma atuação suscetível de reproduzir violências simbólicas.

Nas observações iniciais no campo de pesquisa, muito se debateu sobre quais seriam as melhores maneiras de acessar o presente objeto de estudo. Foi aventada a possibilidade de realizar entrevistas semiestruturadas com pessoas trans que fossem usuárias do Espaço. Imediatamente apareceram, por parte das participantes, os obstáculos de realizar essa técnica sobre um tema tão sensível, apresentando a contrapartida de formar uma ação em grupo para debater tais questões. A proposta da realização de rodas de diálogos com a participação de pessoas trans foi um consenso entre três mulheres trans que se faziam presentes naquela reflexão. Elas contam que, no Espaço LGBT, há um tempo, houve grupos nesse sentido e que gostavam muito, mas acabou se desarticulando, por não ter ninguém conduzindo sua continuidade. Argumentaram que seria um momento interessante para compartilhar sentimentos e para aprendizado coletivo entre as pessoas trans, um momento considerado necessário para, como elas dizem, “saber que o outro existe e que, às vezes, também está aí em situações muito parecidas”. Nesse ponto, também foi argumentado sobre o recorte de participantes, onde foi enfatizada a manutenção de rodas com o recorte de um “diálogo-TT”. Sublinhou-se, nessa conversa, sobre a ideia de romper com a lógica das pessoas trans serem

²⁴ É válido frisar que embora um grande número de participantes apresentasse baixos níveis escolares, o acúmulo de sabedoria acerca da vida e os conhecimentos expressados sobre fatos políticos e outros aspectos relevantes do cotidiano são características profusamente visíveis.

somente instrumento de investigação, por onde se suga todas as informações relevantes e pouco se impacta no incentivo ao protagonismo trans.

À luz desses apontamentos, descartou-se a proposta de entrevistas semiestruturadas e adotou-se como técnica a observação participante, priorizando a metodologia da troca de experiências em grupo, através de círculos de diálogo, concedendo um espaço de livre expressão das narrativas e sem uso de recursos que poderiam ser invasivos²⁵. Ainda mais pelo fato do objeto ser a dinâmica social da *transfobia*, essa estratégia foi decisiva para garantir uma coleta de dados de forma produtiva, ética e, ao mesmo tempo, acolhedora.

Nesses moldes, em todas as ações propostas, não eram utilizados recursos da escrita ou leitura, garantindo que nenhuma das pessoas presentes seria constrangida ou inferiorizada por não dominar tais formações. Semelhante à Cardozo (2007), os acordos estabeleceram-se no plano das relações sociais e da negociação entre a pesquisadora e as pessoas trans interlocutoras da pesquisa²⁶.

Conforme o objetivo geral elencado, o tema central analisado fundamentou-se na dinâmica social da violência transfóbica, considerando a realidade no contexto afetivo intrafamiliar e amoroso, tendo como norte a relação entre performances de gênero e heteronormatividade, bem como violência transfóbica e estratégias pessoais de enfrentamento. Nesse paradigma, considerou-se o plano da parentalidade no âmbito da família de origem, pensando no contexto das relações na família nuclear, mas também abordando os rearranjos que vem como forma de enfrentamento às violências que perpassam esse meio. Quanto às relações amorosas, o foco se deu em torno de relações afetivo-sexuais e de conjugalidade. Assim, a análise engloba as performatividades não só das trans-identidades, mas também as relações performativas de parentalidade vivenciadas na família e nas conjugalidades das relações afetivas de amor.

²⁵ Entende-se que a estratégia utilizada de realizar o levantamento a partir das rodas de diálogo, apesar de serem atividades que reúnem um conjunto de pessoas, não se enquadraria como grupo focal, principalmente pelo formato organizativo fluído, onde não há um grupo fechado ou coordenação fixada. Embora haja um direcionamento no tema do encontro, as falas eram trazidas de forma espontânea através da troca entre as histórias protagonizadas pelas pessoas trans.

²⁶ A autora citada ainda justifica a decisão por não utilizar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, problematizando com a seguinte questão: “como atestar a permissão das sujeitas por intermédio de um documento escrito, redigido segundo normas e linguagens formais com as quais nem todas têm contato?” (CARDOZO, 2007, p. 235). Esse mesmo posicionamento foi adotado neste trabalho. Todavia, ressalta-se que para acessar o Espaço LGBT, se tratando de um serviço público, foram formalizados todos os trâmites burocráticos junto aos órgãos competentes para autorizar a realização da pesquisa no referido local.

A partir da técnica da observação participante no cotidiano do Espaço LGBT, oportunizou-se entrevistas informais com usuários presentes no local. Nesse mesmo direcionamento, foram instrumentalizadas atividades em outros três momentos. Inicialmente, desenvolveu-se uma Oficina, com a duração de quatro horas, ocorrida no dia 11 de outubro de 2017, durante o III Seminário Internacional Desfazendo Gênero, a qual foi ofertada em conjunto com duas mulheres trans ligadas ao Espaço LGBT, sob o título *Diálogos sobre Transfobia: da reflexão ao enfrentamento* (ANEXO 1). Com a propositura de fazer uma prévia das rodas de diálogo que seriam desenvolvidas posteriormente no Espaço LGBT, foi fundamentada essa proposta por intermédio da pesquisadora e, conforme mencionado, estruturada com o protagonismo de Cláudia Celeste e Marsha Johnson, respectivamente usuária e profissional, ambas vinculadas ao campo de pesquisa.

Nessa ocasião, levando o assunto em pauta para um contexto externo ao do Espaço LGBT, participaram pessoas trans, estudantes, docentes universitários, pesquisadores ligados ao tema e integrantes dos movimentos sociais LGBT, reunindo uma média de 35 pessoas.

O segundo momento de observação participante decorreu com a continuidade de um ciclo de encontros no Espaço LGBT, onde foram possibilitadas rodas de diálogo sobre “experiências TT”. Essas rodas de conversa, intituladas como *Trans-dialogando*, foram utilizadas como instrumento de análise, através das quais foi trazida uma sequência de temáticas relacionadas a este estudo, compondo um calendário de seis encontros, onde participaram pessoas trans vinculadas ao Espaço LGBT, bem como pessoas que fazem parte do círculo de convivência trans.

A partir destes debates, totalizou-se a participação de aproximadamente 40 pessoas que estiveram em uma ou mais das ações, tendo majoritariamente presença de pessoas trans usuárias do Espaço LGBT, pessoas trans profissionais dos serviços de atendimento ao público LGBT, amigas acompanhando pessoas trans, estudantes e pesquisadores, estagiários do local e também profissionais ligados ao tema. Em cada encontro, foi convidada uma pessoa trans usuária do Espaço LGBT e profissionais ligados a essa população para fazer uma fala inicial direcionada ao tema do encontro e para atuar junto de Cláudia e Marsha na coordenação da roda. Esses nomes convidados eram indicados pelas pessoas trans, a partir de cada encontro.

Do mesmo modo, os assuntos centrais foram delimitados em um planejamento conjunto, adotando-se a estratégia de que nas rodas iniciais fosse incluído algo relacionado aos serviços ofertados no Espaço, servindo como tática para garantir a participação. Nesse mote, os encontros partiam de questões gerais, mas que no diálogo, em meio a assuntos variados, continuamente se direcionavam para as especificidades da *transfobia* nas relações afetivas. Ao longo desses círculos, as narrativas compartilhadas foram norteadas com planos de ação direcionados pelos seguintes temas:

- 1) Ser-Trans e (R)existir: nome social e os desafios do processo de transição (ANEXO 2);
- 2) Pessoas trans e religiosidade (ANEXO 3);
- 3) Saúde integral e enfrentamento à *transfobia* (ANEXO 4);
- 4) *Transfobia* nas relações familiares: onde buscar apoio? (ANEXO 5);
- 5) O amor é a resposta: um alerta contra a *Transfobia* (ANEXO 6).

Esses encontros iniciaram após a devida autorização da Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana do Estado da Paraíba (SEMDH-PB), órgão competente para conceder abertura para concretizar a ação. A periodicidade das rodas ocorreu em intervalos quinzenais, precedidas por divulgação da sua realização através das redes sociais e de cartazes impressos. Evitando interferências no expediente da rotina habitual, a sexta-feira foi o dia da semana eleito, por conta da disponibilidade no serviço, já que nas sextas, a cada quinze dias, são realizadas reuniões de equipe, onde naquela semana vaga, há expediente, mas não são agendados atendimentos.

A escolha do turno vespertino (das 14h às 17h) também teve como pressuposto a adequação à disponibilidade das pessoas trans, especialmente daquelas em condição de trabalho na prostituição, tendo em vista que seria desfavorável o período matutino, onde elas geralmente estão em horário contrário àquele em que realizam suas demandas laborais. Nos encontros, era propiciada a livre troca de informação e relatos de experiência com momentos de emoção seguidos por acolhimento mútuo e solidariedade coletiva frente a situações semelhantes e divergentes. Ao final de cada encontro, encerrava-se com um ajeum²⁷ em formato de confraternização.

²⁷ Ajeum/ajeunzar, no Pajubá, significa comer, fazer uma refeição, alimentar-se.

No percurso da realização desses círculos, por conseguinte, ainda houve um momento de observação participante no dia 7 de agosto de 2018, junto ao Ambulatório de Saúde Integral para Travestis e Transexuais da Paraíba (Ambulatório TT)²⁸. Nesse momento, contou-se com a participação de cerca de 20 pessoas, sendo pessoas trans, familiares e cônjuges das pessoas trans, bem como profissionais e pesquisadores ligados ao tema. A demanda pela imersão nesse ambiente ocorreu no decorrer da pesquisa, principalmente pelo trabalho em rede realizado pelo Espaço LGBT com o Ambulatório. Inclusive, as discussões pré-ambulatório, antes da sua inauguração, foram feitas no Espaço LGBT, quando essa importante política pública para a saúde integral das pessoas trans e travestis no estado da Paraíba ainda não existia.

O Espaço LGBT articulava médicos, por exemplo, através do Hospital Universitário (HU) ou encaminhava para médicos que estavam no Centro de Atenção Psicossocial para tratamento de usuários de álcool e outras drogas (CAPS-Ad), os quais faziam o serviço que, hoje, o Ambulatório TT desenvolve. Era toda uma rede de profissionais que atendia informalmente. Persistiam as dificuldades, como no caso de quem não residia em áreas urbanas e ainda não conseguia acessar o atendimento. Foi a partir disso que as mulheres trans se organizaram e os homens trans também começaram a reivindicar do Estado os serviços de um ambulatório especializado. Uma parte desses profissionais chegou a ser convidado para fazer parte da equipe, tendo em vista que já tinham adquirido sensibilidade com as demandas do público trans. Foi mais de um ano nesse funcionamento, até que a construção do movimento social, articulando-se com a gestão, conquistou o Ambulatório, que embora ainda não tenha cirurgias, possui todo o acompanhamento hormonal, com um serviço interdisciplinar organizado, estruturado e funcionando de forma especializada para a população TT.

Em João Pessoa, ainda não há nenhum hospital habilitado pra fazer as cirurgias via SUS, as quais estão sendo desenvolvidas hoje com encaminhamento para São Paulo, Porto Alegre, Minas Gerais e Rio de Janeiro (momentaneamente

²⁸ O Ambulatório TT, localizado em dependência anexa ao Complexo Hospitalar de Doenças Infectocontagiosas Clementino Fraga, situa-se no bairro Jaguaribe e atua desde 2013 na capital paraibana. Toda a primeira terça-feira do mês há uma apresentação dos serviços do Ambulatório, com a participação de usuários encaminhados pelo Espaço LGBT. Na tarefa de comparecer a essa atividade para divulgar as rodas de diálogo (Trans-dialogando) junto ao Espaço LGBT, foram oportunizadas narrativas para a estruturação dessa pesquisa, principalmente no que se refere às relações afetivas no âmbito afetivo familiar. No primeiro capítulo, esse contexto será explanado.

bloqueado por falta de verbas)²⁹. O Ambulatório TT de João Pessoa possui vínculo com vinte e dois homens que já fizeram a cirurgia de mastectomia, sendo alguns procedimentos efetivados em Campina Grande, outros em Recife. Sobre as mulheres trans, só há quatro que tiveram as genitálias cirurgiadas, todas operadas no exterior, como na Tailândia ou Argentina³⁰. Depois de terem consolidado tais intervenções, é dado prosseguimento à hormonioterapia no Ambulatório, haja vista que, mesmo fazendo a cirurgia, o acompanhamento hormonal é vitalício. Isso, logicamente, para o caso daquelas pessoas atendidas pelo Ambulatório TT e que seguem esses processos, ou seja, não há uma prática homogeneizante, como se todas as pessoas trans da Paraíba seguissem este repertório.

O Ambulatório TT é um serviço que dispõe de urologista, psicólogo, assistente social, psiquiatra. Há ginecologista para os homens trans, ressaltando a importância de que esses realizem o exame citológico. Em tese, os profissionais que vão indicando para onde encaminhar, mas também há as demandas dos usuários. Por exemplo, recentemente, teve um caso para encaminhar ao fonoaudiólogo para raspar o pombo de adão, conhecido pelo “gogó” no pescoço que muitas transmulheres não querem. Então, se encaminhou para fazer a raspagem e, segundo relatado, foi um sucesso, configurando-se como o primeiro procedimento realizado nesse sentido em João Pessoa, de modo experimental, com resultado exitoso. Essa ainda não é uma intervenção coberta dentro do processo transexualizador, até porque no próprio Ambulatório não tem bloco cirúrgico. Todavia, foi feito encaminhamento para outro espaço, consolidando demandas protagonizadas pelos pacientes.

O caminho em busca pela habilitação de um hospital para executar os métodos de redesignação está sendo edificado, assim como outras ampliações do serviço, tal como é visível na necessidade do acolhimento de crianças. Atualmente, encaminha-se para a Clínica da família em Bayeux, onde há um bloco para

²⁹ O que acontece, é que o SUS prevê no mínimo dois anos de acompanhamento com equipe interdisciplinar para submeter-se à cirurgia. Depois de dois anos de processo, a pessoa é submetida a uma avaliação pela equipe, sempre resgatando que todas as cirurgias são irreversíveis, tanto a mastectomia, quanto a redesignação sexual. Então, durante esses dois anos a equipe avalia e se o paciente estiver apto, emite-se o parecer para fazer a cirurgia. Como não há hospital local, a pessoa ingressa em outra fila de espera nos hospitais nas capitais anteriormente citadas. Nesse caso, boa parte das pessoas trans operadas que frequentam o Ambulatório TT realizaram os procedimentos com orçamento particular em clínicas privadas.

³⁰ Todos esses dados foram coletados na pesquisa de campo.

atendimento especializado psiquiátrico infantil. Nessa circunstância, seria o mesmo que atender-se no Ambulatório, mas não no mesmo espaço, cumprindo o que rege a Portaria do SUS sobre o processo transexualizador, o qual não permite atendimento aos menores de 18 anos. Essa orientação é cumprida pelo local, porém ressalta-se que regularmente há crianças que procuram o serviço, junto de suas famílias que observam a transexualidade nos seus filhos. Em todos os casos, a primeira consulta no ambulatório é sempre com psicólogo/psiquiatra.

Em suma, mesmo com as limitações orçamentárias do SUS, o qual também ainda não dispõe de todos os medicamentos necessários para o processo³¹, o Ambulatório TT, no momento conta com um contingente que já possui cerca de cem mil prontuários abertos e segue crescendo, acolhendo pessoas vindas também de outros estados. Desse montante, aproximadamente 500 estão em atendimento. Entre a equipe que oferece um ambiente treinado para receber as pessoas trans e seus familiares, sublinha-se a importância de ter ido ao ambulatório e incluir relatos vindos deste campo, que é umbilicalmente conectado ao Espaço LGBT.

No transcorrer de todas essas etapas, priorizando sempre a prática da escuta ativa e atenta das pessoas interlocutoras, após o término de cada uma das ações, foram sendo registradas as percepções, sentidos e narrativas, buscando manter a integridade dos relatos e demais informações pertinentes, as quais serão explanadas nos próximos capítulos, em concordância com as temáticas de cada sessão.

Além de se propor a descrever os fenômenos a partir das narrativas coletadas, também objetivou-se, à luz de Becker (2007), criar categorias, examinando as lacunas por onde os fenômenos sociais se inter cruzam, mas não se encaixam. Ou seja, construindo um retrato da associação entre heteronormatividade e violência transfóbica manifesta nas narrativas acerca da dimensão dos vínculos afetivos. O intuito é também identificar as lógicas das estratégias utilizadas pelas pessoas trans para enfrentamento da *transfobia* nas relações afetivas intrafamiliares e amorosas.

Pode-se enfatizar que o desenho metodológico foi traçado em consonância com a demanda do presente objeto de estudo, tecendo descrições por meio de um

³¹ É comum acontecer falta de abastecimento, que às vezes condiciona a busca da medicação em outras cidades ou articulando trocas medicamentosas entre os próprios usuários.

processo sistemático envolvendo a prática de observar os detalhes, registrar minuciosamente narrativas e analisar informações, pretendendo-se alcançar aproximação com a temática abordada, compreendendo os relatos, experiências e visão de mundo das pessoas trans contatadas.

Neste estudo não necessariamente se busca a concessão de poder de voz a alguém, ou mesmo encerrar o debate consolidando supostas verdades, até porque isso seria muita pretensão, mas propicia-se sentidos que podem ser compartilhados, multiplicando experiências e contribuindo para compreender, nomear e enfrentar violências. Com um caráter de metodologia participativa, eticamente construída coletivamente, ou seja, conduzida participativa e conjuntamente, alia-se metodologia e ética, a partir de inquietações que estimulam uma sociologia engajada no combate. No campo, o efeito da partilha coletiva, multiplica e ascende o protagonismo das pessoas participantes com uma forma decolonial, menos objetificadora, menos violenta. Nas negociações para realizar as rodas de diálogo, subvertendo a lógica e trazendo a devolução enredada na própria prática e na condução das trocas, configura-se uma escolha específica que visa uma posição ética, por parte de uma pesquisadora, que embora não se entenda nos padrões de alicerce heterocentrados, é lida socialmente enquanto cis.

Assim, considerando a tamanha objetificação em que as pessoas trans são submetidas e suas resistências para não virar novamente um mero objeto de estudo, buscou-se na negociação, edificar uma pesquisa participativa, dialógica, horizontal, com princípios que também expressam sobre o momento político atual, que tem respaldado e demandado caminhos dissidentes para fazer pesquisa.

Tendo como pretensão buscar mecanismos para observar como as pessoas abertamente reagem frente aos temas, possibilitou-se, através de diferentes encontros, que os sujeitos informantes explorassem suas próprias subjetividades e experiências, mantendo a compreensão focada nas sutilezas das formas de violência, no isolamento, na diferença entre as performatividades, nas relações que ainda não são visivelmente aceitas, bem como identificar o contrário, presente naquelas famílias que aceitam ou nos relacionamentos de amor positivos.

Como Bento (2015) explana, nos últimos anos temos aprendido a desmontar esse belo, simples e binário edifício explicativo. Entretanto, ainda são muitas as dificuldades e peculiaridades desse campo sociológico que está em processo aberto

de recente ascensão. Em primeiro lugar, porque desconstruir e desconstruir-se, adota um caráter de tamanha relevância, porém é tarefa árdua e constante, que só pode ser superada com olhares atentos aos saberes abjetos subalternizados.

Em segundo lugar, porque ao passo em que são embasamentos que favorecem a representatividade e autonomia dos sujeitos envolvidos, também deve ser priorizada a integridade dos participantes. É impactante perceber o quanto as situações de violência motivada por preconceito às diferenças são parte do cotidiano desses sujeitos. É rotineira a prática de compartilhar notícias sobre assassinatos e violências transfóbicas contra pessoas próximas, o que coloca como algo primordial a cautela e sensibilidade para olhar essas questões, exigindo um posicionamento com alto grau de cuidado por parte do pesquisador.

Em síntese, os mesmos fatores teóricos, técnicos e metodológicos que convergem de maneira positiva ao encontro de atingir os objetivos do estudo, são também parte do problema a se resolver. Envolve escolhas e atuações que repercutem em um compromisso em um plano ético-político que jamais pode ser esquecido ou omitido. Nesse caso, o caminho das escolhas teóricas, metodológicas e técnicas, nas quais se centra fundamento ético, justifica-se pela demanda do tema social que, enquanto problema social real, constitui um problema sociológico onde o mais adequado, para desvelá-lo, é incorporar a densidade da experiência, ouvir, observar, questionar, entender, construir impressões³². Enfim, constructos que só podem ser atingidos por um levantamento qualitativo.

Nas bases da metodologia de uma pesquisa que entrelaça problemas sociais e problemas sociológicos que são compartilhados coletivamente, deve haver uma adequação entre ideais técnicos e ideais éticos, que permitam o levantamento e acúmulo de dados, possibilitando o encontro da melhor forma de resolver os problemas abordados. Assim, frente às tecnologias sociais que buscam enquadrar sujeitos, identidades e corpos em normas de gênero, a pesquisa qualitativa se afigura como alternativa cabível. Principalmente, porque é um modelo profundamente voltado para a dimensão da experiência, é sobre sentidos, sobre significados e, portanto, integra as técnicas e ferramentas pertinentes para alcançar a fluidez das respostas buscadas.

³² Como corrobora Miskolci (2009, p. 173), “a invisibilidade da experiência esconde sua criação social e histórica: os sujeitos marcados pela diferença”.

Pode-se afirmar que é o problema que delimita qual é o melhor caminho. Ou seja, é no campo onde se busca as coordenadas sobre quais estratégias teóricas, técnicas e metodológicas devem ser utilizadas para atingir graus necessários de generalização. Como corrobora León (2015, p. 249), “a metodologia é escolha do investigador, feita a partir de suas leituras e, principalmente, daquilo que o campo “pede””. Porém, parte dessas construções críticas que norteiam os caminhos adequados são aquelas mesmas que favorecem o aparecimento de contradições, pois, afinal são também partes do problema em questão. Exemplo disso reside entre o caráter metodológico de construção das narrativas participativas com a maneira que cada sujeito reivindica o sofrimento e a legitimidade das violências nas suas percepções. Ou seja, apesar da metodologia negociada, há um espaço institucional e uma construção de narrativa atravessada por esse espaço, onde se reivindica direito por políticas públicas, e o discurso, portanto, vem carregado por um sujeito enquanto ser vulnerável e em sofrimento.

Ainda é preciso considerar que para efetivar representações substanciais e científicas na pesquisa, é importante agrupar combinações historicamente contingentes, as quais são geograficamente influenciadas por uma variedade de processos (BECKER, 2007). Então, nesse viés, vale ressaltar que partindo de um cenário econômico, cultural e político como o do Brasil, intensifica-se a complexidade para implementação de pesquisas sobre esse tema. Haja vista que além dos obstáculos elencados anteriormente, que são internos ao campo sociológico, a ciência não atinge amplamente um patamar de reconhecimento e de investimento suficiente para sua consolidação³³.

Com o alicerce da resistência que eclode de todas as pessoas que transgridem normas pré-estabelecidas para exercer seus desejos, se amplifica a relevância de pautar esse estudo. Nas dobras de quem nasce lagarta e se transforma borboleta, é alçado o voo da diversidade.

³³ Se tratando de pesquisas no campo das humanidades, essa conjuntura é mais caótica ainda e isso pode ser visualizado e entendido através da recente vinda da própria Judith Butler ao Brasil. Em uma sequência de perseguições, retaliações e manifestações fundamentalistas de pessoas que não queriam sua vinda ao país, a teórica teve sua face representada em cartazes, com chifres desenhados em uma suposta associação do seu trabalho como algo satânico ou diabólico. Enquanto seguravam cruzes, os manifestantes queimavam bonecos análogos à Butler, aos gritos de “queimem a bruxa!”. Porém, do outro lado, pessoas também a recebiam com resistência e apoio, demonstrando a importância da sua presença nesse verdadeiro conflito político e moral, que agrupa questões de gênero e que representa o quão desafiante será construir essa análise em meio a essa dimensão.

CAPÍTULO 2 – SOBRE “NASCER LAGARTA E (TRANS)FORMAR-SE BORBOLETA”

Assim como ocorre nas experiências humanas em geral, na vida transgênera também há uma vasta gama de relações complexas (BENTO; PELÚCIO, 2012). No entanto, o corajoso e difícil passo em direção à transição é acompanhado de conflitos específicos, que perpassam por todas as relações afetivas concernentes ao sujeito envolvido, sendo caracterizada por uma experiência identitária que se materializa nas interações com as instituições sociais (BENTO, 2008; BUTLER, 2009) e, portanto, articula-se com marcadores sociais da diferença envolvendo variáveis históricas, políticas, culturais, sociais e econômicas.

Por inúmeras vezes, no campo de pesquisa, ouviu-se a comparação desse processo com a metamorfose vivenciada pelas borboletas. A borboleta, inclusive, é considerada pelos movimentos ativistas como um dos símbolos que representa a transexualidade. Curiosamente, ao analisar a (trans)formação de ambas, realmente são muitas as equivalências. As borboletas, passam por quatro fases diferentes de mutação (ovo, larva, crisálida e borboleta), sendo cada uma delas precedida por longas etapas de desenvolvimento, onde em cada estágio há a superação através de mudanças e da autossustentação. Ela só inicia o processo quando as condições climáticas são favoráveis. Na relação com o casulo, vai evoluindo e se nutrindo até criar asas para voar. As etapas anteriores são importantes, mas não determinantes. A cor da lagarta, por exemplo, nem sempre determina a coloração da borboleta, sendo que, na verdade, o que determina a cor é o reflexo como efeito da luz, pois suas asas são claras. Também é interessante que depois de se fortalecer alimentando-se, ela permanece um tempo em total estado de repouso, enquanto seus tecidos corporais vão modificando-se através de ecdises (troca de pele). Mesmo quando se libertam do casulo, ainda permanecem com as asas molhadas, apenas se libertando para voar depois que estas secam. Uma borboleta, além de ser veloz, é capaz de enxergar em 360°, visualizando inclusive raios ultravioletas. Espécies, tamanhos, tonalidades e velocidades adquiridas em um profundo processo de (trans)formação que, infelizmente, depois de concluído, não tem durabilidade, já que as borboletas têm uma média de vida muito curta devido às condições adversas do ambiente.

É interessante que as pessoas trans tenham impulsionado a estabelecer equiparações entre essas transições (das borboletas e das pessoas trans), pois remetem a sequências de situações que simbolicamente se assemelham. As pessoas trans, ao atravessar os conflitos de um processo com sucessivos e diversificados estágios de modificação, enquanto resistem e se fortalecem progredindo em torno da sua designação, buscam condições favoráveis aos seus desejos e nas relações afetivas, isso é, com seu casulo, eclodem performatividades plurais. Também é recorrente que muitas permaneçam um tempo “de repouso”, ou seja, distante dos familiares e amigos que a conheciam com a performatividade voltada para seu gênero anterior, só retornando depois de estarem adequadas às suas transformações. Muitas nem voltam, uma vez que depois de atingirem os estágios almejados de evolução, levam as marcas do casulo, mas “criam asas” e se destacam pelas habilidades e destreza que aprendem para se movimentar. As asas são sinônimas da liberdade de se expressar, mas o que fica “*entre o casulo e a borboleta*”, são histórias de muito enfrentamento e resistência contra as *transfobias*.

Encontrar determinantes na forma como cada pessoa trans colore sua transição é um obstáculo, pois reflete tonalidades variadas. São experiências multifacetadas, mas com uma sucessão de episódios que são comuns. Como afirma Castro (2007), a história de vida de cada pessoa é sempre um episódio singular, entretanto, essas histórias estão sempre intrincadas em um contexto social mais amplo, haja vista que, mesmo se tratando de histórias com personagens singulares, ainda tratam-se de sujeitos coletivos. Pode-se afirmar que “todos os corpos já nascem “maculados” pela cultura” (BENTO, 2003, p. 1).

As histórias, mesmo que observadas de modo individual, não configuram apenas manifestações psicológicas autônomas, são expressões de processos sociais e culturais amplos, que informam as características dos indivíduos e são simultaneamente transformados por eles, construindo uma relação não de replicação, mas de associação (ALMEIDA, 2012). Isso tudo torna a sexualidade um campo fértil de análise, pois como corrobora Leal (2005, p. 62), “a relação sexual e tudo o mais que a envolve são, antes de tudo, um vínculo social envolvendo relações de poder, hierarquias, expectativas e significados sociais”.

Seguindo esse entendimento, a transgeneridade trata-se de um fenômeno coletivo, uma vez que gênero é uma variável social (LANZ, 2016). Nesse processo,

as pessoas podem se descobrir e/ou se anunciar como transgêneras em qualquer estágio ou circunstância de vida, inclusive há aquelas que se revelam na medida em que vão se desenvolvendo, adotando condutas condizentes com performatividades desviantes do dispositivo binário de gênero, enfrentando desde sempre toda a pesada carga de sanções sociais por cometerem essa transgressão (LANZ, 2016). Nestes casos, não há um momento específico de revelação pública ou a necessidade de “sair do armário”, em contrapartida de outro contingente em que muitas vezes por medo de revelar sua condição ou simplesmente por não desejar se abrir, permanecem enclausurados, não se identificando externamente como uma pessoa trans³⁴.

É frequente nos relatos que sejam evidenciadas situações históricas ocorridas na infância, buscando características da transexualidade que estariam presentes desde a tenra idade. No entanto, “cada pessoa tem o seu tempo, o seu ritmo e a sua forma de se assumir perante o mundo” (LANZ, 2016, p. 211). A (trans)formação, isto é, o processo de descobrir-se, de assumir-se e explorar os (re)significados da(s) própria(s) performatividade(s), abrange categorias plurais, fundacionais de um sistema forçadamente unívoco, onde preliminarmente torna-se imprescindível problematizar as noções de sexo, gênero e orientação sexual.

Gênero, segundo Butler (2003), nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, podendo ser pensado como uma espécie de imitação persistente que passa como real. “Os limites do gênero se estabelecem sempre nos termos de um discurso cultural hegemônico, baseado em estruturas binárias” (BUTLER, 2003, p. 28), nas quais o “sexo” se forja como “um ideal regulatório cuja materialização é imposta” (BUTLER, 2000, p. 110).

Nesse viés binarista do gênero como masculino ou feminino, toma-se o sexo enquanto uma parte (as genitálias), que seria equivalente ao todo (o corpo), como se a genitália fosse o próprio corpo (BENTO, 2006). A partir desse enquadre social do sexo forjado como determinante, naturaliza-se uma dedução dos desejos e relacionamentos afetivos, amorosos e sexuais, isso é, da orientação sexual, a qual compulsoriamente é associada à heterossexualidade.

³⁴ Lanz (2016) também aponta para a insuficiência de registros sobre a população transgênera, sublinhando que, até agora, nenhum censo oficial realizado em algum país do mundo incluiu a opção “transgênero” em seus levantamentos, nem mesmo organizações públicas ou privadas oferecem a opção “transgênero” nas suas fichas de identificação.

Contudo, no argumento teórico butleriano, constata-se o seguinte:

As correlações entre identidade de gênero e orientação sexual são, na melhor das hipóteses, turvas: não se pode prever, com base no gênero de uma pessoa, qual identidade de gênero ela terá e qual ou quais direções do desejo essa pessoa, ao final, levará em consideração e seguirá. Isso só se daria se compreendêssemos o desejo a partir de uma matriz exclusivamente heterossexual (BUTLER, 2009, p. 100).

A experiência transexual, contestando as normas impostas, desvela que sexo e corpo não são determinantes para o gênero vivenciado. Ou, ao contrário, o gênero não se encerra na pele e na superficialidade da matéria corpórea. O corpo sexuado, evocado como um dado natural, na verdade é resultado dos ditames de gênero, que compreendem um aparato regulatório onde a heterossexualidade funciona como um regime compulsório de poder (BENTO, 2008). Toda essa construção generificada das expressões e relações a partir de uma matriz heterossexual delimita fronteiras que colocam determinados corpos como abjetos e deslegitimados.

Olhando para esses corpos (desviados e desviantes), as concepções de sexo, gênero, sexualidade, orientação sexual, sobrepostas à raça, etnia e classe, envergam os caminhos das análises acadêmicas, reivindicando, através dos movimentos feministas e lgbTRANS, a necessidade de contemplar os saberes insurgentes de subjetividades dissidentes, sujeitos não hegemônicos, inferiorizados e invisibilizados, porém resistentes à marginalização, à criminalização, à patologização e discriminação. Essa lógica através de lentes *queerificadas* vai reformular o modo de compreender o processo de construção dos sujeitos, das suas subjetividades, dos seus desejos. Além de interrogar o saber intelectual como fonte exclusiva de produção de conhecimento, vai reinventar estratégias para observar a realidade de experiências desqualificadas socialmente. Articulando discurso, corpos e espaços sob a perspectiva de desalojar percepções colonizadoras e desconstruir processos de controle excludente que se espraiam sobre afetividades e relações.

Em um terreno de disputas identitárias enredadas pela heteronormatividade, o conceito de performatividade é colocado como *lócus* para pensar todo esse paradigma conjuntural que agrupa elementos de sexo, gênero, sexualidade, identidade, raça, classe, etnia e tantos outros marcadores que discursivamente e continuamente são materializados compondo corpos, desejos e subjetividades.

Nessa órbita, as performances de gênero, a sexualidade e a subjetividade se apresentam coladas uma na outra, como elementos constitutivos da identidade do sujeito (BENTO; PELÚCIO, 2012). Berenice Bento, sobre esse aspecto, explica:

As performances de gênero seriam ficções sociais prevalentes, coactivas, sedimentadas, gerando um conjunto de estilos corporais que aparecem como uma organização natural (e daí deriva seu carácter ficcional) dos corpos em sexos, em uma relação binária e complementar. A performatividade não é um “ato” único, singular, são as reiterações das normas ou conjunto de normas (BENTO, 2003, p. 4).

O gênero não é só performativo, é construído de modo orgânico e, ao mesmo tempo, sua plasticidade é visível nas reiteradas imitações resultantes de tecnologias sociais que fabricam corpos sexuais (PRECIADO, 2002). Ou seja, é produto da fabricação de uma fantasia instituída sobre os corpos, naturalizada e inscrita como efeito de um discurso ilusório sobre identidades estáveis (BUTLER, 2003). A performatividade envolve padrões culturais e hegemônicos, que se inscrevem na superfície dos corpos, regulando não só suas estruturas (gestos, movimentos e estilos), mas também legitimando seus desejos. Como corrobora Nepomuceno (2010, p. 179), “os atos performativos são autoritários, onde o poder atua como discurso”. No entanto, através do corpo-manifesto e performático, com sua potencialidade criadora de gêneros e sexualidades, reconfiguram-se perspectivas plurais e anti-normativas de ver e estar no mundo (NEPOMUCENO, 2010).

Em uma multiplicidade performática, a fluidez generificada extrapola os limites discursivos e sexuais sobre os corpos, retratando nos corpos trans a ressignificação das hétero-normas, instalando nas tramas relacionais, o colapso das concepções afetivas essencializadas nas díades binárias. Direcionado a esse sentido, a subseção seguinte seguirá nesse debate, confluindo essa lógica das performatividades com as afetividades.

2.1 PERFORMATIVIDADES PLURAIS E AS RELAÇÕES AFETIVAS HETERONORMATIVAS

No dia 20 de julho de 2018, no decorrer de uma das rodas, ao debater sobre as identidades e orientações sexuais, o diálogo foi conduzido apontando as múltiplas experiências:

Se fosse pra pensar na identidade de gênero e sexualidade e tal, eu acho que eu me identificaria fora dos gêneros e sexualidades da heteronormatividade, também não sei se me sentiria confortável dizendo que sou apenas lésbica, então talvez a palavra trans também me sirva, como coisa em movimento, não binária, fluída, por aí... Melhor deixar sem rótulo!

Eu não me defino como nada, eu não sou mulher, não sou gay, nem nada, eu sou não-binário.

É binário ou não binário? Trans ou cis? Eu não sou homem, nem mulher, nem gay, nem nada. Eu não tenho sexo. Posso até ser andrógino. Mas não sou nada. Parei até de fazer sexo (Registrado em 20 de julho de 2018).

Em resposta à continuidade dessa troca, uma colega ao lado responde imediatamente: “Eu o que respirar tô pegando!”. Naquela ocasião, com a sequência de relatos, todos acham graça ao constatar que ali se desenrolavam histórias sobre: um não binário que não faz sexo, um homem gay casado com uma mulher trans, uma pessoa não-binária, uma trans lésbica e outra bissexual. Uma mulher transexual presente reflete: “se a gente que tá debatendo isso já acha complicado, imagina como a gente joga isso pra sociedade, como vão receber, como a família vai receber. Se for de família religiosa então, ou conservadora, já vai achar que é tudo safadeza”. Nesse momento, a palavra de uma travesti, conclui: “pra falar a verdade eu mesma não tô entendendo nada!”.

Mesmo dentro do próprio núcleo LGBT, há divergências sobre a compreensão de determinadas vivências, levando a reflexão de que se mesmo nesse meio é difícil gerar um entendimento e uma aceitação, do restante da sociedade esse alcance pode estar distante ainda mais. Entre a complexidade e fluidez de performatividades que são plurais, se, por um lado, as pessoas apresentam a necessidade de criar categorias de enquadramento tanto das performatividades, quanto de suas relações afetivas, buscando sempre uma essencialização e reducionismo daquilo que uma pessoa pode ser e desejar, por outro lado, também é compreensivo que determinados conceitos e terminologias, muitos advindos da esfera acadêmica, ainda estão distantes da realidade que contempla certos contextos LGBT. Por exemplo, o próprio termo “não-binário” é uma concepção que ainda não é acessível para a maior parte do público que foi acessado na pesquisa, embora muito provavelmente possam até conhecer pessoas que vivenciam e quem sabe elas próprias estarem próximas dessa situação. Igualmente ocorre com a caracterização enquanto “feminista”, que está longe de muitas mulheres trans e travestis que não

se reconhecem nessa categoria, mas que por suas experiências, expressam e inspiram ideias de libertação que se coadunam com os objetivos do feminismo.

Com algumas tentativas falhas de tentar delimitar as múltiplas performatividades trans, ou seja, as identificações, sentimentos, desejos e posições de mundo que as pessoas representavam, entre oscilações para tentar uma resposta definitiva dos questionamentos sobre “quem sou eu?”, a performatividade que se apresentou com concreta eloquência foi a de “travesti”, cujo papel se justifica centrado em uma ideia de identidade política. Como explicou uma participante: “Cada uma tem suas especificidades. Eu sou mulher transexual, mas às vezes me apresento como travesti por identidade política mesmo” (Registrado em 17 de agosto de 2018).

Como argumenta Almeida (2012), a transexualidade, enquanto termo que não se enquadra em uma delimitação universal e unívoca, embora seja uma classificação cunhada concretamente pela categoria médico-psiquiátrica internacional, confere unidade semântica capaz de oferecer inteligibilidade a trajetórias pessoais que até então eram inomináveis, com graus de abjeção intensificados³⁵. O autor explica que, justamente por serem plurais e diferentes entre si (em função dos próprios marcadores sociais da diferença), o termo transexual ou trans vem como um adjetivo, podendo ser sucedido por algum adjetivo que o caracterize (por exemplo: trans homem, transexual feminina, dentre outros).

Associada à viabilidade não só de conforto psíquico, mas também de reconhecimento social e respeito, essas categorias surgem como alternativa para descrever múltiplas vivências, também podendo trazer como consequência a criação de estereótipos (ALMEIDA, 2012). Como corrobora Moira (2017, p. 368), “cede-se ao estereótipo o quanto fizer sentido para a pessoa e, com isso, vai-se tentando minimizar o desgaste, a violência de deslegitimarem sua existência”. Assim, “ser incluído na categoria trans não implica a desassociação do estigma” (ALMEIDA, 2012, p. 518). Lanz (2016, p. 206), chega a afirmar que ser uma pessoa transgênero é ser um não-ser, “alguém que, mesmo tendo existência material, não constitui uma identidade socialmente reconhecida e legitimada, isto é, devidamente inserida na matriz cultural de inteligibilidade.”

³⁵ “O discurso médico não é único e não é o único a disputar o investimento de significados a termos como transexualidade” (ALMEIDA, 2012, p. 518).

Há uma pluralidade de performances, socialmente ancoradas na heteronormatividade, onde tão importante quanto analisar as diferenças sexuais, é perceber como tudo isso interfere nas relações cotidianas, instalando-se até nos micro contextos, levando não só à naturalização e reprodução da sexualidade, como também gerando identidades sociais aceitáveis ou patológicas. Tanto é desta forma que pessoas trans nem sempre são héteros, mas geralmente se segue essa linha de raciocínio, norteadas por um “olhar falocêntrico” (ALMEIDA, 2012, p. 519). Como corrobora Bento (2008), há um processo incessante de produção de anormalidade, assentado no império biológico e na genitalização das relações sociais³⁶.

Tem um indivíduo que tá conversando comigo e fica puxando assunto pelo celular que eu “to” preparando uma rasteira e “vo” fazer ele engolir no seco o que ele falou, depois que ele engolir eu “vo” vomitar e cuspir em cima dele, como eles fazem com a gente. Porque ele falou que meu cabelo era muito lindo, mas que se eu tivesse uma vagina eu seria bem melhor, eu seria linda e teria filhos lindos. Eu fiquei meio quieta e entalada porque por mais que a gente seja empoderada, mas a gente fica meio travada, aquilo dói, essa questão dos filhos dói em mim porque eu quero ter. Só que ele é aquele homem casado, heterossexual, tem filhos e esposa, mas tava lá na sala de bate papo onde me conheceu, procurando o que? Esse é aquele que vai se relacionar com a trans escondido. É como se eles quisessem negar nosso gênero, porque eles têm o desejo, mas quer invisibilizar, por causa desse machismo que deita e destroça todos os prazeres (Registrado em 28 de setembro de 2018).

“Embora seja uma ideia absurda definir uma pessoa em função exclusivamente do seu órgão genital, é isso que a sociedade faz diariamente com todos os seus membros” (LANZ, 2016, p. 207).

Eu não concordo que o homem biologicamente ou não, tenha que tá necessariamente associado a virilidade ou ao pênis, ou ao dinheiro como se sempre vai tá na posição de poder a mulher sempre ligada ao cuidado com a casa, com instinto materno, como se toda a mulher nasceu pra aquilo e vai gostar de salto e maquiagem. Essas coisas que são cruéis contra nós mesmas, às vezes até dentro do movimento tem exigências com os corpos e as pessoas sofrem porque não pode ter nenhum pelinho que vai colocar em dúvida o que cada um é. Cada um tem que ser do jeito que gosta e se sente bem pra ser feliz e isso não tá reduzido às genitálias (Registrado em 17 de agosto de 2018).

³⁶ Segundo Almeida e Murta (2013, p. 387), “no próprio movimento de travestis e transexuais, o essencialismo biológico/genital grassa”.

Nas relações afetivas, é possível observar que posicionamentos pautados no essencialismo biológico da heteronormatividade se engendram até mesmo entre algumas pessoas transexuais.

Considerar as características de apenas uma parte como definidoras do todo sempre acaba nos induzindo a erros grosseiros com relação ao todo. No entanto, é isso que a sociedade tem feito com as pessoas, reduzindo a enorme complexidade do ser humano (LANZ, 2016, p. 207).

A internalização da ideia de “incompletude” de um/a homem/mulher até que a cirurgia de transgenitalização seja realizada, acarreta em situações onde mesmo que o sujeito seja socialmente reconhecido na nova performatividade, haja a necessidade, até para seu bem-estar físico e mental, de modificar completamente seus corpos (ALMEIDA; MURTA, 2013, p. 387).

Como explica Bento (2003, p. 3), “os/as transexuais que reivindicam as cirurgias não são motivados, principalmente, pela sexualidade, mas para que as mudanças nos seus corpos lhes garanta a inteligibilidade social”. Ainda, como a pesquisadora corrobora, “as/os transexuais foram socializados/as em instituições que os/as prepararam para atuar de acordo com o gênero que lhe foi atribuído” (BENTO, 2003, p. 9).

Dessa forma, “na maior parte das vezes se espera que pessoas transexuais estejam em discordância com as normas de gênero, mas afirmá-lo não é simples” (ALMEIDA; MURTA, 2013, p. 387). Até mesmo porque em toda essa lógica da genitalização e generificação dos corpos, as normas de gênero são esculpidas também por padrões estéticos, que se estendem às pessoas trans causando impactos na forma como o processo performativo se desenvolve.

Acho impressionante o quanto as pessoas afirmam que as pessoas trans precisam se adequar. Nos anos 80 a gente precisava ter mamas, maçãs de rosto, quadris alongados, então o que a gente fazia sem condições? Ia para as famosas bombadeiras. E ficaram no passado? Não. Estão aí, colocando do mesmo jeito, inclusive mulheres cisgêneras que precisam se adequar pra serem gostosas continuam usando também da mesma forma. Essa ditadura não acaba, só aumenta! Antes a gente usava espuma, cortava do colchão, colocava na lateral do quadril e as outras ainda eram perigosa e batiam na bunda da gente e fazia: pof! A gente trocava informações de como fazer e pra não passar por isso, a gente ia onde continua até hoje, comprava as agulhas de aplicação de cavalo e entregava o litro de silicone, o algodão e lógico, a coragem! “Bixa não grite! É a dor da beleza!”. Se a gente não morresse naquele instante, a gente passa a viver com bomba relógio dentro

de si. Não é nada mais do que silicone que é usado pra lubrificar pneu de avião e carro.

- Mas fica bonito né? (Todos riem) (Registrado em 17 de agosto de 2018).

Almeida e Murta discorrem que a transexualidade, pode ser interpretada da seguinte maneira: “a) é uma *experiência identitária e um desdobramento das normas de gênero*; b) é uma *construção histórica e cultural*; c) é *metonímia das relações de gênero hegemônicas*” (2013, p. 387, grifo dos autores).

Segundo Salin (2015), partindo da teoria butleriana, é necessário considerar nesse debate a importância do sujeito articulando as categorias de gênero, sexo, linguagem e psique. Mas, além disso, buscando alcançar reflexões políticas e acadêmicas sobre a existência social e diversidade de corpos e gêneros, se faz necessário uma análise voltada para as categorias de *cisgeneridade* e *cisnormatividade* (VERGUEIRO, 2015)³⁷.

Conforme Grimm explica, o conceito de *cisgeneridade* está ligado à ideia de *cissexismo*, os quais podem ser compreendidos da seguinte forma:

Cisgeneridade: categoria identitária, que se refere a pessoas cuja referencial do “próprio” sexo coincide com aquele assignado pelos discursos medico e jurídico ao nascer. Distingue binariamente homens ou mulheres, sem abrir margem para outras identificações.

Cissexismo: conjunto de violências diversas, cuja inteligibilidade se pauta pela deslegitimação das identidades trans, marcadas enquanto “falsas mulheres” ou “falsos homens”, bem como pela negação da existência de pessoas não-binárias (GRIMM, 2015, p. 15, grifo da autora).

No decorrer da história, o que se nota é uma sociedade profundamente *cissexista*, a ponto de sequer enxergar seu *cissexismo*, naturalizado como espécie de uma lei (MOIRA, 2017). Tanto é assim que o termo “cis” surge apenas setenta anos após o termo que lhe faz oposição, “trans” (MOIRA, 2017, p. 365). Entretanto, é preciso pensar a pessoa trans para além da lógica de obviedade dualista, binária e essencial como se estivesse de um lado oposto a pessoa *cis*. Existem

³⁷ Vergueiro (2015) chama atenção para a importância da intersccionalidade como aspecto crítico da *cisnormatividade*, a qual aponta o alinhamento de outros vetores normativos imbricados nessa relação, destacando-se um cenário onde atuam padrões de branquitude, *cisgeneridade*, heterossexualidade, cristianidade. A partir disto, a autora discorre que a “normatividade de gênero – a *cisnormatividade*, ou normatividade *cisgênera*, exerce, através de variados dispositivos de poder interseccionalmente situados, efeitos colonizatórios sobre corpos, existências, vivências, identidades e identificações de gênero (VERGUEIRO, 2015, p. 43).

performatividades, traduzidas em uma multiplicidade de existências que não se enquadram simplesmente de um lado ou de outro.

Como reflete Moira (2017), *cis* e *trans*, podem ser conceitos que parecem redutores na medida em que se tem uma compreensão redutora sobre como eles devem sê-lo. Para a autora, entre o *cis* e o *trans*, enquanto pontos de referência como dois extremos de uma dada divisão do mundo, há uma grande variedade de sujeitos e de casos considerados fronteiraços (MOIRA, 2017). Isso ocorre porque “o papel que a pessoa desempenha no mundo não é decidido de maneira unilateral, por decreto, mas sim através duma negociação tensa de sentidos” (MOIRA, 2017, p. 369).

Há uma pluralidade de características que permeia o universo das travestilidades, transexualidades e transgeneridades. Isto é, há uma pluralidade de performatividades (sejam *cis*, *trans* ou nenhuma destas), as quais não se configuram como um ato singular e único, mas sim em múltiplas reiterações que seguem um conjunto de normas das instituições sociais (BENTO, 2003).

O gênero adquire vida através das roupas que cobrem o corpo, dos gestos, dos olhares, de uma estilística corporal e estética definida como apropriada. São estes sinais exteriores, postos em ação, que estabilizam e dão visibilidade ao corpo, que é basicamente instável, flexível e plástico (BENTO, 2003, p. 3).

É nesse cenário de fissuras e contradições rizomáticas que, segundo Bento (2003), se deve analisar a experiência transexual, de modo que seus desdobramentos e deslocamentos não podem ser vistos como problemáticas individuais. É nessa esfera que se torna um fato preponderante retomar o domínio que se sustenta a partir do direito e da medicina, áreas que exercem uma (re)produção das lógicas de patologização e criminalização daquele “ser-político-cultural que afronta a ordem vigente” (LANZ, 2016, p. 206).

Embora tenha sido recentemente alterada a Classificação Internacional de Doenças (CID), retirando a transexualidade da lista de doenças mentais, ela ainda aparece como um distúrbio de comportamento sexual, com a justificativa de que isso garante a assistência médica específica para essa população. A patologização segue como “um dos mecanismos utilizados para manter as práticas que divergem do modelo hegemônico dos gêneros às margens do considerado humanamente

normal” (BENTO, 2003, p. 5). Todavia, o que a ordem vigente chama de “normalidade” é uma condição artificial e arbitrariamente criada pela própria sociedade, por intermédio do discurso político-cultural advindo de estratos sociais com o poder dos “saberes” científicos e dos “dogmas” religiosos (LANZ, 2016).

Na dinâmica social desse cenário, o regime da heteronormatividade encontra uma rede difusa e heterogênea de discursos, práticas e tecnologias que patologizam e punem relacionamentos sexo-afetivos, criando dissidências sexuais a partir de práticas sexuais que se desmarcam e desviam da organização de prazeres prescritos – dentro de uma determinada realidade material e discursiva – enquanto “normais” ou “corretos”, ou que funcionam fora da diferenciação entre “homens” e “mulheres” (GRIMM, 2015).

Há um processo de patologização social que leva a um quadro de sintomas de rejeição e depressão sobre o próprio corpo trans, gerando uma dinâmica transfóbica que engloba ideais essencialistas que se tangenciam pelas noções de culpabilização, fiscalização, controle, punição. “Culpabilizar implica atribuir, sobre determinados corpos, a agência de uma violência como intrínseca a sua própria existência” (GRIMM, 2015, p. 94)³⁸.

Minha amiga de sala vai trepar no banheiro toda terça-feira de manhã, ela é mãe de família, casada, ela sempre sobe no banheiro com um boy mais novo. Eu perguntei se ela acha isso certo, se alguém sobe lá, ela esquece que tá no banheiro e vai gemer, aí se alguém ver ela como ela iria sair, vai marginalizar a classe? Não, porque mesmo que for uma amapoa³⁹ fazendo isso, vão sempre dizer que é as trans que vão fazer putaria. Ela sai bem disfarçada e sobe. Se fosse uma trans e tivesse lá, já teria sido descoberta. Essa mulher, cis, tem uma filha de 15 anos de idade. É interessante que ela diz que sai rejuvenescida, sai com uma sensação como se ela tivesse 14, 15 anos de idade, é uma coisa de adolescente, ela se sente jovem. Passada! Talvez se fosse uma trans nem conseguiria sair pra ir pra lá escondida, porque todo mundo ia ficar catando e já iam ver, iam pegar logo, ainda a questão racial, que as pessoas negras são punidas logo, ou são vistas como se fosse roubar ou são ignoradas! Várias vezes eu chego nos lugares e as atendentes mesmo não sendo brancas, veem um cara que está lá atrás, mas te desviam. Ou a gente entra em um lugar e sempre tem alguém atrás pra cuidar (Registrado em 3 de agosto de 2018).

Os parâmetros que patologizam a realidade trans se esforçam para anular as performatividades como múltiplas e diversas. Para manutenção da *transfobia*, há

³⁸ Por essa via de análise, é importante inclusive frisar que o próprio uso do termo *transfobia* requer precauções para não respaldar a reculpabilização das pessoas trans.

³⁹ Amapoa, no Pajubá, significa moça, jovem, mulher.

uma tentativa de ocultar que todas as pessoas, sejam homens, mulheres, transexuais ou travestis, estão *transitando*, não se trata de uma exclusividade das pessoas trans, “pensar em trânsito como exclusividade das travestis é naturalizar o gênero e criar uma categoria estanque para abrigar cada um dos personagens da vida social” (CARDOZO, 2007, p. 246, grifo da autora).

Indo ao encontro à lógica de sujeito na ótica butleriana, há uma miríade de performatividades plurais e embora seja utilizado o termo “transicionar”, as pessoas trans também criticam essa expressão, tendo em vista que defendem que o sujeito não transiciona, “ele é porque é”. Reconhecer e legitimar as diferentes possibilidades de performatividades é fundamental, pois o contrário seria falacioso.

Deve ser desvelado e enfatizado que todas as pessoas (não só as “trans”), não estão completamente em conformidade com o que a *cisnorma* exige e impõe, trazendo a tona um cenário onde a heteronormatividade é completamente rasurada, a partir de performatividades que estão o tempo todo em movimento e em processo de transformação, havendo uma frágil e forjada adequação. Como Bento (2006, p. 34) explana, “os sujeitos estão performativamente interpretando as normas de gênero, e é nos espaços abertos por essas interpretações que se podem pensar as possibilidades de mudanças e fissuras nessas mesmas normas de gênero”.

Em virtude da reiteração, que fossos e *fissuras* são abertos, fossos e *fissuras* que podem ser vistos como as instabilidades constitutivas dessas construções, como aquilo que escapa ou excede a norma, como aquilo que não pode ser totalmente definido ou fixado pelo trabalho repetitivo daquela norma (BUTLER, 2000, p. 9).

Tanto é assim, que isso reflete em impactos diretos entre o processo de transição, o afeto e as relações transfóbicas. As identidades são sistemas complexos e escorregadios, igualmente não são coerentes, monolíticas, homogêneas, sem diferenças internas e externas (BENTO, 2003). Se não for tomado esse ponto de análise, se torna inalcançável a explicação, por exemplo, para tantos relatos trazidos por pessoas trans que trabalham na prostituição onde sua clientela é majoritariamente composta por homens casados, em relações falsamente monogâmicas e tradicionais de valores conservadores, onde expressam ideais políticos carregados de moral heteronormativa, mas que no sigilo da relação marginalizada com a pessoa trans, realizam seus desejos íntimos tão erroneamente

reprimidos. Ou tantos casos de pessoas trans que iniciaram sua vida sexual a partir de estupros cometidos por policiais militares, líderes religiosos e outras figuras de poder, cuja performatividade masculinizada é tão reforçada e seu título de integridade é tão exaltado, mas na realidade, quando sua conduta é desvelada, surge outro personagem. “A maioria dos meus clientes são todos cidadãos de bem e policiais, todos são eleitores do Bolsonaro” (Registrado em 17 de agosto de 2018).

Como Judith Butler explica:

Existem zonas intermediárias – regiões híbridas de legitimidade e ilegitimidade – que não têm nomes claros e onde a própria nomenclatura entra em crise produzida pelas fronteiras variáveis, algumas vezes violentas, das práticas legitimadoras que entram em contato desconfortável e, às vezes, conflituoso, umas com as outras. [...] A existência dessas regiões, que não se constituem exatamente em opções, sugere que o que perturba a distinção entre legitimidade e ilegitimidade são práticas sociais, especificamente práticas sexuais, que não aparecem imediatamente como coerentes no léxico de legitimação disponível (BUTLER, 2002, p. 229-230).

CAPÍTULO 3 – SAINDO DO CASULO E OS DESAFIOS PARA VOAR

*Perdi-me do nome
Hoje podes chamar-me de tua
Dancei em palácios
Hoje danço na rua*

*Vesti-me de sonhos
Hoje visto as bermas da estrada
De que serve voltar
Quando se volta para o nada*

*Eu não sei se um Anjo me chama
Eu não sei dos mil homens na cama
E o céu não pode esperar*

*Eu não sei se a noite me leva
Eu não ouço o meu grito na treva
O fim quer me buscar*

*Sambei na avenida
No escuro fui porta-estandarte
Apagaram-se as luzes
É o futuro que parte*

*Escrevi o desejo
Corações que já esqueci
Com sedas matei
E com ferros morri*

*Eu não sei se um Anjo me chama
Eu não sei dos mil homens na cama
E o céu não pode esperar*

*Eu não sei se a noite me leva
Eu não ouço o meu grito na treva
E o fim quer me buscar*

*Trouxe pouco
Levo menos
A distância até ao fundo é tão pequena
No fundo, é tão pequena
A queda*

*E o amor é tão longe
(Balada de Gisberta – Maria Bethânia)⁴⁰*

⁴⁰ Os versos acima citados, pertencentes à música "Balada de Gisberta", foi composição de Maria Bethânia para homenagear a vítima de um homicídio transfóbico cometido há 12 anos contra uma mulher trans chamada Gisberta. Seu crime repercutiu mundialmente pelo caráter de crueldade com que um grupo de 14 jovens com idade entre 12 a 16 anos, a torturaram e a violentaram durante dias, abandonando seu corpo em um poço de 15 metros (FILHO, 2016). Com 45 anos, brasileira de São Paulo, imigrante ilegal residindo em Porto (Portugal), Gisberta era prostituta, sem-teto e soropositivo. Após seu assassinato, ela tornou-se símbolo da luta trans, tendo sua história transformada não só em

Ao afirmar que existem normas de gênero, é necessário pensar em regras, leis, interdições e punições, sobre as quais se regulam comportamentos, causando a marginalização e integibilidade de determinados corpos (BENTO, 2008). Retratando isso, a realidade de vida das pessoas trans carrega manchas de sangue e um histórico de múltiplas retaliações perpetradas contra elas.

A violência transfóbica, com suas bases fincadas no sexismo, se apresenta no âmbito social e político e está para além da compreensão redutora que apenas tenta dizer quem são as pessoas trans, recusando a dimensão *cis* que situa a existência dessa segregação (MOIRA, 2017). De encontro com essa formulação, compreende-se que a multiplicidade da realidade das experiências trans, não podem ser essencializadas a um modelo específico e unívoco e, para além disso, que a *transfobia* opera como uma chave de integibilidade, a qual anuncia relações de gênero e sexualidade, motivando violências e vulnerabilização, mas não encerra nisso, haja vista que perpassa pelas dimensões, por exemplo, de classe, raça, etnia.

A *transfobia*, mecanismo cotidiano de exclusão que designa os sujeitos em pauta como inferiores, encontra no seu cerne a hierarquia da sexualidade *cisheteronormativa*, configurando-se como um fenômeno complexo e multifacetado que não se encerra na individualidade, pois se processa na dinâmica das relações afetivas e sociais (PERUCCHI; BRANDÃO; VIEIRA, 2014).

Sendo assim, a *transfobia* não pode ser tomada como um dado ou apenas como categoria descritiva. Há uma dinâmica social que dá base a ela, onde a família, por meio das regularidades objetivas da vida cotidiana, incorpora seus membros, sem estar isenta ao funcionamento da heteronormatividade (PERUCCHI; BRANDÃO; VIEIRA, 2014). Atuando como um eficiente dispositivo para reiteração da norma no micro contexto das relações de parentesco e coabitação, frequentemente a família repete formas de discriminação similares àquelas visíveis em outras conjunturas da sociedade, se estendendo inclusive para as configurações de sexualidade e conjugalidade.

O ato de transgredir a (forjada) estabilidade de gênero reflete em represálias no âmbito doméstico que se desdobram às variadas relações, incluindo cônjuges e parceiros sexuais. Nessa lógica, semelhante ao que sucede na violência de gênero

música, mas também teatro e cinema, além de ter tido representação na aprovação de legislações em defesa da causa e direitos LGBT.

“tradicional” com casais heteronormativos, o exercício de poder de um dos membros com o objetivo de dominar, controlar, coagir e até agredir também está presente nas relações em que uma das pessoas da família, ou do casal, é trans (OTERO *et al.*, 2015).

Podendo se manifestar de diferentes formas, de maneira pontual ou dentro de um processo de retroalimentação que mantém um ciclo da violência, essas situações produzem consequências que afetam gravemente a saúde da vítima em suas distintas áreas vitais, havendo um alto risco de suicídio em contrapartida de um baixo nível de denúncias e solicitação de apoio, ajuda ou assessoramento institucional (OTERO *et al.*, 2015). Ainda que o espaço doméstico possa ser pensado como equivalente à agregação, acolhimento e proteção de indivíduos, nesta esfera subentende-se a exigência moral de que a postura de seus membros seja compatível ao pressuposto hegemônico heterossexista, havendo, como resposta para aqueles considerados como desviantes, uma tentativa forçada de enquadramento à norma por mecanismos violentos e repressivos.

Frente a essa problemática, mesmo com o aumento de estudos centrados na violência doméstica para além da noção essencializada e binária, se constata a existência de maior interesse científico a respeito de lésbicas, gays e bissexuais, na medida em que fenômenos em torno das pessoas trans recebem menor atenção (OTERO *et al.*, 2015). Nessa mesma linha, a concepção diferencial para a violência de gênero “tradicional” reflete também a nível legal, onde há inúmeras dificuldades para denunciar, já que juridicamente este tipo de delito seria incluso na categoria “violência de gênero” e não especificamente na tipologia de “violência doméstica” (OTERO *et al.*, 2015, p. 917).

Frente a esse universo empírico que possui como fio condutor a violência, embora a preocupação deste trabalho se volte mais precisamente sobre a forma tópica de como a violência se manifesta através da *transfobia*, ainda é válido refletir preliminarmente a respeito da violência enquanto conceituação.

Segundo Porto (2010), a violência se configura enquanto problema social que se expressa por práticas recorrentes e naturalizadas a partir de representações sociais inseridas nos indivíduos e instituições. Em processos distintos, ainda que interconectados, o fenômeno da violência compõe um objeto sociológico que opera sobre conteúdos valorativos e ideológicos, por isso, a necessidade de que o

discurso científico se debruce sobre as questões sociológicas abdicando de análises restritas ao âmbito moral (PORTO, 2010). É preciso pensar a violência como algo que não se constitui de maneira singularizada, dando relevância às suas diversas ramificações “cuja às raízes são múltiplas e cuja identificação é complexa” (PORTO, 2010, p. 15).

Castro (2007) discorre que a violência cobre um espectro de fenômenos que vão desde o plano intersubjetivo (interpessoal), até ao plano geopolítico (guerras e atentados), nesse quadro, a violência das relações afetivas se evidencia por uma gradação de formatos, que vai desde a agressão verbal, a física e inclui até o campo simbólico de dominação, com coação, intimidação e abuso, este sendo frequentemente velado ou amenizado por justificativas externas à relação (como religião, astrologia ou traços de personalidade)⁴¹.

As metamorfoses pelas quais a violência se diversifica na contemporaneidade trazem formas cuja força motora dos conflitos se manifesta reunindo lógicas comuns de adesão, em um processo que se transforma, mesmo mantendo sua base (CRETTEZ, 2011). Assim, compreender a *transfobia* dentro das lógicas da violência implica considerar seus conteúdos e formas, que se orientam por normas e se traduzem nas práticas de sociabilidades plurais. Faz-se imperativa uma construção que integre “momentos de compreensão subjetiva a contextos/situações objetivos” (PORTO, 2010, p. 30).

Tem sido usual, no domínio da violência, a categoria de exclusão social, como parte da relação entre a violência e a aquisição de direitos (PORTO, 2010). Nesse caso, os grupos socialmente vulneráveis ou excluídos, estariam em uma condição de foco da violência, que se manifesta sobre seus protagonistas em variados contextos. Esse movimento, de acordo com o espaço social, transforma os sentidos da violência (PORTO, 2010). Nessa abordagem, a pesquisadora afirma que a violência na sociedade brasileira passa por mudanças na medida em que está inserida em um contexto mundial de transformações.

Na mesma perspectiva, tais mudanças também se engendram nas relações pessoais afetivas, como é perceptível de modo concreto no atual momento do Brasil, onde um cenário social com mudanças políticas globais, articuladas com motivações

⁴¹ Como corrobora Judith Butler (2002, p. 246): “os arranjos sociais apoiam e mantêm a estrutura simbólica, assim como as estruturas simbólicas legitimam os arranjos sociais”.

de ordem econômica, reverbera uma crise que se alastra para a dimensão cultural, levando a uma conjuntura com graus estatísticos de violência que se multiplicam a todo instante nas relações afetivas. Embora predomine uma intocabilidade da estrutura familiar, havendo uma percepção de que os assuntos relativos ao ambiente doméstico são privados e intocáveis, afirma-se que a ideia dicotômica entre público e privado não tem alcance para compreensão realística da violência (SCHULMAN, 2009).

Nessa seara, a *transfobia* é um elemento que pode dar instrumentos analíticos para uma compreensão amplificada da violência na situação vigente. Como se percebe, as pessoas trans, enquanto grupo social segregado pela norma *cis*-hegemônica excludente, tornam-se um alvo diretamente potencializado da violência. Na mesma linha, essa população se depara com uma realidade de convivências (estatal e institucional), onde essa dinâmica é situada pela naturalização, ao mesmo tempo em que tais situações de violação são liquidadas, abafadas, negligenciadas, muito raramente enfrentadas.

Dada a relevância de observar o contexto onde a lógica normativa da violência se reproduz, ao propor o enfoque das relações afetivas intrafamiliares e amorosas, descortina-se um arcabouço de desafios que vão desde a necessidade de reconhecer a existência da *transfobia* enquanto violência no ambiente doméstico, até as dificuldades em visibilizar tais casos ou concretizar a denúncia formal, quando for o caso.

A violência na família, na comunidade, é algo muito presente e ao mesmo tempo pouco levado a sério. Eu mesma hoje que tenho respeito, depois de anos que conquistei isso, tive que lutar muito sozinha, pra provar que eu era uma pessoa de caráter, mas isso foi construído rigorosamente e hoje todo mundo lá na comunidade onde eu moro me respeita (Registrado em 23 de setembro de 2016).

Ao frisar o contexto aqui abordado, alguns aspectos da violência são ainda mais intensificados, gerando desafios que escapam da noção de uma parcela significativa da sociedade, a qual reproduz julgamentos e subestima a vivência dessas situações.

Eu costumo falar, essa gente que é homofóbica, que é transfóbica e acha que a pessoa que passa por isso é por opção, eu só queria uma coisa, que passasse quinze dias sofrendo com os conflitos que a gente passa na

adolescência, na família, nas relações! Quinze dias, não precisava mais! Eu aposto que já seria o suficiente pra muitos puxarem a corda e oh: se suicidar! (Registrado em 3 de abril de 2017).

Diante dessa realidade, é muito comum as manobras para não publicização do corpo, levando a evitar locais públicos. Ocorre frequentemente, conforme explicação de Lanz (2016, p. 212), que a pessoa tenha que “dissolver-se na multidão, diluir-se por completo no contexto geral da sociedade”. Essa experiência é compartilhada pela vivência trans que em muitos aspectos se isola e se priva de espaços/comportamentos ou acaba por criar uma espécie de armadura, como apontado na narrativa: “eu nunca saí de vestido porque a sociedade conseguiu me reprimir e fazer com que eu esteja sempre muito engessada, a gente sai na rua andando já com cara feia, anda armada colocando uma cara de assassina pra se proteger” (Registrado em 17 de agosto de 2018). Como explica Lanz:

Exatamente para não ter que se submeter ao rígido e implacável julgamento estético-político-moral do olhar do outro que a esmagadora maioria da população transgênera corre léguas de qualquer tipo de visibilidade social, ainda que para isso seja necessário passar a vida inteira devidamente trancada no armário (LANZ, 2016, p. 213).

A violência se distingue em diferentes momentos temporais, mas a partir dessas situações, constata-se que também há semelhanças no que condiz a essa perspectiva histórica que perpassa em múltiplas vivências trans. Ou seja, situações perceptíveis em décadas atrás, ainda persistem de modo idêntico nos dias atuais, mesmo com contextos divergentes, tendo como central o fato de existir uma pessoa trans, a partir da qual se reproduz uma trajetória onde mudam as personagens, mas as histórias se repetem⁴². Pode-se tomar como contribuição a seguinte narrativa:

Trago imbuído nas minhas histórias, na minha carne, cravado em mim, muitas pessoas LGBT que foram assassinadas ou cometeram suicídio, porque essas violações continuam acontecendo e aconteciam na minha época na década de 80 e continham acontecendo hoje. Eu acho que isso até piorou porque não avançamos como humanos, nós recuamos. Antigamente faziam falas, acusavam a gente, mas hoje em dia a gente anda na rua, as pessoas T, continuam com medo. Desde a década de 80 que se mata e se morre por ser LGBT e as coisas não melhoraram, só pioraram.

⁴² Para refletir melhor esta problemática, uma das participantes indicou a leitura da história de Cassandra Rios, descrita no livro literário “Georgette”. Nesta trama, apesar de narrar a complexidade de uma mulher trans dos anos 1956, pode-se diretamente correlacioná-la com fatos vivenciados na situação histórica atual.

Quando falo em mortes tem os suicídios, os homicídios, a gente invisibiliza essas mortes, por causa da genitália que é identificada. Se foi encontrado um corpo e não sabiam que era trans, noticiam: mulher muito bem maquiada, de salto caro é encontrada morta. Quando identificam já muda: homossexual é encontrado morto. Então nós não temos nome e nem identidade, somos desrespeitados mesmo depois da morte. Em mortes que se vê a crueldade, se vê a *transfobia* sendo praticada, a destruição daquilo que se tem ódio. A *transfobia* é cometida porque o ódio está lá. Os textos que eu ouvia antes continuam, nós somos os culpados até se a raça humana acabar! Tudo que eu ouvia veladamente há trinta anos atrás, a gente escuta na TV e no Senado: essa raça safada tem que acabar! As pessoas externam, não seguram mais escondido. A gente mata mais que a guerra, um país com guerra não tem tanta morte como de LGBT no Brasil (Registrado em 17 de agosto de 2018).

Entende-se, à luz de Lanz (2013, p. 214), que “apesar dos avanços na aceitação da diversidade de gênero, ainda continua vivo o milenar estigma sobre pessoas cujas expressões de gênero diferem do modelo oficial”. A *transfobia*, que engloba as violações derivadas deste estigma, chega a níveis tão incoerentes que suas várias formas se fazem presentes nas relações, de maneira que a violência não é só aquela do desconhecido, podendo ser provocada entre os próprios pares afetivos. O exercício analítico das experiências que emanam neste processo se torna ainda mais desafiador, na medida em que é tênue e limítrofe a fronteira entre onde termina o amor até onde começa a violência.

“É a dor e a delícia, misturada” (Registrado em 28 de setembro de 2018). “O amor vence a dor, mas são muitas dores” (Registrado em 28 de setembro de 2018). Não pode se naturalizar aquilo que é, na verdade, produzido socialmente. Não se pode naturalizar aquilo que envolve relações de poder, agressividade e amor.

3.1 TRANSFOBIA NO CONTEXTO AFETIVO INTRAFAMILIAR

A cultura do terror/2

A extorsão,
o insulto,
a ameaça,
o cascudo,
a bofetada,
a surra,
o açoite,
o quarto escuro,
a ducha gelada,
o jejum obrigatório,
a comida obrigatória,

a proibição de sair,
 a proibição de se dizer o que se pensa,
 a proibição de fazer o que se sente,
 e a humilhação pública
 são alguns dos métodos de penitência e
 tortura tradicionais na vida da família.
 Para castigo à desobediência e exemplo de
 liberdade, a tradição familiar perpetua uma
 cultura do terror que humilha a mulher, ensina
 os filhos a mentir e contagia tudo com a peste
 do medo.
 — Os *direitos humanos* deveriam começar
 em casa — comenta comigo, no Chile,
 Andrés Domínguez.
 (GALEANO, 1989, p. 75-76, grifo do autor).

Família é sobre hierarquias. Família é relação com Estado e com religião. Família é sobre normas e valores. Mas, famílias também são dinâmicas. Inclusive com dinâmicas internas hierarquizadas a partir de multiplicadas maneiras (por gênero, geração e sexualidade, no mínimo). “A família é instância fundamental na mediação entre indivíduo e sociedade, integrando o leque das instituições comprometidas com a reprodução da ordem social” (MELLO, 2005, p. 25).

A família é mantenedora de hierarquias sociais estabelecidas que, por vezes, inferiorizam certos sujeitos em detrimento de outros. Então, família implica se apropriar de partes desagradáveis que compõem essa importante instituição socializadora primária. Uma dessas partes é a heteronormatividade. Esse sistema de dominação e controle que invade os poros de todas as instituições e relações, mas que na dinâmica das afetividades, assume contornos específicos, principalmente ao constatar que da intimidade também nasce o abuso.

Tradicionalmente, as estruturas familiares ocidentais se enquadram em um modelo hierárquico, autoritário e piramidal, de autonomia assimétrica entre cônjuges e demais membros familiares, com padrões morais inconcebíveis com a aceitação de vivências trans ou relações que destoem do padrão institucional da família (RIOS, 2007). Raupp Rios (2007) explica que é somente a partir do século XX é que pode se constatar mudanças na dinâmica das referências de família, enfraquecendo a hierarquia da instituição familiar tradicional e passando a priorizar a satisfação afetiva conjunta – modelo o qual nomeia de família fusional.

Com a força da crítica feminista, desde meados dos anos 60, a família tem sido foco de indagações, passando por ondas que emanaram com a desconstrução

do paradigma falacioso do público como segregado do privado, bem como, apontando que o pessoal é político e resgatando até hoje essas e outras pautas relacionadas à família como pontos centrais (GREGORI, 2017). Nesse sentido, tanto a concepção jurídica da família, como a relevância política dessa instituição de direitos, perpassou por diferentes modelos ao longo de seu desenvolvimento social (RIOS, 2007).

Tais transformações se inserem na década de 80, conceituando a noção de uma família pós-moderna que passa por lógicas de comunidade familiar que atingem, na contemporaneidade, padrões de satisfação com bases individualistas. Essas variações (que impactaram inclusive conceitos jurisdicionais da Constituição Federal de 1988 no Brasil) afastaram a subordinação da família às concepções estatais, passando a se legitimar e reconhecer novos formatos familiares divergentes dos moldes tradicionais (RIOS, 2007). Nesse caso, com uma dinâmica social sem uma fixidez no paradigma de família institucional tradicional, passa a ocorrer inclusive um reordenamento jurídico das disciplinas constitucionais, que outrora desconhecia qualquer pluralidade de modelos – familiares ou conjugais (RIOS, 2007).

De todo modo, a família, nas suas múltiplas abordagens, ainda engloba um papel fundamental para a reprodução de estratégias de controle, vigilância e punição que adentram as normas dominantes de sexualidade e gênero. Na perspectiva foucaultiana, todas as regras, recomendações, exigências e violências, ou seja, a linha traçada entre lícito e ilícito nas lógicas que modelam a família, se associa tanto com a dimensão das necessidades do cenário econômico, como também com os ditames morais e religiosos dominantes (FOUCAULT, 1993).

O papel de agente socializador no modelo da família moderna e hegemônica deve ser entendido como uma construção econômica, social, cultural e política, com extensão temporal e espacial. No conjunto de suas ações socializadoras, se encontra toda a transmissão de valores, cuidados, hábitos, tradições socialmente dominantes (MELLO, 2005). Igualmente, as transformações sociais em âmbito político, jurídico, cultural e econômico vêm contribuindo para a ocorrência dessas modificações, afetando e alterando as relações societárias intrafamiliares e amorosas.

O pressuposto dominante e monopolizante, que traduz as relações familiares como algo estático e reprodutor do heterocentrismo, é alvo de profundas rupturas nos contextos onde se rompe com a normatividade binária da capsula familiar imaginária que repercute na sociedade moderna atual, tal como ocorre nas vivências de pessoas trans. Entretanto, os lapsos da família nuclear burguesa, fundada no amor romântico e filial conforme na Europa Ocidental (MELLO, 2005) ainda refletem na consagração da família tradicional brasileira e *cis*normativa, que traz nas suas bases relações abusivas e violentas.

Por outro lado, a família, a partir de um olhar sociológico, não está ancorada em pressupostos naturais, absolutos e estáticos, assim não precisa restringir sua interpretação aos laços consanguíneos, podendo estender a compreensão desta relação através de diferentes representações sociais. A família é uma instituição em permanente transformação. Mello (2005) constata que entre os próprios grupos de militância política não há um consenso dos elementos que configuram o que seria uma família. De todo modo, essa temática se faz presente dentro das pautas e cada vez mais é aprofundada como um ideário contrário às lógicas da heterossexistas.

Um viés que corrobora com a crítica acima citada parte de Carsten (2014), autora que apresenta ponderações sobre a relação de parentesco e parentalidade no âmbito da família, argumentando que esse vínculo ocupa uma gama de formas na experiência humana. Para além da visão dicotômica entre “biológico” e “social”, ou “parentesco” e “não-parentesco”, Carsten (2014) relaciona os vínculos afetivos intrafamiliares para além da consanguinidade, como efeito de diferentes formas que podem estar atreladas à memória, terra, alimentação, procriação, território, emoção, experiências.

Ampliando a noção de família e parentesco para além dos aspectos positivos, considerando também os seus efeitos coercitivos, negativos e ambivalentes, Carsten (2014) explana que existem gradações nas relações, ou seja, formas pelas quais os vínculos podem se acumular ou se dissolver com o tempo, em processos de relacionalidade que podem ser transformadas como mais “espessas” ou “diluídas”. Para apreensão desse campo, a pesquisadora argumenta que as interpretações são prejudicadas pela limitação dos métodos empregados, apresentando-se como alternativa a análise da temporalidade, a partir da qual podem ser captadas as gradações e acumulações de parentesco, bem como, suas ausências e memórias.

Nesse caso, a presença ou a ausência das memórias configuram-se como vetores ou “substâncias” dos laços familiares de parentesco.

Se eu for falar de família não tem muita coisa boa, as festas comemorativas, natal, ano novo, esses momentos eu não usufruí. Cresci assim, fui puta nova, precisei pela necessidade com 15 anos. Depois que minha mãe morreu eu tomei a decisão severa de colocar tudo na balança e percebi que não consegui tirar nada desse seio, nenhuma lembrança, nenhuma memória de uma festa de final de ano, de dividir uma ceia, não sei falar sobre isso, nunca senti isso, não sei o que é isso, posso tá errada, mas as vezes penso: será que existe afetividade mesmo nessas relações ou é só hipocrisia? Eu me questiono e fico ignorando isso porque fui uma ignorante nisso, não vivi isso, não curti, não gozei disso. Pra minha família eu dou nota zero (Registrado em 14 de setembro de 2018).

O sentimento de se fazer parte da família, de um laço de parentesco, capacidade que transpassa pelo papel central do sangue para a simbolização, assume articulações de parentesco e propensões simbólicas gerais que se respaldam na naturalização da relação (CARSTEN, 2014). Deste ponto de vista, memórias, pensamentos e experiências se convertem em laços de sangue que coadunam com ideologias políticas específicas dentro dos laços relacionais.

Ao deslocar a mirada para a temporalidade e para a historicidade, o parentesco passa por uma reformulação, onde a ação vai apontar que “idiomas de laços sociais podem ser mobilizados para reduzir, substituir ou reforçar os laços biológicos” (CARSTEN, 2014, p. 114). No intento de superar a divisão entre os caracteres “biológicos” e “sociais” do parentesco, ecoa a ideia do termo “relacionalidade” como estratégia para contornar o enquadramento singular que carrega analiticamente (CARSTEN, 2014).

O que se constata não é um enfraquecimento da instituição família, mas, sim, uma constante reorganização que culmina no surgimento de novos modelos familiares (SINGLY, 2007). Do mesmo modo, a categoria de parentesco não sucumbiu do campo de análise, mas novas formas interpretativas se consolidam de acordo com as mudanças sociais.

No atual contexto, as pessoas trans ocupam diferentes lugares no interior das estruturas familiares à qual pertencem, o que Cardozo (2007, p. 244) denomina “mutabilidade nas posições de parentesco”. Assim, a autora indica que as performatividades não abarcam somente gênero e sexualidade, mas também os papéis na dinâmica da parentalidade, do parentesco e da conjugalidade, nos quais

as atribuições também ocorrem de modo performativizado e fluido no contexto de cada organização interna.

As performatividades, nos moldes da relacionabilidade, devem ser elencadas atribuindo a importância da temporalidade. No entanto, essa não é a única categoria que deve ser observada. Há outras dimensões e outros pontos de referência que são centrais para a compreensão das relações afetivas no âmbito da família. A religião, por exemplo, a partir de distintas facetas dogmáticas, apresenta-se como um elemento nodal desse debate, contribuindo para reforçar a família como instituição sagrada, divina e que tem seu propósito centrado na procriação e reprodução da espécie.

Como Mello (2005) corrobora, ao longo da história, as religiões têm tido intensa influência como fonte de estímulo à intolerância, ao preconceito, à discriminação e à violência contra a população lgbTRANS no Brasil e no mundo. O autor pontua:

O que o braço religioso armado da sociedade brasileira tem sistematicamente defendido é a exclusão social e o não-reconhecimento de quaisquer direitos àqueles que se neguem a inserir-se no contexto da norma heterocêntrica, que prescreve para todos a universalidade do modelo familiar cristão, fundado na complementariedade dos sexos, na indissolubilidade dos vínculos, na coabitação, na monogamia e na associação entre sexualidade e reprodução (MELLO, 2005, p. 189).

Esse modelo de família, como instituição tradicional, que ainda reverbera na sociedade atual, possui uma base religiosa que está a par do Estado. Inclusive a família nesses moldes se equipara ao poder e responsabilidade do Estado em muitos pontos da própria Constituição, havendo interlocuções entre suas atribuições (SINGLY, 2007). A família é institucionalmente uma mantenedora estatal, onde seus próprios princípios de legitimidade ou ilegitimidade são conduzidos por esse aparelhamento. A heteronormatividade é um preceito que majoritariamente rege as relações, tanto de parentalidade como de conjugalidade, nos condicionamentos do Estado. Como resultado disso, as respostas para amparar as pessoas trans que sofrem *transfobia*, vem somente na perspectiva do que Bento (2005), chama de “gambiarras legais”.

Especificamente sobre as bases legais no Brasil, ainda com todo o cenário de um Estado hegemônico que não dá conta de sanar o problema das violências de

gênero, também há avanços, dentre os quais se encontra a Lei Maria da Penha (Lei 11.340 de 7 de agosto de 2006). Embora ainda persistam dificuldades das pessoas trans para acessar tais políticas de proteção para as vítimas de violência doméstica, é interessante observar como essa legislação propõe explicação com uma definição detalhada que pode ser transposta para tipificar as formas de violências transfóbicas que acometem as relações intrafamiliares e amorosas.

Segundo esse aparato, a violência doméstica pode ser compreendida como qualquer ação ou omissão embasada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial, ocorrido no âmbito da unidade doméstica, no âmbito da família ou em qualquer relação íntima de afeto, independente de coabitação e de orientação sexual (BRASIL, 2006). O artigo 7 desse documento, compondo o Capítulo II, classifica essas violências em cinco formas:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria (BRASIL, 2006a, p. 1-2).

Mesmo com tantos detalhes, ainda houve alterações recentes no conjunto dessas legislações, além de serem complementadas por outros documentos, como a Lei do Feminicídio (BRASIL, 2015). O que ocorre é que essas formas de violação geralmente acontecem em comorbidade, se multiplicando para formas que

extrapolam essas classificações. A considerar, por exemplo, a violência simbólica ou as violências no âmbito virtual, que inclusive também passaram a ser enquadradas no rol das violências de gênero.

Pode-se afirmar que há, por vezes, a romantização de abusos que acabam sendo toleráveis no contexto intrafamiliar. A família heteronormativa, disposta a exceder os limites do respeito em busca da manutenção da hegemonia-*cis*, acaba por tornar parte de seu cotidiano e de sua dinâmica própria, o ato de praticar segregações que se orientam em concordância com diferentes níveis de marcações sociais. A dinâmica desses contextos remete à hostilidade de relações familiares extremamente tóxicas para a subjetividade trans.

Tem o caso de uma amiga nossa que está muito depressiva e com muitos problemas, porque pra você ter uma ideia, a mãe dela, arrumou um banheiro que tinha na casa, tirou o vaso e deixou só aquele espaço lá pra ela ficar morando lá dentro, só naquele espaço. Imagina que ela só pode ficar nesse espaço da casa, como que uma pessoa vai viver um espaço do tamanho de um banheiro? (Registrado em 23 de setembro de 2016).

A família, em muitos momentos, aparece interpretada como um espaço privativo onde se é permitido despejar todas as cargas impostas pelo sistema, refletindo em uma constante banalização dos abusos. De acordo com a dinâmica hierárquica que ela assume, percebe-se que há uma economia das relações de afetividade, que funciona aos moldes do sistema econômico no qual ela se insere.

Assim, pode se visualizar ideais da meritocracia dentro da própria hierarquia da instituição familiar: a família preponderante na atualidade carrega traços individualistas, que transpassam perspectivas meritocráticas, tanto do grupo interno relacionando-se com os grupos de outras famílias, quanto entre os membros internos do próprio meio familiar. Ou seja, há um sentido de meritocracia em que as performatividades de gênero perpassam aspectos de mérito e merecimento afetivo para aqueles que mais se aproximam das normalizações. Ao focar nesse modelo social de família, que é fechado, restringindo o funcionamento do seu núcleo original, é difícil se avançar para criar um senso relacional de coletividade mais amplo.

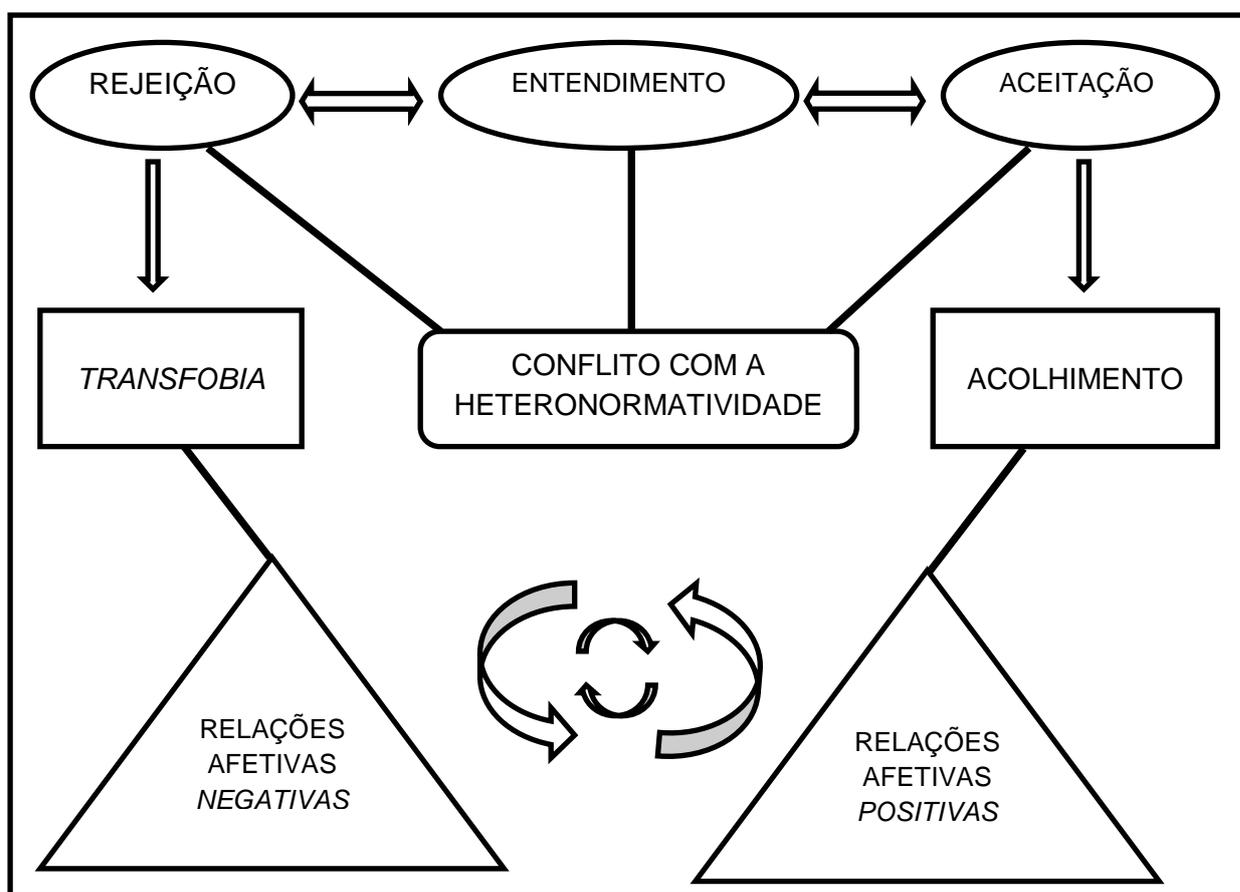
Nesse funcionamento, os aspectos relativos a problemáticas internas ao relacionamento familiar, às vezes se ligam à falta de informação que perpassa os envolvidos, mas outras vezes fica visível que a eminência da *transfobia* não se exala

somente pela falha de informação. Ou seja, a *transfobia* se dá, nos seus diversos modos, como um contraponto da ausência de acolhimento. Quando falta o acolhimento, o outro caminho possível é a *transfobia*. Nesse caso, não precisa necessariamente possuir o conhecimento e a informação sobre transexualidade, pra que a família acolha a pessoa trans do seu círculo, como acontece com muitos casos de famílias, por vezes em regiões não urbanizadas, que estão longe de fazer ideia do que está acontecendo, mas que acolhem, dão força, apoiam, compreendem. Em contrapartida, outras situações em que mesmo tendo todo um arcabouço de informação e de condições intelectuais materiais, se deságua no percurso transfóbico onde há a rejeição, o abandono, a negação, a exclusão, o que acarreta na impossibilidade de uma construção relacional positiva.

Certamente, há os casos em que compartilhar e se apropriar do conhecimento sobre a condição trans favorece para diminuir a possibilidade de ocorrência da *transfobia*. Entretanto, somente a informação não é suficiente para atingir a compreensão e o entendimento, tampouco o acolhimento. O entendimento não é a centralidade do acolhimento, nem o fim onde solucionam-se as violências, mas pode sim consolidar-se como uma etapa preponderante para levar à aceitação que se direciona ao acolhimento. O entendimento, pode ser compreendido, justamente como a abertura para o diálogo e troca de informações. O acolhimento, não depende, necessariamente, da informação e da aquisição do conhecimento, pois está para além. Nesse sentido, a aceitação (que independe do grau de informação, mas depende do nível de compreensão e respeito) se traduz pelo reconhecimento social e pelo pertencimento e responsabilidade afetiva. Como uma pessoa trans expressou: “entender não é respeitar e aceitar” (Registrado em 17 de agosto). Entre o entendimento e a aceitação, encontra-se o avanço no acolhimento, que seria exatamente o eixo contrário do conflito heteronormativo da *transfobia*.

O esquema elaborado a seguir busca retratar como ocorre o movimento sincrônico desse ciclo, que compõe a dinâmica social da *transfobia* nas relações afetivas:

Figura 1 – Ciclo da *Transfobia* nas Relações Afetivas



Este ciclo está sempre em movimento, fluindo entre todas as partes (individuais e sociais) que compõem a relacionabilidade afetiva no conflito *cis-normativa*.

Um registro que ajuda a compreender a dinâmica retratada na Figura 1 foi coletado a partir do olhar da avó de uma pessoa *trans*:

Não foi fácil para aceitação. Até hoje ela sente muito com o pai, é difícil. Já a mãe aceita muito bem. Acho que a gente vinha relutando. A gente só entende realmente quando começa a ouvir palestras, a ler sobre o caso e sobre tudo. Então, quando ela me procurou há uns anos atrás a gente passou a dar apoio. Quando ela tinha 14, 15 anos que a gente sentou e tentou relutar, mas são coisas que a gente tenta, só que é o jeito que a pessoa nasce, então é a pessoa que tem que escolher aquilo que ela quer ser. Como avó dou apoio total e a família é de grande importância por trás, apoiando, porque sei o quanto ela ainda sofre com isso. Só para citar que ela veio tirar os documentos agora que está com 20 anos, a identidade fui eu que ajudei ela a tirar, é raramente a pessoa dizer que tira a identidade com 20 anos. Por falta de documentos ela se retraiu em muitas coisas, uma pessoa inteligente com um potencial bom, mas eu tenho certeza que ela ainda vai ir a faculdade e tudo mais (Registrado em 7 de agosto de 2018).

É preciso sublinhar que nesse processo, o conflito, embora esteja aqui direcionado ao vínculo afetivo e familiar, ele é definitivamente um conflito social com o sistema de normatividades. Como corrobora Almeida e Murta (2013, p. 386, grifo dos autores), “o conflito existe, mas ele não é necessariamente um conflito com as normas de gênero, mas sim com o gênero que foi imposto e com a impossibilidade de trânsito identitário”.

Eu faço faculdade, levo uma vida normal como qualquer um, sou homem trans, ativista e a minha transição, a parte mais difícil foi o conflito com a sociedade, que começou com a minha auto aceitação. Me entender foi o passo principal pra conseguir escoar o que tinha dentro de mim. Particularmente, não ao geral, porque são histórias diversas, são fatos que aconteceram comigo, mas não necessariamente com outro. Desde pequeno os primeiros lapsos que eu tinha é que eu fantasiava que ia namorar com meninas, mas não via duas meninas, eu via um menino e uma menina e até eu chegar no ponto de entender o que era aquilo, era loucura na minha cabeça. Foi passando e eu nasci e cresci na igreja católica, eu demorei até uns 18 anos pra entender o que passava na minha vida. Eu poderia ter esse entendimento bem antes se a minha família tivesse entendido também. Eu me assumi primeiro como lésbica, perto dos 18 e tive minha primeira namorada, ela morava longe e quando ela tava vindo passar um tempo na casa da minha mãe, então tava chegando o dia de ela vir e eu precisava contar, não tinha o que fazer, então foi goela a baixo. Conteí que ela tava chegando e minha mãe aceitou, disse que sempre soube, mas me pediu só uma coisa, que eu nunca me vestisse como homem. Eu pensei “era só isso que eu queria”. Então até uns 19 anos foi pra poder entender, só depois que acabei com essa namorada. Eu não tinha conhecimento sobre nada disso de transexualidade e arrumei outra namorada, para tristeza de todos que achavam que era só uma fase. Com essa namorada as coisas foram mais abusivas e eu comecei entender o processo transexualizador, não com ela, mas enquanto eu estava com ela. Ai foi meu primeiro marco mais negativo com a família porque eu acredito que família é relação afetiva, então ela vai trazer um reflexo na nossa vida, eu tenho convicção que um relacionamento amoroso também é como um relacionamento familiar porque é um porto seguro, sabe que se der tudo errado na família, tem que ter aquele apoio. Comigo não foi assim, com essa namorada eu dividi e falei o que eu achava que era, mandava vídeos que explicavam e ela dizia que entendia, mas que não ia me amar assim, que não ia ficar comigo assim porque não tinha me conhecido assim, só que entendia e tal. Naquele momento aquele “eu entendo” era suficiente, mas depois que aquilo começou a doer em mim e eu pensava como precisava que ela me apoiasse pra eu conseguir me impulsionar e eu não tinha apoio, só encontrava mais uma pessoa que perpetuava os estereótipos em cima de mim, me recriminava. Isso atrasou minha transição, me prendi, porque eu também não queria que terminasse. Quando a gente acabou eu criei forças pra poder gritar. Quando eu entendi que eu era assim, que era trans, eu pensei, agora todo mundo tem que me entender e não vou aceitar mais nada de ninguém. Foi um processo pra entender que o conflito era com a sociedade, pra me aceitar, me afirmar e entender que os outros entendem no seu tempo também, se a gente demora pra se aceitar porque precisamos empurrar os outros a aceitar?” (Registrado em 14 de setembro de 2018).

Compreende-se que não somente as pessoas trans, mas também os pais e a família se enredam ao conflito e passam, no mesmo sentido, a ser vítimas do preconceito.

Muita gente diz que família e a mãe que apoia é louca, que é doida, mas não, essa mãe é verdadeira, tem amor ao seu filho, isso é fato. Não existe força melhor do que ter uma mãe que aceita. É lindo quando a mãe diz que desde que percebeu quer ajudar e não diz que vai dar uma surra e colocar para fora de casa. Ainda tem gente que não participa, não sabe o que é, pensa que é moda. A moda já passou! Isso é a vida real, é a vida como ela é. Tem que respeitar, porque de fato isso existe (Registrado em 7 de agosto de 2018).

Não são só as pessoas lgbtrans que precisam sair do armário. Todos em volta transicionam e também precisam sair desse armário, mas muitas vezes, ao invés disso, a família rompe e essa transição não ocorre. Esse conflito social repousa sobre o âmbito das relações afetivas intrafamiliares, frequentemente acompanhado por noções de normalização e patologização. Como pondera uma das interlocutoras trans: “se pra família é difícil, imagina pra nós? Pra família é difícil, mas pra gente também é. Quando a família aceita é a normalidade e é isso que a gente quer: a normalidade”. (Registrado em 4 de agosto de 2018).

Outro dado a ser observado nesse ciclo é que em um mesmo arranjo familiar nem sempre a violência é generalizada. Às vezes, é canalizada só em alguns membros e isso ocorre de modo bastante variável. Quando um dos membros do núcleo tem sensibilidade e acolhe, pode inclusive quebrar com o ciclo da dinâmica transfóbica na esfera familiar. Nesse debate, assim como ocorre na dinâmica referente à nomeação da pessoa trans, o aspecto da temporalidade é algo que se evidencia.

Cardozo (2007) designa que para os membros do círculo familiar que já conheciam a pessoa trans antes da sua assunção, é comum haver uma maior dificuldade para chamar pelo nome social, o que muitas vezes exige uma relação de intimidade afetiva mais próxima para que seja acatado o nome em concordância com o novo gênero em questão. Na maioria das vezes, isso vem após contínuos conflitos e embates, pois o que está implicado aqui é uma forma de violência transfóbica simbólica em decorrência da violação do reconhecimento das performatividades trans.

Minha mãe dizia que nunca ia aceitar meu nome e chamar no masculino, mas ela escolheu o nome e apesar de tudo ainda tinha dificuldade de aceitar e externar (Registrado em 14 de setembro de 2018).

Pra família é difícil se acostumar a chamar com o novo nome, muitas vezes é sem querer, mas tem quem faz de propósito para agredir mesmo. Meu filho, que é pai dela, diz: mas como vou chamar ele de ela? Eu digo: é só querer! Tem que se acostumar, chegar na aceitação. O pai dela já tem 52 anos, eu já sou bisavó, o pai dela foi meu primeiro filho. Ela tem um irmão que trabalha na universidade e que aceita legal e respeita muito bem ela, mas também não ajuda em nada. Aos poucos a gente vai conseguindo ir contra essas barreiras, a partir desse momento começa a valorização deles. De serem olhados com olhar de gente. No início eu relutei, não vou dizer que não houve, mas passei pelo processo de ter o conhecimento. Quando ela queria pintar o cabelo de vermelho eu peguei a tinta e disse: não vai! Tirei a tinta e ela pedia: porque vó, porque? Eu perguntava: afinal de contas, você é o que? Não foi fácil, muitos conflitos. Aí eu fui lá e conversei na época eu, ele, a mãe e o pai, ele só de boca calada, porque fala pouco. Ela é bem tímida, um mulherão desses bem quieta. Agora dançando você diz nossa! Se solta na dança. Eu já levei para psicóloga também, mas é um processo, são anos, com muita ajuda. Meus filhos não têm rejeição, meus genros têm máximo respeito. Só o pai mesmo que não aceita de jeito nenhum. Agora já quebrou mais porque conversei com ele e vou continuar a tentar. Já melhorou muito, é um processo, não é de um dia para a noite. Eu não deixo ninguém machucar ela não, eu defendo minhas presas. Já teve até de ela tentar suicídio, mesmo com esse apoio, então imagina (Registrado em 7 de agosto de 2018).

Como reitera uma das pessoas trans que fez parte da investigação: “é todo um processo de muita adaptação, os pais não estão preparados, para mim o pai foi mais difícil, como ele é militar, então são homens embrutecidos pela vida” (Registrado em 11 de outubro de 2018).

Nesse ponto, tornam-se frequente as indagações e as buscas (sem respostas) sobre qual papel é mais propenso à aceitação da condição de ter uma filha ou filho trans: “o pai aceita mais ou a mãe aceita mais?”. Geralmente, a mãe é colocada na posição de quem aceita (ou deveria aceitar) mais facilmente e isso remete ao que Elizabeth Badinter (1985) nomeou de mito do amor materno, no sentido de que as regras sociais criadas para definir as atribuições maternas a colocam na posição de que a mãe, por um suposto instinto materno natural, “aceitaria tudo” e seria um ser cuja pureza beira a uma atribuição divinizada, haja vista tamanha idealização e romantização que rondam as imposições compulsórias da maternidade. Mas, a realidade social não se apresenta desta forma. Mães também estão sujeitas a processos de não aceitação ou dificuldades de relação com sua prole.

Nesse paradigma, é constante a procura na família das causas que teriam levado a existência daquela pessoa trans naquele meio. Os questionamentos em torno de quem ou do que foi a “culpa” por aquela pessoa ser trans. Nesse caso, a família perpetua a lógica ilusória de que “é só uma fase”, ou aparecem interpretações sobre falta do pai, presença de pessoas LGBT na família, falta de religiosidade e tantas outras reproduções do senso comum que não dão conta de localizar culpados para uma situação onde simplesmente não há culpados. As performatividades não se constituem pautadas em escolhas, decisões ou em aprendizados contínuos que possam ser repassados por intermédio da família.

Se eu pudesse escolher, me desculpe a militância, mas eu não escolheria. Dói ser trans, machuca, machuca ser mal tratado as vezes até dentro do movimento onde você acha que vai receber o abraço, você tem que se auto afirmar. Todos os dias tem que levantar da cama e pensar que vai chegar no fim do dia. Não é besteira, é a realidade de fora que faz a gente achar que lá fora podem me mutilar, me reconhecer e me bater, enfrentar todo mundo, meter a cara a tapa não é não ter medo (Registrado em 14 de setembro de 2018).

Nesse sentido, quando se assume a performatividade-trans, é comum que ocorram modificações do lugar que a pessoa ocupa dentro da estrutura de parentesco familiar (CARDOZO, 2007).

Minha mãe passou a comprar hormônio, mudar meu guarda roupa, comprar coisas masculinas e me dar atenção, passei a ter um quarto só pra mim, hoje tem assuntos que só as mulheres conversam e elas não gostam que eu entre. Isso tudo me deixa tão feliz, porque elas respeitam o meu gênero! Minha mãe também passou a ser uma militante trans porque onde você for se me chamarem no feminino e ela tiver junto, prepare-se, porque você conhece a fúria! (Registrado em 14 de setembro de 2018).

No entanto, nem sempre essas mudanças após a transição são positivas, podendo também haver novas dinâmicas familiares que tendem a reiterar a *transfobia*. Isso se concretiza por ações que acarretam na circulação espacial restringida no território residencial ou mesmo na restrição de assuntos na presença da pessoa. A *transfobia* simbólica no âmbito intrafamiliar é evidente nessa lógica onde “a pessoa não é expulsa, mas se sente expulsa” (Registrado em 6 de outubro de 2017).

A família encontra várias formas para chamar o filho e convidá-lo a se retirar. Às vezes, aluga outro lugar longe para pessoa trans ou para família morar, por

exemplo. Outras vezes, cria-se uma situação onde a pessoa se vê obrigatoriamente expulsa. A *transfobia*, que pode iniciar com incompatibilidades na família que geram um “clima pesado” a nível simbólico, nem sempre se encerram por isso. As dinâmicas da *transfobia* na família também compõem relações afetivas negativas em que a rejeição e a violência são marcadamente predominantes.

Falar de família pra mim é meio pesado, mexe muito comigo porque não tive a sorte que alguns colegas tiveram. Nunca consegui pensar nem agir como homem, nasci com esse órgão genital, mas nunca consegui esconder minha essência, minha verdadeira natureza que era forte e gritante. Eu tenho sete irmãos homens hétero, mas eu lembro muito pouco da minha vivencia nesse seio. Aos meus 12 anos a minha mãe fechou a porta do meu quarto, privou meu acesso para a casa e deixou uma abertura para sair pelo beco. Eu não entendia o que tava acontecendo e ela dizia que era pra mim ter mais liberdade, pra ficar mais a vontade, que ela ia abrir a porta do quarto para o lado da rua porque ela não tinha nada a ver com a minha vida e eu fazia da minha vida o que eu quisesse. Eu não entendia o porque daquelas palavras e daquele olhar tão forte, eu era uma criança, mas por outro lado eu respirava e pensava que ia ter meu cantinho, apesar que era um quadrado, só com uma cama de solteiro e poucas coisas. Chegou um momento que comecei observar, que eu não me alimentava mais em nenhum momento com eles, sempre minha mãe levava um pratinho, arroteava o beco e levava no meu quarto. Eu já tinha ficado acostumada a estar separado, não dividia a mesa, o jantar, a hora de dormir. Foi pesado pra mim não poder usar desse direito que era meu. Aquilo começou me incomodar, eu chorava, além de apanhar muito no meu rosto de um dos meus irmãos mais velhos que me batia e chamava de veado. Não falo com ele até hoje, não sinto ele sangue do meu sangue. No decorrer do tempo, os dias passaram e eu morava entre duas barreiras, porque minha família era muito humilde e fui crescendo e um momento meus pais me convidaram a sair dessa casa, quando eu tava com 14 anos. Não foi uma expulsão, eu fui convidada a sair do seio familiar. Eu não sabia pra onde ir e não sai, só que veio um temporal imenso, a barreira caiu, quando acordei tava a casa toda trancada com barro e eu consegui sair de lá, pensei que ia ter um motivo pra voltar pra casa, mas veio a defesa civil na época e removeu essa família e outras que tavam na área de risco. Era muita chuva e minha mãe arrumou pra eles alugarem outra casa e foram embora, só que eu fiquei lá no barraco sozinha. Fiquei tentando entender porque fiquei sozinha, só que quando procurei a família naquela agonia de sair e se alojar, eu não encontrei ninguém. Ficou só uns lençóis e um tapete. Eu conheci um rapaz que era vizinho e veio saber da minha história, ele conseguiu pegar material de construção das outras casas que eram perto e ele me ajudou a arrumar tudo. Em resumo eu moro até hoje nessa casa! Consegui reformar tudo e sofri muito nessa casa, cai, levantei, adoeci sozinha e busquei ajuda. Eu merecia ter tido aconchego, eu era uma boa pessoa, mas eles tinham vergonha de mim, achavam que eu manchava a família. Hoje entendo que minha mãe, que já faleceu, ela sofreu tanto quanto eu, ela adoecia com o que os outros falavam de mim silenciosamente, era analfabeta, não tinha estrutura (Registrado em 14 de setembro de 2018).

A expulsão que acarreta na saída precoce de casa gera um contingente de pessoas trans moradoras de rua, levando a uma precariedade das condições sociais

habitacionais⁴³. Há, inclusive, muitas situações em que pessoas trans não conseguem ser inseridas em programas sociais com a justificativa de que não constituem família.

Houve um caso em que a travesti tinha conseguido um financiamento para sua família com o dinheiro dela da prostituição, mas como não conseguia comprovar a renda, fez um acordo com a mãe pra colocar no nome dela. Também eles não queriam aceitar que ela entrasse no programa porque iria morar sozinha porque não admitiam como família. Ela, a mãe e o irmão moravam juntos e também não se davam bem aquela coisa, mas conseguiram comprar esse apartamento próprio, com o dinheiro do trabalho sexual dela. Quando se mudaram, não deu três meses ela foi expulsa de casa. Imagina que ela estava em busca de auxílio pra tentar entrar novamente com o processo, pra tentar conseguir a casa dela (Registrado em 11 de outubro de 2018).

Diante desses conflitos, pessoas trans acumulam um histórico de migração para se refugiarem de violências, injúrias e estigmas (CARDOZO, 2007). Tanto é que se tornam comuns, nas narrativas trans, histórias de pessoas que passaram um tempo distante enquanto avançavam o processo de transformação e só depois de terem modificado suas performatividades, é que retornam para as proximidades da comunidade familiar.

Em decorrência de estar longe da família com a expulsão do lar de origem, além dos prejuízos materiais e das violações de direitos humanos, há agravantes sobre a saúde mental da pessoa trans. Como consequência, multiplicam-se os casos de depressão, ansiedade e outros transtornos em estados graves, que podem levar até ao suicídio. Certamente que há as situações onde o afastamento da família é sinônimo de preservar a sanidade mental, porém em grande parte dos casos, o que ocorre não vai nessa direção. Conforme Cardozo (2007, p. 241) explica, “a transgeneridade se transpõe para o plano das relações sociais, de acordo com os laços afetivos construídos”. Se esses laços não existem, a tendência é de que outras perdas sejam acumuladas.

Entre trans-suicídios e trans-homicídios, inúmeras famílias perdem pessoas trans. Como é recorrente que parte dessas famílias já tenham se afastado da pessoa quando ela vem a óbito, muitas são assassinadas e sequer têm como pagar

⁴³ Recentemente, no Brasil, um grupo inaugurou, em São Paulo, a primeira casa abrigo para acolher pessoas lesbiomotrans que foram expulsas por suas famílias de casa. O projeto, intitulado “Casa1”, é mantido através de arrecadação de verbas pelas redes sociais virtuais, organizada de forma não governamental. A iniciativa está chamando atenção nacionalmente, sendo colocada como proposta para ser fortalecida e reproduzida em outros estados.

funerária, já que os familiares abandonam como indigente. “Quem chora são sempre as outras colegas trans” (Registrado em 11 de outubro de 2018). A morte social, geralmente, precede a morte física e, mesmo assim, há muitos casos em que a violência continua mesmo depois da morte.

Eu não consigo compreender que tipo de amor é esse que só vence depois que a gente tá embaixo da terra... A mãe dele tava lá no IML, o corpo passando pela polícia científica e a mãe sentada negando a existência dele, querendo enterrar ele como indigente. Ele já tava na rua, tinha sido expulso pela família, foi muito forte ver uma mãe, que mesmo sendo bissexual, chamava o filho pelo nome feminino e queria enterrar como indigente, mesmo reconhecendo a inteligência dele, que até em ioruba ele sabia falar. Os movimentos que ofereceram um enterro digno e não deixaram isso acontecer. A mãe ficou só de longe olhando, foi muito triste porque ele se perdeu para as drogas. Só que dois dias depois a mãe dele veio aos movimentos pedir perdão porque se ele tivesse vivo, falando nele no masculino, ela queria ter sido mais presente, que teria largado o cara que era marido dela e abusou sexualmente dele. Ela se arrependeu, dizia que sentia um vazio, que queria pedir perdão a ele e para todos os amigos que garantiram um lindo enterro para ele (Registrado em 28 de setembro de 2018).

Nota-se que a religião novamente aparece, tornando-se um agravante para distanciar a pessoa da família na transição. Um fato narrado que vem ao encontro a esse debate é a vivência de uma jovem (21 anos), filha trans de um pastor de uma igreja evangélica, cuja família toda é envolvida em atividades religiosas e ela teve todo seu desenvolvimento nesse espaço de interação, avaliando a dinâmica dos conflitos baseados na sua identidade de gênero, que foram determinantes para ela ter rompido seu laço com a família, não sendo acolhida e passando a estabelecer uma relação negativa com sua base familiar.

Mesmo hoje tendo saído, eu de certa forma guardei comigo mesma o cristianismo. Quem conheceu a palavra e se tornou uma pessoa trans na idade adulta, não quer dizer que se tornou contra a palavra. Mas é como se os pais, quando projetam o futuro dos filhos, a religião também tem que ser aquela e no momento que não corresponde mais, deixa de servir para eles. Tudo que eu tinha feito, deixou de ter importância quando chamei eles e disse que precisávamos conversar porque eu era transexual. Eu sai de casa e até hoje tem gente que acha que eu estou fazendo uma viagem. A gente nunca mais teve contato, muito raramente trocamos mensagens pelo celular (Registrado em 3 de agosto de 2018).

Esse debate reaparece sob a ótica de outras narrativas:

Eu tava perguntando para uma amiga, que está num conflito, sendo muito rejeitada pela família, se realmente valia a pena ela ficar lá sabe? Porque é todo dia a mesma coisa, quando vai dormir bota a bíblia na porta do quarto e começa a gritar, quando acorda é demônio, quando vai passar o batom pra sair é demônio duas vezes. Então será que vale a pena? (Registrado em 11 de outubro de 2018)⁴⁴.

Certamente muitas coisas mudaram, pois como expõe um participante: “uma vez era mais difícil ainda até de falar, porque os filhos nem abriam a boca” (8 de junho de 2018). Mas o que se nota é que com o desenvolvimento da transexualidade no contexto intrafamiliar, há muitas atitudes que as pessoas trans expressam que não são para desrespeitar a família, que são apenas escolhas da pessoa, mas que para os pais assimilam como se fosse um desrespeito a eles.

A própria transexualidade em si é um exemplo de situação onde muitas famílias entendem como se fosse um desrespeito, um afrontamento. Enquanto do ponto de vista das pessoas trans, elas estariam apenas vivenciando o direito de ser aquilo que realmente são.

Quando a minha da minha mãe tava lá, eu sentei e falei tudo, na mesma hora ver ela chorando foi um tormento que eu guardo. Eu senti a dor que ela tava sentindo. Não que eu iria desistir, quando eu me afirmei nunca pensei, mas eu pensava o quanto tava sendo um desgosto e causando impacto na minha casa (Registrado em 14 de setembro de 2018).

Fato é que muitas adiam ou nunca chegam a avançar no processo da busca pela sua identidade de gênero em virtude do peso transfóbico que a família impõe. É comum histórias de pessoas trans que antes de realmente assumir para os familiares, têm episódios de sair com uma roupa de casa e levar outra na bolsa para trocar na rua ou esconde peças e acessórios que gostaria de usar no fundo do armário, se monta escondido quando não há a presença de ninguém.

Outro paradoxo que indica a *transfobia* neste contexto se refere a arranjos familiares onde há presença de crianças, o que gera uma série de dúvidas que levam a soluções transfóbicas. Como Judith Butler argumenta:

⁴⁴ Narrativas com a utilização do termo “demônio” e “diabo” referindo-se a pessoas trans podem ser vistas ao longo de todo o texto, o que representa objetivamente a influência das religiões e do conservadorismo sobre as relações. Para compreender melhor essa lógica, pode ser tomada como instrumento a leitura de Oliveira (2017), que aborda o que nomeia de “o diabo em forma de gente”. Além da contribuição analítica, esse debate descortinado é uma bibliografia que merece destaque, pois é parte da tese de doutorado de Megg Rayara Gomes de Oliveira, primeira travesti negra do Brasil.

Variações no parentesco que se afastem de formas diádicas de família heterossexual garantidas pelo juramento do casamento, além de serem consideradas perigosas para as crianças, colocam em risco as leis consideradas naturais e culturais que supostamente amparam a inteligibilidade humana (BUTLER, 2002, p. 224).

O que ocorre, conforme registrado, é que “às vezes, os pais não querem que as crianças saibam e entendam, aí acabam que escondem” (Registrado em 14 de setembro de 2018). Ou seja, privam as crianças de terem acesso à diversidade, induzindo ao preconceito não só no ambiente familiar, mas quando em espaços públicos há a presença de crianças, é recorrente que adultos do círculo familiar façam manobras para anular a presença de uma pessoa trans. É um jogo familiar que se desenvolve como se a criança estivesse frente a algum perigo ou precisasse ser salva de alguma ameaça que reside na performatividade de gênero e na sexualidade, numa lógica que colide com as distorções trazidas atualmente pelo que conservadores equivocadamente tem nomeado de “ideologia de gênero”, o que nada mais é do que uma tentativa de recrudescimento do cerceamento e controle do direito aos afetos.

A luta continua até pra coisas simples, que é andar de mão dada, fazer carinho... A demonstração de afeto em público que a gente se priva. Quando tem criança, por exemplo. O que é tão espantoso em um gesto de afetividade? Porque a gente não pode? Tantos casais héteros que fazem essa demonstração de forma mais perversa e pode, a TV tá aí pra ver e nós não podemos, porque tá num restaurante, ou tem criança, ou família e nós somos o que? (Registrado em 14 de setembro de 2018).

Nas dinâmicas da *transfobia* no contexto intrafamiliar, especialmente no que condiz à família tradicional “não se encontra ajuda gratuita, é só com luta, com muito desespero” (Registrado em 14 de setembro de 2018). A família muitas vezes só muda sua posição e chega em uma aceitação quando a situação é levada ao extremo.

Um belo dia minha irmã que era bissexual e nunca seguiu nenhuma regra da vida, aprontava todas, me mandava beijar menina e eu tinha medo porque sabia que ia gostar, mas só que ela foi uma das que mais teve preconceito, que mais me martirizou, chegou num ponto de uma discussão que eu já tomava hormônio, ela quis vir pra cima de mim e eu empurrei ela, dei um murro na parede e quebrei dois dedos e ela falou: é uma palhaçada você tomar essas merdas pra chamar a atenção! Ela começou falar e me machucava muito, até hoje dói. Nesse tempo eu ainda tinha bastante seio e

ela falou sobre isso. Nesse momento o primeiro pensamento foi de pegar uma faca e cortar fora. Eu realmente tentei fazer isso e a partir desse momento tudo mudou. A partir do extremo. O amor explicou muitas coisas, mas teve que ter esse extremo. Depois de eu tentar cortar na frente delas pra tentar externar tudo que eu queria dizer a vida toda, elas perceberam que não era brincadeira, era sério. Então comecei a ter apoio. Não foi fácil e nem de um dia pra noite, precisou chegar no extremo. Depois foi melhorando e elas foram se adaptando, eu também (Registrado em 14 de setembro de 2018).

Por vezes, a família resiste em aceitar a transexualidade no seu meio, por medo e insegurança de que a pessoa venha a sofrer violência e retaliações, mas busca tanto reprimir aquela condição que acaba, por ela mesma, praticando a exclusão. Todavia, é visível que a preocupação persiste entre muitas famílias que relacionam a transição com possíveis estigmas que a pessoa trans poderá sofrer. Como há uma narrativa onde a pessoa relembra: “antes o maior medo da minha mãe era eu virar trans, hoje o maior medo dela é como a sociedade vai tratar a mim” (Registrado em 14 de setembro de 2018).

Em contrapartida das dinâmicas em que o ciclo transforma relações negativadas de *transfobia* em relações positivadas de acolhimento, há outras que realmente repetem um ciclo que de tanto desencadear na não aceitação, resulta na quebra definitiva de vínculos e rompimento permanente da convivência. Às vezes, essa separação se dá para além do plano corporal ou espacial, como nos casos em que a cisão decorre da morte de alguma das partes envolvidas.

Aquela morreu foi um presente, uma benção pra família que só estava aguardando, parecia que imploravam pra morte ir lá e (bate três vezes na madeira) bater na porta pra levar aquele peso. Porque era assim que viam ela, como um problema que a família tinha que se livrar. E aí ela morreu num ataque e foi encontrada numa casa abandonada já quase morta depois de ser espancada a pauladas. Ela já tinha sobrevivido a um outro ataque e nesse não deu. E a família fazer aquilo no enterro, por favor. Eu nem fui porque já conhecia e já sabia que ia ser ridículo. Enterrar ela de roupa de homem, negando de novo tudo que ela sempre foi, é demais (Registrado em 8 de junho de 2018).

Para a pesquisadora estadunidense Sarah Schulman (2009), a homofobia familiar, que embora ela se refira a toda população LGBT, aqui pode ser interpretada pelo viés da *transfobia* familiar, acontece no que ela define como “jogo de espelhos”. Neste funcionamento, a *transfobia* familiar pode ser identificada como uma experiência que se espelha nos sistemas legais e estruturas sociais dominantes, tendo, como consequência, a exclusão e inferiorização familiar, a qual se estende ao

comportamento de como as pessoas trans tratam-se umas as outras ou em seus relacionamentos amorosos, justamente em uma espécie de “jogo de espelhos” (SCHULMAN, 2009).

Ocorrem casos em que os ciclos de violência são rompidos e estagnados, porém a tendência é que quando há um ciclo de violência, há continuidade das mesmas formas de relacionamento, fundamentando as relações estabelecidas seguintes às relações de parentalidade, repetindo as violências no ciclo das suas relações conjugais. Às vezes, essa relação não repercute necessariamente no aspecto físico com agressões, mas pode gerar uma relação abusiva, como nas situações tão recorrentes em que a pessoa desenvolve, posteriormente, dependência emocional.

A dependência emocional, eu acho que isso é uma questão LGBT, como não existe um lugar pra nós, uma família, como não existe esse tipo de apresentação, a gente sempre acha que vai ficar só. Então, nem é só questão trans, mas a gente vivencia mais intenso isso (Registrado em 28 de setembro de 2018).

A ausência de pai foi tão forte pra mim que teve um momento da vida que eu buscava esse colo em homens mais velhos. Muitas vezes nem queria transar, só queria tá perto, ter aquela sensação de tá protegida. Foi quando quebrei a cara porque criei uma dependência e também fui abusada (Registrado em 14 de setembro de 2018).

Ainda é um desafio para a família e para boa parte da sociedade aceitar a diversidade. Nesse caso, não tolerar, mas aceitar com integração real, pois o que é visível são famílias que apenas toleram, mantendo a relação com as pessoas trans como se fossem de menos valor, lançando para longe a oportunidade de aprender com a sensibilidade dessas pessoas e com seus conhecimentos (SCHULMAN, 2009).

Como são as relações familiares, cada um tem sua fala só que a sociedade não está preparada para tudo isso, isso transgride e impacta as pessoas porque elas não estão preparadas, a mãe e a família quando diz que não quer é porque ela tem medo do que os outros vão dizer e das violências na rua, ainda mais porque todas instituições vão recebendo como se não fosse normal (Registrado em 14 de setembro de 2018).

Os assuntos que circundam as violências produzidas pela LGB *Transfobia* e, mais especificamente, pela *transfobia* familiar, são óbvios, mas ao mesmo tempo negados, justificados por algumas poucas mudanças que não necessariamente

significam progressos, afinal, as pessoas trans continuam passando por punições no interior da estrutura familiar, sem que tenham feito nada de errado, acarretando em consequências dramáticas que refletem nas experiências sociais e, principalmente, nas relações de maior confiança, que seriam as relações afetivo-sexuais (SCHULMAN, 2009).

Pode-se afirmar que a transfobia familiar, enquanto estrutura mantida através de convenções e estruturas opressivas, utiliza-se daquilo que Schulman (2009) discorre como estratégias concretas, dentre as quais se destaca o uso recorrente de falsas acusações para manutenção do status de subordinação que é colocado como fardo de estigma sobre as pessoas trans, que desnecessariamente precisam provar o tempo todo a sua inocência, sendo prejudicadas emocionalmente e socialmente.

Outra ferramenta que é utilizada neste contexto é a evitação, ou seja, o ato de fingir que a pessoa não existe ou nunca existiu, a partir de uma recusa do comprometimento, do reconhecimento, da negociação ou comunicação, multiplicando a exclusão e replicando este hábito – de evitar – até que esse comportamento se estenda e seja consolidado como normativo (SCHULMAN, 2009).

O sistema inverte as lógicas normatizando a crueldade, colocando algo que é construído socialmente como naturalizado. No âmbito intrafamiliar, assim como em outros contextos, também são cometidas formas de violências que são tão naturalizadas que os próprios sujeitos envolvidos possuem dificuldade em compreender que tais situações se tratam de violências.

Portanto, para contrapor essa realidade falsamente normalizada e forçadamente naturalizada, é importante que essa discussão permeie o quanto é decisivo quando há a quebra dessa lógica, a partir dos casos de pessoas trans que possuem aceitação nos laços familiares. Ter uma vivência onde a família aceita, acolhe e apoia (não só as próprias famílias enquanto parentesco, mas também a família que resulta do grau de relacionabilidade com seus pares, com amigos), é algo primordial.

Sou militante pelo direito das mulheres trans e penso todo o tempo nessas questões de família, na minha mãe, depois da retificação, ela que escolheu e me deu o nome, então tem um significado muito grande. Mesmo nas dificuldades dela de entender, como ela estudou tão pouco e não tem tanto entendimento das coisas, mas acima de tudo, eu sei que ela me ama! (Registrado em 14 de setembro de 2018).

A família conserva sua relevância em dimensões para além das violências que perpassam as convivências íntimas, o que demonstra como essas relações são complexas, onde as pessoas trans passam por afastamentos e aproximações. Constituindo relações dinâmicas e sutis, é frequente a inexistência de negociações com vistas em formas de enfrentamento quem produzam formas de aceitação na família. Entretanto, existem famílias que aceitam e, através destas, há iniciativas que podem contribuir para fazer com que mais grupos familiares consigam ser mais acolhedores. Se há famílias que apoiam, é porque houve determinadas condições sociais que fizeram com que fosse possível o entendimento e a aceitação, então é necessário criar maneiras para que sejam compartilhadas essas trajetórias, almejando que mais pessoas trans possam vivenciar isso nos seus vínculos intrafamiliares. A família pode se transformar de acordo com condições sociais que possibilitem isso.

Acho que a família aprende a aceitar, vai se transformando, vai vendo que a pessoa estuda, que ajuda em casa, que vai junto pro hospital. Inclusive parece que não só nós trans, mas todos LGBT ficamos com esse fardo dos cuidados com a saúde quando algum familiar, pai ou mãe adoece. E porque esse lugar de cuidado? Acho que isso não é algo esporádico, virou uma regra. Quem cuida dos pais são só mulheres e LGBT e muitas vezes a aceitação da pessoa trans se condiciona a isso.

Os pais de certa forma dão a relação que eles receberam. Meu pai era muito bruto, com baixa escolaridade, veio da zona rural e ele passava o que aprendeu. Era o típico homem de interior que queria que a gente entrasse naquele modelo de homem que era único. Eu queria outro tipo de relação, mas eu só fui entender quando entendi a relação dele com meu avô, todas as dificuldades dele e minha mãe que se casaram muito cedo, viveram na pobreza, migraram pra ter um canto, tiveram muitos filhos, com todas as dificuldades desse território. Então percebo que eles deram o melhor que puderam a partir daquilo que eles receberam.

Eu penso na união que eu tenho e me considero com sorte por ter construído isso, hoje tenho apoio de todos, vejo o quanto eu recebo e posso doar pra eles.

Nas minhas vivências no processo de transição com a minha família eu penso na minha mãe que ficou do meu lado e fez todo meio de campo com toda a família, mesmo sem entender, sem saber o que estava acontecendo, ela me ajudou e me acolheu (Registrado em 14 de setembro de 2018).

Nas famílias que são mais sensíveis e humanizadas para aceitar, entender e acolher uma pessoa trans no seu universo ao invés de expulsá-la, nota-se um maior engajamento familiar. Isso pode ser explanado a partir de um caso presenciado no

Ambulatório TT, a partir da mãe de uma criança que estava buscando orientação acerca da transexualidade e infância.

Meu filho tem oito anos atualmente e desde muito pequenininho venho observando certas atitudes dele que não condizem com o gênero que ele nasceu. Desde um ano e oito meses ele já dizia que queria ser princesa. Aí a gente sempre conversando, dizendo que ele era menino. Eu tive aquele choque: ele é gay mesmo, ou pior ele é trans! Porque eu achei que ele ia ser gay, mas agora tô achando que ele é trans. Hoje ele é um menino, com 8 anos, mas eu acho que ele tá sofrendo um transtorno de gênero. O que eu mais tenho medo, já que ele nasceu assim e se for de fato o que ele quer, eu queria que ele não desenvolvesse características masculinas, eu prefiro correr o quanto antes pra ele sofrer menos, porque na escola ele já sofre com preconceito dos colegas e os professores dizem que ele vai mudar esse pensamento, mas já conversei lá pra respeitarem e mesmo sendo escola pública eles apoiam. Eu fico com medo de estar incentivando uma coisa que as vezes não é, que eu esteja estimulando. Mas eu disse pra ele que não sei como ajudar, mas vou procurar quem pode ajudar a ele e a mim, pessoas que estudaram e tão prontas para ajudar. Eu disse a ele que ele tinha nascido com uma “pitoca” e não podia ser menina, que ele era menino e ele fez assim: é só cortar! (Registrado em 7 de agosto de 2018).

Ainda no ambulatório TT, pode-se ter contato com a mãe de uma mulher trans, cuja performatividade ainda era totalmente dentro dos moldes ditos masculinos, mas a mãe já a tratava com nome e todas as denominações no feminino:

É um processo em que nós mães é muito forte, porque a gente não tá pensando em principio no que faz nossos filhos felizes, a gente tá pensando no que a sociedade vai pensar e como vai receber e uma das coisas que eu falei pra mim mesma foi: caraca bicho, ela já ia sofrer, porque lá fora não é fácil pra ninguém, mas sofrer em casa? Foi a primeira coisa que me ocorreu. Depois comecei a pensar, se uma mãe, um pai, uma pessoa que ama seus filhos incondicionalmente, porque nós somos capazes disso, ver um filho ou uma filha passando por um processo desses o melhor é ir em frente e quem não gostar que vá embora da minha vida, não interessa, a amizade e companhia de pessoas que não aceitam não quero na minha vida, o problema é esse, as pessoas que chegam na família falando isso, elas não têm essa consciência. Enquanto a gente tiver aqui com eles, apoiando, incentivando, inspirando, para qualquer coisa, porque é assim que eu sinto. Tem que aceitar. Não tô só apoiando a minha filha, tô apoiando a todas as pessoas que se identificam como ela! (Registrado em 7 de agosto de 2018).

É de extrema valia quando a família luta pela pessoa trans com quem possui vínculo. Quando ocorrem exemplos como os elencados acima, também surgem outros integrantes da família que se encorajam a lutar, buscando evitar que a pessoa sofra. Quando vem o apoio, os sofrimentos não se manifestam com tanta

força. Quando há um teto, uma rede entre pais, avós e familiares é o desejável como ideal. Um relato que se direciona para esta reflexão se encontra abaixo:

Eu conheci um pai de um menino trans, sabe aquela coisa fantástica de você ficar apaixonado pelo pai da pessoa? O cara é pastor e ele dizia que o maior prazer da vida dele era ajudar o filho, que até já fez a cirurgia de mastectomia. Diz que o pessoal da igreja todo dia fala dele e ele diz que não queria ver o filho morto ou suicida, queria ver o filho vivo como ele está. Um pastor, que na igreja evangélica é mais complicado e ele dizendo que amava o filho dele, acompanhava, não deixava faltar o hormônio, sabia quando era pra comprar, tinha ajudado ele a fazer a cirurgia. Sabe aquela coisa que você enche os olhos? Não é mais coisa de televisão, não é surreal, a gente não pode ficar na mesma tecla (Registrado em 7 de agosto de 2018).

É de suma importância resgatar e enfatizar essas histórias, pois é recorrente a negação da existência das famílias de pessoas trans. No entanto, as famílias das pessoas trans existem e se constroem com uma diversidade de performatividades. À luz de Carsten (2014), também é preciso compreender essas relações para além do vínculo de consanguinidade, observando a relacionabilidade que amplia a noção de família e que se sustenta na experiência de muitas pessoas trans, que não só reconstituem novos laços, como também planejam a formação de suas futuras famílias.

Eu vejo coisas boas para a família que eu quero construir, eu quero ter minha família (Registrado em 14 de setembro de 2018).

Eu criei outras famílias, desde que eu era mais novo, na Igreja Católica, grupos de jovem em periferias que faziam todo processo de base, ajudavam a todos LGBT a saírem do armário e faziam discussões sobre direito à sexualidade. A primeira vez que eu fui numa boate na década de 90 foi com uma assessora da igreja que me levou porque dizia que eu precisava vivenciar aquilo pra deixar de ficar confuso (Registrado em 14 de setembro de 2018).

Conheci no campo da prostituição uma grande amiga que levo pra sempre, que depois que ela morreu nunca mais tive vida social, ela assim que eu cheguei na rua, foi a pessoa que botou o olho em mim, me botou a mão e me adotou como afilhada. Não me explorou, ela me protegia como se fosse uma mãe. Tive uma mãe que não me pariu, mas me acolheu. Ela já andava com o movimento, há cerca de trinta anos atrás, então fui resgatada por esse movimento também. Ela me adotou, me deu nome. Eu sempre fui muito espontânea e ela perguntou qual meu nome de guerra e eu nem tinha na época, então ela me batizou. Ela me falou das discussões que tinha no movimento e me passou o local, me mostrou que ganhava um monte de preservativo, que na época ganhava limitado no posto, então eu fui com ela e desde lá me dediquei a esse movimento, foi ali que aprendi ler, escrever, me abriu os olhos para o mundo. O movimento me resgatou, ali a gente foi ganhando voz. Comecei enxergar isso como minha nova família, que eu

escolhi e me identificava, era a minha casa (Registrado em 14 de setembro de 2018).

Eu tive um anjo na minha família, uma pessoa maravilhosa que em qualquer momento eu sei que posso contar, que é uma amiga da família, não tem laços consanguíneos, mas ela é da minha família, tenho certeza. Quando eu chorava e gritava, ela me ligava e me acalmava, ela me falou uma frase que me marcou e mudou tudo pra mim: o amor explica tudo (Registrado em 14 de setembro de 2018).

Em todo o mundo, pessoas LGBTrans inauguram novas formas de construir a instituição da família (CASTRO, 2007). Nesse universo, parentalidade e conjugalidade são dimensões que não se dissociam. Assim, o próximo capítulo pretende dar continuidade abordando como ocorre a dinâmica da *transfobia* no emaranhado das relações afetivo-sexuais-amorosas.

3.2 TRANSFOBIA NO CONTEXTO AFETIVO AMOROSO

Se não tivesse o amor
 Se não tivesse essa dor
 E se não tivesse o sofrer
 E se não tivesse o chorar
 Melhor era tudo se acabar

Eu amei, amei demais
 O que eu sofri por causa do amor
 Ninguém sofreu
 Eu chorei, perdi a paz
 Mas o que eu sei
 É que ninguém nunca teve mais
 Mais do que eu
 (Consolação – Baden Powell / Vinícius de Moraes)

“As relações sociais têm múltiplas dimensões – uma das dimensões é a dimensão afetiva. Ela opera em todos os domínios da vida social” (TORRES, 1987, p. 22). Um desses domínios, que ela aciona de forma privilegiada nas relações afetivas, trata-se das relações sexuais e amorosas, que embora sejam experiências universais, não fogem das diferenciações sociais e das margens da incerteza, da mudança e do questionamento (TORRES, 1987). Tanto é assim que foi somente na década de 1990 que se iniciou maior reconhecimento e visibilidade das relações amorosas que envolvessem pessoas lgbT, momento no qual “o casal conjugal é considerado menos como grupo organizado e hierarquizado, destinado à reprodução

biológica, e mais como espaço de exercício de amor e de cooperação mútua, consagrado à reprodução social” (MELLO, 2005, p. 22)⁴⁵.

Especialmente após o século XX, são expressivas nessa arena social as “críticas aos imperativos absolutos da monogamia, da coabitação, da indissolubilidade, da exclusividade, da complementariedade e da compulsória reprodução biológica” (MELLO, 2005, p. 27). Atualmente, há uma dificuldade em construir um termo unívoco para agrupar as relações afeito-sexuais-amorosas, que ultrapassam variáveis históricas universais e normas essencialistas absolutas.

Com isso, as representações sociais relativas à legitimidade social das relações afetivas e amorosas vêm sofrendo alterações no ideário do modelo de família conjugal tradicional (MELLO, 2005). Esse panorama é calcado por lutas pelo reconhecimento social e jurídico, onde as relações afetivas envolvendo pessoas trans ainda resistem para se tornar visibilizadas, quebrando com o mito da complementariedade entre sexos e gêneros, ao mesmo tempo em que questiona os papéis moral e social que foram atribuídos ao longo da história, para a instituição familiar e amorosa.

Como as fragilidades do ideário familista do modelo universal moderno, com suas bases calcadas na indissolubilidade do casamento e do amor romântico, passam a ser indagadas (MELLO, 2005), evidencia-se também como a lógica de todas as relações afetivas, sejam familiares, sexuais ou amorosas, são emolduradas cultural e socialmente, sendo, portanto, passíveis de modificações e reestruturações.

Transformações vêm redefinindo valores, hábitos e tradições, considerados até então como naturais, sagrados e imutáveis (MELLO, 2005). Com o questionamento da lógica de valores heterossexistas vigentes, se ultrapassam as fronteiras e limites impostos pelos marcadores sociais da diferença, desafiando os fundamentos das normatizações através das relações afetivas, sexuais e amorosas. Esse caminho é norteador por conflitos e disputas, tendo como consequência

⁴⁵ Pode-se afirmar que, desde o findar da década de 1970, há movimentos organizados no mundo todo pelos direitos LGBTrans, que acompanham as articulações de expansão das lutas classistas, feministas e de grupos em prol da igualdade étnica e racial (GREGORI, 2017). No entanto, no Brasil, é somente a partir da década de 1990, que são problematizadas de forma mais concreta as pautas específicas das relações-afetivas amorosas, para além da noção de orientação sexual. Tanto é assim, que se for observar, mesmo havendo registro de práticas afeito-sexuais entre pessoas do mesmo sexo desde os primórdios da colonização brasileira, é somente há cerca de 25 anos que essas pessoas se organizam politicamente para reivindicar a garantia de cidadania e direitos humanos, período onde se constata reabertura democrática pós ditadura militar (MELLO, 2005).

confrontos entre diferentes sujeitos sociais que possuem concepções distintas acerca da esfera das relações (familiares e amorosas). Tais entendimentos abarcam diferentes posições religiosas, morais e ideológicas que tendem a estruturar ideais inclusivos ou excludentes, em uma construção social que possibilita novas formas de vínculos afetivo-sexuais (MELLO, 2005).

O questionamento desses modelos de afetividade não se reporta de forma individual aos atores sociais envolvidos, mas, sim, aos alicerces incorporados nesse próprio ideário, onde se perpetua o entendimento de que pessoas trans não podem usufruir de um relacionamento estável de afeto, amor e sexualidade, afinal, como corrobora Mello (2005, p. 177), essa seria definida como uma “prerrogativa restrita ao universo do casamento monogâmico, indissolúvel e reprodutivo, centrado na complementariedade dos sexos”.

Em contrapartida da realidade que refuta o heterocentrismo compulsório, se, por um lado, traz ideias que alcançam alterações nas representações sociais, por outro, provoca o medo dos conservadores, que defendem a noção de uma família sagrada, natural e ancorada em modelos biologicistas binários, limitados e direcionados por ideais religiosos que fomentam preconceitos, discriminações e *transfobia*. Relações não heteronormativas são reprimidas por um acúmulo de violências que, como Mello (2005) define, se fundamenta em um misto de pecado-crime-doença. Segundo o autor, a sociedade ignora, em termos absolutos, o valor do respeito às diferenças individuais no campo das relações afetivo-sexuais (MELLO, 2015, p. 138).

Em meio a esse funcionamento, a busca por um relacionamento estável, pautado na utopia do amor romântico heteronormativo, também se faz presente na dimensão trans-afetiva. A população LGBTrans, condicionada às mesmas normas sociais e conjunto de valores transmitidos aos heterossexuais, internalizam as mensagens dos agentes socializadores e também constroem um ideal atribuindo grande valor a conjugalidade (MELLO, 2005).

A heteronormatividade, nas relações trans-amorosas, também se infiltra criando padrões de relacionamento baseados na monogamia e na reprodução da prole. Pode-se perceber que os relacionamentos amorosos da população trans, com vivências e emoções forjadas em uma experiência de amor romântico heterocêntrico, adotam uma linguagem, ou seja, não só modos gramaticais de fala,

mas também modos de atuar e subjetivar o mundo, comparável com modelos normalizados de parcerias heterossexuais da modernidade (CASTRO, 2007).

Eu quero ter filhos também, quero casar, sou hétero, ao menos estou hétero e acho a sexualidade totalmente transitória, mas quero ter filhos e sonho com isso, pra mostrar que não tive medo, que enfrentei meus medos, essa é a maior lição que a gente pode dar, ter atos de coragem com a gente e com todos que estão com você, pra buscar ter uma família e uma vida normal (Registrado em 14 de setembro de 2018).

Heilborn (2004) investiga experiências de casais compostos por pessoas LGBT estabelecendo comparações com conjugalidades heterossexuais e encontra fatores em consonância na constituição dos pares, desde a forma como ocorre a escolha dos parceiros, as rupturas, as relações extraconjugais, redes de amizade, lazer, cotidiano doméstico, acertos e desacertos. A projeção idealizada das relações envolvendo pessoas trans também perpassa pelas lógicas heteronormativas.

Butler (2002) argumenta que o casamento é qualificado como instituição cujo vínculo é heterossexual e a sexualidade reprodutiva é o que confere o estatuto legal que assegura essas relações como instituições. No entanto, a realidade das relações de parentesco e conjugalidade seguem regras não formalizáveis, ultrapassando as concepções jurídicas (BUTLER, 2002).

A esfera das relações afetivas não é uma esfera autônoma e distinta do que proclama as bases jurídicas exercidas pelo Estado, mas esse processo de legitimação se constitui como uma dádiva ambivalente, pois na medida em que há a delimitação do que é legítimo, também ocorre exclusão de outro tipo de relação (BUTLER, 2002). Como a teórica citada explica: “a esfera da aliança íntima legítima é estabelecida graças à produção e intensificação de zonas de ilegitimidade” (BUTLER, 2002, p. 226).

O Estado se torna o meio pelo qual uma fantasia se torna literal; desejo e sexualidade são ratificados, justificadas, conhecidas, declaradas publicamente instaladas, imaginadas como permanentes, duradouras. E, nesse mesmo momento, desejo e sexualidade são despossuídos e deslocados (BUTLER, 2002, p. 234).

Esse debate proposto por Judith Butler merece atenção e é interessante para analisar a *transfobia* nas relações trans-afetivas, a partir da reflexão de que no campo sexual não devem ser esgotadas as possibilidades de relações legítimas ou

ilegítimas. Assim como é falsa a dicotomia entre público e privado, o mesmo ocorre com a interpretação sobre o legítimo e ilegítimo. O campo sexual trata-se de um campo externo à disjunção do ilegítimo e do legítimo, não é ainda pensado como um domínio, uma esfera, nem como um campo propriamente dito; não é algo que se limita ao legítimo ou ilegítimo, pois é guiado tendo como referência o derradeiro desejo (BUTLER, 2002).

Por considerar o campo sexual circunscrito à conjugalidade, diversas práticas afetivo-sexuais tornam-se ilegíveis na esfera da sexualidade, a partir de possibilidades que jamais poderão ser passíveis de tradução dos limites da legitimidade, como é o exemplo das relações amorosas não monogâmicas (BUTLER, 2002). Constata-se que são negligenciadas da esfera política quaisquer outras formas de relação, em decorrência da prioridade que o casamento monogâmico assumiu, acarretando em um processo de violência que se dinamiza tanto de forma individualizada no sujeito, como nas relações afetivas, sociais e coletivas.

A heterossexualidade, de maneira hipostasiada, ou seja, reificada tanto simbólica e socialmente, atua como norma fundadora, em um círculo de cultura monolítica que forma diásporas reproduzindo consigo normas implícitas de pureza racial e dominação (BUTLER, 2002). Neste sentido, o casamento, por seu peso histórico, se torna uma “opção” entendida como norma, prolongando-se como relações de propriedade e tornando as formas sociais da sexualidade mais conservadoras, na medida em que se configura como a única maneira de legitimar as relações afetivo-sexuais-amorosas (BENTO, 2002).

As pessoas trans também sucumbem a esses modelos, estando imersas as lógicas de relação edificadas pela domesticação heteronormativa. Quando a conjugalidade das pessoas trans ocorre nos moldes heteronormativos hegemônicos (reprodutivos e monogâmicos) ditados como normais, trata-se de um fator de risco que potencializa um contexto para reprodução de violências.

Preliminarmente, há de se pontuar que existem “diferentes formas de mapear e compreender os vínculos entre a sexualidade e violência” (GRIMM, 2015, p. 55). Nessa dinâmica, há um desdobramento das performatividades desencadeando violências que reproduzem formas de opressão e padrões de subalternidade, hegemonia, hierarquização e inferiorização nos relacionamentos das pessoas-TT.

Esse processo inicia logo no primeiro contato, desde as escolhas dos pares que envolvem pessoas trans.

Castro (2007) afirma que existe um mercado afetivo-sexual homoerótico, onde se coadunam prazeres, desejos e poderes, sendo gênero, raça, classe, grau de instrução escolar e idade atributos fundamentais do modelo estético-comportamental que embasa a escolha das pessoas com quem se irá constituir um relacionamento (mesmo que em situações de sexo casual). Tais escolhas afetivas sexuais, com base em estereótipos idealizados, acabam por incitar a *transfobia* pela objetificação. Como reflete Bento (2003), as idealizações são lugares inabitáveis, mas que geram, concretamente, na vida das pessoas, dor e culpa, criando bases para a reprodução das normas e violências motivadas por questões de gênero.

Um exemplo dessa lógica surge a partir da narrativa de uma mulher trans que se sente rejeitada, porque os homens a procuram com a finalidade de se relacionar sexualmente apenas pelo seu fenótipo corporal, que enquanto uma pessoa negra daria a suposta crença de que ela teria uma “super neca” ou uma “neca gigante”⁴⁶, atraindo pessoas somente com segundas intenções, projetando ou impondo envolvimento sexual, reforçando estereótipos e sem sequer validar o consentimento da pessoa trans desejada, ou melhor, objetificada.

Objetificação, erotização e hiper sexualização do corpo trans, associando a pessoa trans com uma noção de perversidade, são elementos que se apresentam dando continuidade à complexidade que reflete nas relações pessoais, onde o afeto não se traduz somente em amor, é também medo, raiva, tristeza, alegria, ódio, prazer. Para além do desejo afetivo sexual, também se envolvem acordos, emoções, expectativas, metas, planos, reciprocidade, responsabilidades, frustrações, enfim, uma série de comportamentos e afetos que nem sempre são agradáveis.

Nessa construção, as relações são fortemente orientadas por perspectivas essencialistas, mantendo-se atadas à matriz heteronormatizadora, muito embora quando há envolvimento em situações de conjugalidade, suas trajetórias costumam ser pouco convencionais, onde geralmente não há um “*script*” a ser seguido (PELÚCIO, 2006, p. 524, grifo da autora).

Castro (2007) argumenta que a estabilidade e a intensidade do vínculo afetivo geralmente são os elementos que determinam a conjugalidade, assim muitos casais

⁴⁶ Neca, no Pajubá, significa pênis, genitália do sexo masculino.

(casados) não necessariamente dividem o mesmo domicílio e, nessa mesma perspectiva, muito por conta do isolamento imposto pela discriminação e rejeição social, há ausência de rituais ou formalidades que demarquem a passagem para o casamento.

Um dado que chama a atenção nesse processo são aqueles casais onde uma das pessoas do par passa a se identificar como trans quando o relacionamento já está em curso. Em muitos desses episódios, o casal continua a se relacionar, passando a ressignificar sua própria performatividade enquanto relação afetiva, na qual podem ser descobertas outras possibilidades de orientação sexual⁴⁷.

Leal (2005) apresenta uma discussão acerca das representações e práticas sexuais que se atrelam à conjugalidade, observando o que é permitido e o que não é em cada relação. A autora argumenta que as concessões estão relacionadas a categorias culturais e morais de classificação social. Nessa dinâmica, expectativas idealizadas em torno da monogamia e da fidelidade, bem como dos assuntos domésticos e financeiros, são recorrentes e constituem gatilhos importantes para episódios de violência (CASTRO, 2007).

Especialmente em circunstâncias de conjugalidade atreladas ao isolamento social e à falta de reconhecimento social por parte de familiares ou amigos, a manipulação utilizada como forma de violência moral e psicológica reforça outras formas de abuso e conflito que se multiplicam contra as pessoas trans (CASTRO, 2007). Nessa lógica, podem ser constatados conflitos que se apresentam nas relações afetivo-sexuais desde o primeiro contato, momento no qual emana a dúvida sobre “contar ou não que a pessoa é trans?”. As reações após a descoberta desencadeiam situações transfóbicas que resultam recorrentemente na clandestinidade, que, por sua vez, entre afetos e desafetos, aguça a ocorrência de situações de *transfobia* e violência na esfera das relações íntimas.

Teve um caso de um passivo em uma festa que se relacionou com uma travesti que tava lá presente, depois que saíram do quarto, ela comentou com uma colega que lá estava. Ela também se interessou e o chamou para ir ao quarto para transarem. Quando chegaram lá, ela queria fazer sexo anal com ele, mas ele se recusou, pois gostaria que ela fosse passiva. Ao saber que a outra menina tinha contado sobre eles terem se relacionado,

⁴⁷ Um exemplo dessa situação, que não é a única, aconteceu com a própria autora aqui citada, Leticia Lanz (2016), que relata sua experiência onde passou a externar sua performatividade trans, quando já estava numa situação de conjugalidade com uma mulher, em uma relação que perdurou e se reinventou em meio às transformações da temporalidade.

ele saiu do quarto e assassinou a outra, esmagou a cabeça dela espancando até a morte, no meio da festa (Registrado em 3 de agosto de 2018).

Um aspecto nesse sentido que também permeia as relações amorosas e não pode ser omitido trata-se da noção de confiança. Zamboni (2009) corrobora explanando que a confiança, nas relações íntimas, se orienta a partir de subjetividades móveis, onde formações discursivas podem constituir tanto práticas de sujeição, como práticas de liberação. Desse modo, “a confiança, nas relações amorosas deverá transpor os limites das categorias de sexo e gênero, por serem incapazes de traduzir o desejo dos agentes reflexivos” (ZAMBONI, p. 29, 2009).

Atrelado à confiança, a revelação de ser uma pessoa trans para quem ela se envolve afetivamente torna-se uma indagação constante, especialmente pela possibilidade de *transfobia* que se traduz em rechaço ou retaliação. Algumas optam por previamente revelar e expor enfaticamente sua condição, outras têm receio e chegam a se relacionar amorosamente mantendo a transexualidade na clandestinidade.

A clandestinidade ocorre em mais de um viés e, embora seus desdobramentos esbarrem constantemente na *transfobia*, a sua ocorrência não é exatamente análoga a inexistência de amor, desejo, acolhimento e afetos. Na dinâmica da clandestinidade, mantém-se tanto envolvimentos afetivos de casais em segredo para a sociedade do entorno, como também há a clandestinidade no fato de ocultar essa condição para seus pares – seja em relação de amor, bem como demais laços de convivência em espaços laborais ou educacionais, por exemplo. Em ambas, a *transfobia* aparece como motivação para tais ações, estando circundada pela falta de confiança, por medos, por insegurança e também pela autoproteção. Nesse sentido, em uma das rodas, um trans homem explica que evita revelar, pois escuta cotidianamente a fala de que ele seria “meio homem”.

Esse contexto leva ao elo da clandestinidade com a solidão que acompanha a vida de pessoas trans.

Não se fala muito da solidão das pessoas trans, no campo romântico amoroso, mas precisa. O que acontece, com os caras, por exemplo, é que sempre querem manter a relação escondida, não assume, só quer sexo às escondidas. Nisso acontece também o recorte de gênero, mas também de raça. Se cria todo um imaginário e fetichização, só pensam em se satisfazer e será que não pensam que aí tem um ser humano? Quer dizer que sou

uma boneca que só serve para sexo? Eu não posso ter sentimentos?
(Registrado em 11 de outubro de 2018).

Especialmente no que condiz aos vínculos sexuais-afetivos, a realidade da *transfobia* associada à misoginia (transmisoginia) leva as mulheres trans e travestis destacarem a importância de revelar sua identidade, principalmente por questão de manutenção da própria segurança, buscando evitar reações violentas. Uma travesti conta que em uma situação saiu de uma festa com um homem totalmente com preceitos heteronormativos, imaginando que ele teria entendido que ela era trans, mas quando chegou ao apartamento dele, ele se mostrou surpreso e revoltado. Diante de tal situação e apreensiva, a mulher explicou para ele minuciosamente sobre transexualidade, ele aceitou e os dois ficaram juntos naquela noite. Essa história chamou atenção, pois foge da trajetória recorrente, que nessas circunstâncias são majoritariamente precedidas por agressão e nos casos das trans com performatividade feminina, chega até na ocorrência de casos de homicídio.

Ainda nesse plano, a revelação sobre ser uma pessoa trans para seus pares afetivos é algo que acomete a todas, mas ocorre com especificidades. É consenso que para as mulheres trans, com vistas à sua própria proteção, apresenta-se uma encruzilhada entre não contar que é trans e correr o risco de sofrer violência ou revelar e passar a sofrer assédio sexual, tendo seus corpos ligados à objetificação, erotização e hiper sexualização.

Eu lembro de uma pessoa que eu conhecia desde a infância, aí o fulaninho se aproxima da bonita e resolve cortejar, mas a sete chaves, depois faz a recomendação de ameaçar até de morte ou de bater mesmo se caso alguém souber ou desconfiar que eu toquei ou me relacionei com você, de pegar e olhar no olho e dizer: "olha pra mim, eu sou homem, ninguém pode saber". O quanto isso pode ser perigoso, essa honra que eles dizem pode ser lavada até com sangue. Igual a uma amiga minha que foi assassinada porque saiu com um rapaz, ele fez a observação, mas ela com a língua solta comentou com uma amiga que resolveu também paquerar ele, que não quis aí ela jogou na cara dele: "se ficou com a fulana, porque não fica comigo?", aí ele matou ela a pauladas no meio da rua. Ele foi preso na rodoviária, ainda com o sapato melado de sangue, mas se apresentou com o advogado e tá solto, responde esse homicídio em liberdade. Pra ver o quanto isso é sério e preocupante essa coisa da visibilidade e do relacionamento trancado a sete chaves, atrás das cortinas, isso é uma realidade nua e crua do universo trans (Registrado em 28 de setembro de 2018).

Até atingir a violência extremada, assédio e objetificação constituem parte da naturalização da *transfobia* que entrava a possibilidade de relações afetivas

horizontais. Essa lógica também é retratada pelas transexuais observando os chamados “T-Lovers”⁴⁸.

T-lovers com 200 trans adicionadas em perfis na grande maioria falsos, com exceção de perfis com identidade verdadeira, tem muitos que têm o vício de estar na internet catando, tem trans que não passa um dia sem receber mensagem.

Essa questão dos aplicativos para mulher trans é muito complicado porque se ela coloca que é trans, já quem aparece relacionado é os cara catando, T-lovers, fetichizando. O máximo que a pessoa vai ouvir é: “você é ativa?”, “vamo pro motel?”, sempre aquela coisa instantânea de não querer nem te conhecer e achar que você tem que realizar uma fantasia, aí se você sai com ele, depois ele vai desaparecer, até porque muitos surtam. Então é complicado porque ao mesmo tempo que a gente sabe que é possível encontrar pessoas diferentes, mas muitas vezes quem usa o meio virtual é porque quer se proteger ali naquele meio e poder descartar aquela pessoa depois, vai bloquear e tem muitos que moram longe e querem ficar só no virtual, pra justamente naquele mundo vivenciar o que ele não tem coragem de vivenciar na realidade, ele se sente seguro atrás da tela. Então tem essa questão que muitas vezes o aplicativo é a proteção desse homem que só quer um fetiche (Registrado em 28 de setembro de 2018).

É recorrente a prática de se utilizar do uso das redes sociais para fugir ou manter relacionamentos permanecendo só no plano virtual.

Eu passei anos em frente ao computador, só vivia naquilo porque eu tinha um fake masculino onde eu podia viver tudo que eu realmente queria ser. Passei uns cinco anos mentindo pra todos, menos pra mim. Eu não sabia que afetava a vida de outras pessoas de forma negativa porque eu tava feliz vivendo aquele conto, era bom ser aquilo e até hoje não acho que tenha sido ruim pra mim, pra elas podia ser porque era uma mentira, mas pra mim foi uma lição de que eu conseguia ter contato com pessoas que me ajudaram na transição e me aceitavam (Registrado em 14 de setembro de 2018).

Eu acho uma coisa muito nociva os homens trans se relacionarem com pessoas sem saber que são trans, que acaba sendo mais viável às vezes, por causa da passabilidade, as pessoas não saberem que você é trans, em todas as esferas é nocivo, na relação amorosa particularmente. Por exemplo, aplicativo de relacionamento amoroso virtual, quando comecei

⁴⁸ T-lovers é uma identidade ainda em construção. Seriam homens que se relacionam com pessoas trans, principalmente no meio virtual. Pelúcio (2006) traz um olhar acerca desse tema, explanando que os T-Lovers não constituem um movimento social, tampouco estão filiados ao movimento de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais. A pesquisadora supracitada retoma a história de conjugalidade envolvendo uma travesti e um membro assumido como organizador de uma comunidade de T-Lovers. Em contrapartida, no campo de pesquisa do presente levantamento, o olhar das pessoas trans sobre a relação com esse grupo foi enfaticamente colocado como algo não-positivo. Participantes testemunharam casos de T-Lovers que as adicionam nas redes sociais, com perfis falsificados, onde o único diálogo estabelecido é com interesse sexual, nos quais são recorrentes casos de chegarem impondo, via chat virtual, posições sexuais e fantasias pessoais que gostariam de realizar ou fazendo envio de fotos íntimas sem se quer ter havido diálogo de consentimento.

minha transição eu logo comecei a namorar, fiquei dois anos e meio e depois a gente terminou, eu fiquei naquele desespero que a gente fica depois que acaba, pensando “ninguém mais vai querer” e aquela coisa toda. Eu achei que nunca mais ia existir ninguém no mundo, que eu ia ficar sozinho e aí entra toda dependência emocional que a gente desenvolve. Quando aconteceu isso, foi fundamental ter meus amigos me fortalecendo, se não tivesse meus amigos, pessoas que me mostravam que eu tava errado, não sei como ia ser. Aí eu comecei querer conhecer outras pessoas e comecei com esse negócio de aplicativos e quando entrei não coloquei que eu era trans, porque eu pensei “se ninguém tá dizendo que é cis porque eu vou dizer que sou trans?”, então conhecia as meninas, ficava com elas e ficava pensando “que bosta, será que vou ter que contar agora, será que ela vai descobrir e não vai gostar? Porque se ela não gostar eu que não vou querer ficar com ela”, aí depois de algum tempo eu resolvi mudar e coloquei bem aberto, escancarado, uma foto com a bandeira trans, coloquei no meu perfil e depois disso aumentaram as meninas que eu falava, eu pensei que era fetiche, mas vi que foi ao contrário, depois que coloquei nenhuma menina mais veio com abordagem babaca, nem falavam sobre eu ser trans, conversavam sobre outras coisas e foi muito massa, pessoas mais legais começaram a surgir! (Registrado em 28 de setembro de 2018).

O ato de decididamente “sair de armário” não está de nenhuma forma dissociado de conflitos e ainda é preciso cautela sobre uma parcela dessa população trans que, de certa maneira, precisa do armário para se proteger, para sua autopreservação.

Existem várias formas de estar no armário, tem essa questão de sair do armário, mas a gente precisa se preocupar, porque podem ter diversos motivos, até familiar, trabalho e da rua, de não sofrer na rua, não só a violência física, mas a psicológica que é muito complicada, tem muitas meninas trans com essa situação psicológica que nem falar na terapia consegue, só choram (Registrado em 28 de setembro de 2018).

Lanz (2016, p. 210) argumenta que “a maioria das pessoas transgêneras vive no armário, com medo de revelar publicamente a sua condição ou simplesmente não deseja se abrir a respeito disso”. Essas relações de clandestinidade que envolvem a “saída do armário”, aparecem intercruzada em diferentes desdobramentos. Um homem trans relembra que namorou a filha de um pastor, mas ninguém além da sua então companheira sabia da transexualidade. Ocorreram situações de ele estar na casa da família dela, assistindo em conjunto a novela onde era protagonizada uma história de um homem trans e o senhor afirmava: “isso é uma pouca vergonha!”, sem ter o conhecimento de que estaria um homem trans na sua casa, enquanto namorado da filha. Nesse caso, a clandestinidade não se manifesta somente entre os parceiros que possuem o vínculo sexual-afetivo, mas também com relação às

peças do círculo de convivência, das quais muitas vezes se mantém em segredo a existência da relação trans.

Nos envolvimento afetivos de intimidade, percebe-se que pode também haver transformação nas práticas de clandestinidade, a partir de experiências onde se passa a descartar a opção de não revelar sua performatividade.

Eu tô numa relação de muito diálogo e conversa, não aceito mais esconder nada. Apesar de que da mãe dele ainda tenho que esconder, porque ela não sabe. A gente conversa pelo telefone e tudo, mas ela prefere não ouvir essa palavra TRANS, ela não quer lembrar que aqui tem um pênis. Eu também nunca forcei nada, mas é um homem que me respeita enquanto pessoa e me liberta, não me prende, não me oprime, dialoga, me leva pra sair, me convida em qualquer horário pra ir onde eu quiser, me questiona porque não aceito carona dele pra ir a aula e ele questiona porque gostaria de ir onde eu tô, de sair com as minhas amigas, queria que elas vissem que eu tenho um namorado, que é um menino bom, bacana, que pensa (Registrado em 28 de setembro de 2018).

Nesse sentido da clandestinidade nas relações afetivas e de como isso pode desencadear *transfobias*, ainda é interessante refletir sobre como as diferentes performatividades emplacam dinâmicas divergentes no que condiz à revelação de “ser trans”, sendo proposta, por um dos participantes, uma lógica na seguinte perspectiva:

Com os homens trans é diferente, a questão da visibilidade, por exemplo, pras mulheres trans a questão central é que as pessoas assumam a relação, que se tornem visíveis, mas para os homens trans há as relações, muitas vezes já assumidas, mas a questão é de como ele é visível dentro da relação, porque é distinto, os homens trans muitas vezes tem uma margem de manobra de não trazer a questão da transexualidade e muitos vivem assim nas suas relações. O grande dilema é até que ponto você negocia com isso. As mulheres trans são visíveis, mas suas relações não são visíveis. Já os homens trans, são mais invisíveis dentro do próprio relacionamento (Registrado em 28 de setembro de 2018).

Para as pessoas trans com performatividades feminilizadas, a alternativa de revelar sua identidade, aparece como pré-requisito para alavancar uma relação afetiva e sexual, tendo em vista a garantia da sua própria segurança.

É importante falar para o boy magia que ali não tem uma vagina no meio das pernas, porque no quarto a descoberta pode me fazer sofrer muito mais ou talvez eu possa nem sair do quarto mais. Alguns podem até pegar suas coisas e ir embora, mas outros não. Algumas escondem no diálogo, no truque, não falam que não são mulheres biológicas, talvez até por medo, mas já tive amigas que foram espancadas no quarto porque chegaram lá e

o cara descobriu que não era uma mulher cis, como chamam né. Eles descobrem que é uma mulher transexual e se sentem enganados, confrontados e aí vão para o ataque que pode acabar num fim trágico que acontece sertão e brejo afora por aí (Registrado em 28 de setembro de 2018).

Esse contexto se relaciona diretamente com a noção de passabilidade. Em um registro da narrativa de uma trans, ela expõe sua reflexão de que: “tem pessoas que acham confortável a passabilidade, eu não acho. Prefiro que enxergue de longe que aí já se aproxima de mim sabendo quem sou do que uma pessoa saber da minha construção e depois eu passar por alguma agressão” (Registrado em 14 de setembro de 2018).

Almeida (2012) explana que, através de uma dinâmica que possibilita práticas de camuflagem social, a passabilidade (do termo original *passing transgender*) é utilizada para referir-se à capacidade da pessoa trans ser publicamente reconhecida como pertencente ao gênero que não lhe foi assignada ao nascer, situação que envolve tanto certa manipulação de cuidados físicos característicos do gênero pretendido quanto atributos de comportamentos sociais que sejam culturalmente associados a tal gênero⁴⁹. Nesse paradigma, Letícia Lanz reflete o seguinte:

No território transgênero, nada pode ser tomado como óbvio, assim como nada é o que parece ser à primeira vista. Passabilidade, embora possa ser considerado um fator favorável para o aumento da visibilidade social da pessoa transgênera, nem sempre é o fator determinante ou decisivo desse processo podendo, em muitos casos, constituir até mesmo um elemento dificultador (LANZ, 2016, p. 212).

Inúmeras críticas circundam a conceituação da passabilidade, argumentando que remete à noção de “estar se passando” além de reculpabilizar as vítimas em casos de violência, diminuindo o peso da *transfobia*, com a justificativa de que a pessoa não estaria totalmente passável para o gênero com o qual ela deveria ser respeitada, quando em realidade, a pessoa estaria apenas exercendo seu direito de existir, enquanto outrem a viola de diversas formas. Chega a ser comum a prática entre as pessoas trans de ainda se questionarem se poderiam ter melhorado algo na

⁴⁹ Acerca do uso do termo “passabilidade”, tanto transhomens como transmulheres são alvo do espectro passável. Entre as mulheres, na busca pela passabilidade e também na relação de auto-proteção coletiva contra possíveis violências transfóbicas e misóginas, leva a existência das “madrinhas”, as quais se configuram como um pilar de amparo para resolução de variados problemas que as mulheres travestis e transexuais enfrentam, tais como a aplicação de silicones industriais, o abrigo após a expulsão precoce de casa, o amparo no caminho da prostituição, dentre outros.

sua aparência para não ter ocorrido a violência, como se a culpa estivesse na própria pessoa trans. Mesmo sofrendo e sendo violentada, existe a transferência da culpa para a vítima, isto é, a reculpabilização recai sobre a pessoa trans. Mas deve ser enfática a compreensão de que, como colocou uma das pesquisadas: “A culpa nunca é da trans. É da pessoa que comete a violência” (Registrado em 3 de agosto de 2018).

Nessa trajetória dos relacionamentos afetivo-sexuais-amorosos, aparecem também implicações sobre a decisão de realizar ou não a cirurgia de redesignação sexual. Há situações, por exemplo, de mulheres trans que fazem a cirurgia com a justificativa do medo que o relacionamento venha a terminar, já ocorrendo casos que isso foi levado adiante e depois de a mulher ter feito a operação, o companheiro a traiu com outra mulher trans não operada. Percebe-se como é recorrente que a centralidade da decisão sobre o próprio corpo trans acabe sendo transferida para o aval da pessoa com quem está se relacionando. Isso gera situações de *transfobia* e de conflitos que se destacam a partir de situações variadas, como daquelas pessoas trans que escondem o corpo do seu par no ato sexual, vivenciando relacionamentos longínquos sem que nunca se tenha sido verbalizado abertamente a condição trans. Nessas dinâmicas, é comum o ato de apagar a luz no ato sexual ou utilizar de recursos para esconder o órgão genital ou alguma outra parte do corpo.

Comigo essa coisa de luz acesa não rola, eu preciso ver onde vou pegar né? Mas essa questão do corpo é meio complicada porque tem pessoas que não aceitam mesmo e têm dificuldade de expor com as luzes acesas, no nosso universo trans isso acontece muito, de ficar inseguro. No meu primeiro contato teve essa questão do escuro, mas por que escuro? No começo eu enfrentei isso de me esconder quando ia me relacionar com alguém sempre tinha que ter uma toalhinha de rosto. Tem relacionamento de anos que segue assim. Tô me trabalhando, mas essa questão de esconder a genitália, após muito tempo que percebi que isso não era legal para mim. Tenho diversas amigas que ainda estão nessa situação da velha toalhinha de rosto (para tapar as genitais na hora do sexo) (Registrado em 28 de setembro de 2018).

O desenvolvimento de relacionamentos abusivos, que geram dependência amorosa e ciúme exacerbado, também são evidentes levando o olhar sobre performatividades ancoradas em cis-masculinidades tóxicas⁵⁰. A romantização da relação abusiva e a idealização em meio a ilusórias juras de amor trazem consigo

⁵⁰ Para ver mais sobre masculinidades: Schpun (2004).

exigências que fazem a pessoa trans se submeter a coisas desagradáveis, transpondo a *transfobia* nos moldes de um ciclo de violência doméstica⁵¹.

Outra dimensão importante de se observar é sobre o intercruzamento das relações amorosas com o contexto da prostituição. Nesse universo, a *transfobia* também se apresenta, sendo frequente em casos onde a violência é precedida pela rejeição do próprio desejo que muitos clientes carregam. Há um caso, nesse sentido, em que um homem foi disfarçado atrás da mulher trans com o intuito de matá-la depois de terem feito programa e ele ter se apaixonado por ela e não aceitar o próprio desejo. Esse não é o único.

Teve um cliente que levou a trans depois do programa para o meio do mato e tirou uma arma no porta-malas para matá-la, totalmente transtornado depois de ter se relacionado sexualmente com ela, estava inconformado, colocava as mãos na cabeça e não conseguia aceitar que tinha saído com ela. Ela ficou tentando manter a calma, mesmo desesperada por dentro e aí conseguiu convencer ele de não matá-la. Mesmo assim, deixou ela abandonada no meio da estrada escura, em plena madrugada. Ela teve que voltar de a pé sozinha, morrendo de medo (Registrado em 6 de outubro de 2017).

Certamente, a obtenção de êxito nas relações afetivo-sexuais é uma dimensão importante e que não deve ser ignorada da vida das pessoas trans, através das quais também são reinventados léxicos que fundamentam vínculos de amor. No entanto, ainda são múltiplas as violências que perpassam a realidade dos vínculos afetivos-amorosos-sexuais trans relacionais, que se articulam resultando na tão recorrente solidão das pessoas trans.

Antes de finalizar esta etapa da discussão, o quadro abaixo traz um texto autoral de Jade Mariam Carvalho (2018), apresentado no decorrer do II *Seminário Mulheres e Universidade: Juntas contra o racismo, o machismo e a LBTfobia*, ocorrido na Universidade Federal da Paraíba. Idealização, objetificação,

⁵¹ A psicóloga estadunidense Leonor Walker (1979) elaborou um esquema chamado ciclo da violência doméstica, o qual se resume em três momentos: tensão, lua de mel e ação. A fase da tensão seria o impulso inicial, envolvendo discussões, insultos, atritos e bate boca, concretizando a violência por meio da fala, do medo e da ameaça, gerando uma tensão que pode levar a explosão de atos violentos. Com essa incitação, o momento posterior é o da lua de mel, caracterizando-se como uma espécie de reconciliação, onde se fazem promessas de mudanças e pedidos de desculpas. Atravessando esse período de esperança em ter um relacionamento diferente, a violência vai regressando, os abusos, as brigas e reclamações tornam ao cotidiano e, enfim, chega-se à fase da ação, quando há a perda do controle a violência se excede. De acordo com a teoria de Walker (1979), essas três fases oscilam e se intercalam, ocorrendo ciclicamente e podendo se agravar a ponto de chegar à ocorrência de um homicídio ou suicídio.

clandestinidade e solidão são alguns dos planos por onde essa narrativa transita, contribuindo para refletir sobre as afetividades, relacionamentos e transexualidade, como também favorece para sensibilizar acerca da realidade da *transfobia* nas relações afetivas amorosas.

Quadro 1 – O Sexo e as Mulheres Trans, por Jade Mariam Carvalho (2018)

Apenas um corpo destinado ao sexo, ao exotismo e a erotização. Uma mulher trans não é gente é só um ser destinado ao prazer. Quantas vivem, ou melhor, sobrevivem do sexo, na pista, com ou nenhum sustento. Muitas não tem família ou às vezes têm uma madrinha, a cafetina, uma “irmã”, uma outra pessoa que se torna irmã. Um homem com mamas, nem uma coisa nem outra, é assim que muitas vezes somos vistas. Mamas que apontam de hormônio, de silicone ou de óleo de silicone industrial, no fim somos chamadas de homem a vida inteira, apontadas na rua, olhadas como se fossemos bicho, nem homens e nem mulheres, nem uma coisa nem outra. Às vezes, me surpreendo pensando em algumas mulheres trans que conheci, já não sei se estão vivas ou mortas. Umas fizeram muito sexo, viveram dele, outras se quer conheceram. Conheço mulheres trans que nunca conseguiram ter sua primeira vez. O bloqueio que muitas vezes ocorre devido à vergonha do próprio corpo, pois é doloroso olhar para si e ver as características que não gostaria de ter. É doloroso ser uma mulher, porém o espelho negar aquilo que no seu íntimo, você sabe e você sempre soube. Às vezes me pergunto se existe amor para uma trans e ao mesmo tempo pergunto se existe amor para as demais pessoas. Esse sentimento tão falado nas músicas e nas novelas é tão desejado por todas nós. Sempre desejamos que tal emoção aconteça, sejamos virgens ou não, não faz diferença, todas desejam um amor, ainda que esse tal de amor seja desconhecido, quando tudo que vivemos foi só fantasia, paixão platônica, sexo ou nem isso. Uma vez conheci uma menina que se sentia masculina demais para sair de casa, ainda que as pessoas dissessem o contrário, ela sempre via nas ruas as pessoas falando coisas que lhe doíam, doíam mais que uma cuspidada. Uma menina que sonhava com o amor que via nas novelas, com um príncipe encantando que ela sabia que na verdade era uma grande ilusão, uma miragem, ela sabia que muitas vezes olhos azuis, brilhantes, luminosos, poderiam esconder um monstro capaz de violar e de seduzir, que iria descartá-la

como lixo, como lixo do mundo que ela sempre acreditou que era e que o príncipe fazia questão de lembra-la. E ela passou a crer que seu corpo nunca mais seria tocado e ela não deixaria que homem algum a invadisse novamente. Ela passou a rejeitar aquilo que seu íntimo mais desejava, porém o desejo não era maior que a vergonha de si mesma, daquele corpo abjeto, daquele corpo sujo, daquele corpo que ela se arrependera de ter entregado a alguém outrora. O amor, esse desconhecido, esse cavalheiro das trevas, que rouba nossa mente, que nos faz sentir sozinhas aquilo que deveria ser sentido com outro alguém, e o destino de muitas é viver de migalhas, implorar um pouco de carinho, um pouco de atenção, sempre sendo tratada como alguém que tem uma doença contagiosa, a doença que representa negar a identidade masculina que nos foi imposta.

O amor existe apenas nas canções, nas novelas, num sonho distante, uma ilusão...

Para fugir da idealização romântica heterocentrada e dos esquemas lógico-conceituais-éticos-estéticos que levam à experiência de amor e opressão, deve-se assumir novas linguagens e formas de convivência, relacionamento, amor, amizade, arte e cultura (CASTRO, 2007). Todavia, para além de inaugurar configurações relacionais divergentes das lógicas de controle, hetero-normalização e hierarquia internas aos pares, são necessárias mudanças de ordem social amplificada. A população trans tem muito a contribuir nessa construção, possibilitando maneiras diversas de compreender e vivenciar os afetos, mas também não é possível responsabilizá-las pela tarefa de modificar o amor na sociedade ou simplesmente exigir que elas sigam padrões de relações afetivas divergentes, por serem trans. Reproduzir essa lógica de pensamento é investir na mesma ideia que considera pessoas trans como não-humanas, como se fosse “algo” que está fora do meio social e das suas normatizações.

O debate em si não é sobre como são ou deveriam ser os laços relacionais das pessoas trans. É sobre como o sistema social se articula nas relações culturais, políticas e econômicas, estabelecendo padrões que se entrelaçam no mais íntimo das relações, sendo capazes de potencializar e propagar violências. Esta dinâmica, sim, precisa ser discutida, reconhecendo não só como ela é, mas também como poderia ou deveria ser transformada.

É preciso descolonizar os afetos, transformando os laços sexuais e amorosos em alianças, onde a mutabilidade se faça presente, a partir da consolidação de uma ética e responsabilidade afetiva onde haja respeitabilidade para as necessidades, não de modo individualista, mas compreendendo que deve ser abolida a lógica de afeto escravizado e colonizado, onde se passa como naturalizado o fato de ocultar uma das pessoas do campo social, mantendo uma vida neutralizada, limitando o seu espaço (público/privado) de interação. O que está no cerne desta discussão é que o afeto também precisa ser descolonizado, desconstruído, reinventado, transformado.

A ideia de uma rede de relações, que não se encerrem na romantização do amor e na idealização do afeto como algo retilíneo, monossexuado e estável, é um pressuposto contrário as diferentes formas de *transfobia*. O que se faz emergente é olhar para resolução dessa problemática não como um reflexo de serem relações monogâmicas ou não, mas para, além disso, ampliar as noções de afeto, pensando no estabelecimento do amor para além da sexualidade, como algo que não inicia e nem se encerra na “vida a dois”.

É possível desejar e optar por outra história, com novas linguagens e um novo modo de ser, no qual supostas ilegitimidades do desejo não fechem as possibilidades de transformações sociais futuras (BUTLER, 2002).

3.3 ENTENDENDO A *TRANSFOBIA* COMO UMA FORMA DE VIOLÊNCIA MÚLTIPLA

A *transfobia* acontece em todos os locais. Tinha uma trans, que estava vindo aqui no espaço LGBT, veio aqui há poucos dias levar um material pra aldeia indígena onde ela mora, porque ela é uma índia, pensa numa mulher linda, com os traços do rosto bem desenhados, com aquela cara de brasileira, o bumbum empinado, muito linda, perfeita. Ela foi pra Itália, voltou e tava morando na aldeia, só que ela tava sofrendo muito preconceito, porque como ela voltou totalmente transformada, ela não podia mais participar de nenhum ritual, nem como homem, como lá onde ela mora eles dividem entre homem e mulher, ela não podia mais participar de nenhuma atividade que eles tinham como ritual. Ela chegou vir aqui, procurar atendimento e ajuda porque ela tava decidida a voltar pra lá e poder levar a informação porque ela não queria perder a raiz dela. Mas ela não conseguiu. Ela se suicidou. Ao redor de onde ela se matou, ela espalhou todos cartazes que ela pegou aqui, colou assim nas paredes, espalhou ao redor dela pelo chão, subiu numa cadeira e se enforcou. (Registrado em 4 de novembro de 2016).

A violência se perpetua por diferentes fenômenos e sua incidência perpassa por diferentes instâncias e esferas da vida social (PORTO, 2010). Com a violência na dinâmica da *transfobia*, isso não é diferente.

Os desafios de olhar para essas dinâmicas da violência exigem a cautela de abordá-la na sua amplitude, porém sem generalizar, para não correr o risco de banalizá-la e nem individualizá-la, levando a tratá-la como algo excepcional. Nesse sentido, por mais limitante que possa ser a tentativa de criar marcos sociais para definir o que é a violência que emana pela *transfobia*, mas é importante que o faça, primeiramente para não perpetuar o ato de invisibilizar as pessoas trans e, especialmente, com vistas nos processos de resistência. Para tanto, é preciso que a *transfobia* seja caracterizada em termos mais amplos do que sua aparência individualizante e patologizante, como uma matriz direcionada a grupos de indivíduos, que não se trata de um fato isolado e nem se resolve com a mera exposição de situações individuais (VERGUEIRO, 2015).

Em um norte com um espectro de amplitudes e intensidades variadas, a *transfobia* está ligada diretamente à não legitimação ou à negação da condição trans, refletindo em atitudes diretas de retaliação. Através da *transfobia*, as violações perpetuam-se para além do viés institucional, como um amplo fenômeno social e que não pode ser compreendido com lentes universais, tampouco redutoras ou individualizantes, que omitam a discussão política, cultural e econômica envolta nesse processo. Há uma “espécie de compreensão decolonial sobre a transfobia, onde a cisnormatividade e o cissexismo atuam como estruturantes de violências institucional, sociocultural, e existencialmente impregnadas por culturas e sociedades” (VERGUEIRO, 2015, p. 70).

Nessa dinâmica, articulam-se: Preconceito – Estigma – Discriminação – Violência – *Transfobia*. Preconceito e discriminação são duas vias complementares na reprodução do estigma e de violências transfóbicas, mas que se distinguem, conforme reflete Cida Bento (2018), na medida em que a primeira está relacionada à aversão, ao estranhamento e ao repúdio, mas a segunda repercute em retaliação, rejeição de espaços e privação de possibilidades. A discriminação seria um desdobramento do preconceito, podendo este último também existir sem que se externe explicitamente um ato de discriminação.

Aprofundando esse viés, a escritora trans Letícia Lanz (2016) afirma que a *transfobia* apresenta-se na forma de discriminação, segregação, intolerância, exclusão e violência de pessoas transgêneras, em casa e na rua, nas suas relações interpessoais e grupais, bem como na busca pela legitimação e garantia dos seus direitos de cidadania. Pode-se afirmar que a *transfobia* e violência são frente e verso da mesma moeda. Essa lógica acarreta na existência do que Efrem Filho (2016, 2017), intitula como corpos brutalizados.

Nessa realidade, a recorrência de casos com violência extrema é cotidiana. “Essa semana foi morta mais uma, morta a facada e como se não bastasse, deixaram os seios dela expostos, tudo cortado com faca assim. (mostra foto da trans morta ensanguentada)” (Registrado em 3 de abril de 2017). Nesses registros da brutalidade dos trans-homicídios, são sempre atacadas as partes que identificam o corpo trans: as genitálias, o peitoral. As nádegas, pernas, rostos e cabelos das mulheres.

É recorrente, no conjunto das violências motivadas por gênero ou por orientação sexual que compõem as performatividades plurais, que as pessoas passem, em momentos diferentes, porém conectados de variadas maneiras, por casos de homofobia antes da *transfobia* ou lesbofobia antes da *transfobia*⁵².

Isso ocorre em razão do peso que os marcadores sociais exercem sobre as vivências. Portanto, cada experiência traz marcas em níveis de sociabilidades que se engendram na diferença e na exclusão⁵³.

Sempre que eu penso de ser uma travesti e ser negra vem a mente muitas coisas. A primeira coisa que me vem é o privilégio de viver com minha família, ter feito uma graduação, de não ter passado fome, enquanto outras mulheres trans negras ou tão numa condição muito difícil ou tão morando na rua, no sistema prisional. A maioria que tá na prisão é negra, então é impossível não olhar pra essas pessoas e não me enxergar, ao mesmo

⁵² É preciso tomar precaução para analisar esta problemática, pois como aponta Lanz (2016, p. 209), “não faz o menor sentido descrever a pessoa transgênera a partir da sua sexualidade, pois indivíduos transgêneros não são pessoas homossexuais que estariam dispostas a levar a sua homossexualidade às últimas consequências, como julga o senso comum. Muito pelo contrário, a maioria das pessoas transgêneras – mulheres e homens trans – se declara abertamente heterossexual”. Como corrobora uma das participantes “acontece de antes da transição, a gente se reconhecer como gay ou lésbica e depois que começa a transitar, essas pessoas do meio começam a perguntar por que a gente tem que extremar e começam a nos rechaçar” (Registrado em 17 de agosto de 2018).

⁵³ Porto (2010) argumenta sobre a utilização do termo sociabilidades, ao invés de socializações, como adequado para se referir a situações de fragmentação, pluralidade e multiplicidade sociais, onde formas distintas de relação atingem grupos, camadas, etnias, raças e demais características desiguais perante o conjunto da sociedade.

tempo não consigo deixar de lembrar desses privilégios. Outra coisa que me vem a mente é sobre os relacionamentos e a fetichização da mulher trans, negra, especificamente. Porque aí tem dois pesos em jogo, de ter nascido com órgão masculino, ao menos que você modifique, senão fica aquela ideia como se você tivesse uma piroca imensa que tá aí só pra realizar todas as fantasias, que a pessoa pode gostar de ser desejada, mas eu sou só isso? Tanto a mulher negra quanto o homem são fetichizados. O homem é aquele viril, forte, que tem pegada e a mulher negra é aquela que aguenta tudo. E a mulher trans negra junta um pouco dessas duas coisas. É um ser hipersexualizado. Quantas mensagens que a pessoa recebe pela internet, nem falou nada e só procura com esse intuito de realizar as fantasias e já vem com essa ideia tirada da pornografia que a pessoa vai realizar os fetiches e ainda de graça! É toda uma situação que a gente pensa: não somos só um corpo, temos sentimentos também! (Registrado em 17 de agosto de 2017).

Eu sofro uma violência que ela é três vezes pior, porque eu sofro por ser feminina, sofro por ser pobre e sofro por ser trans (Registrado em 3 de abril de 2017).

Do mesmo modo que a violência racista, apoiada em uma cultura de branquitude, a “violência misógina não se trata de uma questão atípica, um fenômeno excepcional ou “aberrante” na nossa sociedade, mas de um exercício cotidiano e costumeiro, invisibilizado e naturalizado enquanto algo estruturante da sociedade” (GRIMM, 2015, p. 50).

Deve ser enfatizado que as marcas sociais e inter-relação das diferenças, interpretam experiências que mostram um somatório de desigualdades, onde a relação entre marcadores de gênero, sexualidade, raça, etnia e classe compõem as performatividades e experiências dos sujeitos. Todas essas categorias estão interligadas e têm que ser ponderadas. Como afirmou uma das participantes: “eu vou sofrer por ser mulher, por ser trans, por ser negra e pobre. Sofro mais de uma vez sempre” (Registrado em 28 de setembro de 2018).

A partir das narrativas, se evidencia a centralidade do aspecto racial diante da dinâmica social da *transfobia*.

Eu como mulher transexual trago a experiência de deixar o cabelo natural e parar de alisar, crescendo com o seu formato sem utilizar químicas e procedimentos de alisamento, então após essa mudança vi como é gritante o preconceito, a gente entra nas lojas o pessoal não atende, ignora, passa pela frente e finge que não vê. Eu fico pensando, será que é porque sou trans ou porque sou negra? Eu fico na dúvida. Isso é muito recorrente, a pessoa fica calejada pela vida. É difícil encarar, mas é necessário.

Muitas vezes, diante de situações de vulnerabilidade extrema, a gente vê tanta fome, tanta miséria entre muitas de nós, que a gente vê como a evolução do conhecimento não conseguiu fazer mesmo uma abolição (Registrado em 11 de outubro de 2018).

Levar em consideração que as experiências se constituem a partir da intersecção é imprescindível e, por isso, é tão primordial que não se omitam, ou melhor, que sejam sempre aludidas aquelas pessoas trans em condição de pobreza, ou que são negras, que são indígenas ou de comunidades tradicionais (tais como as quilombolas), as pessoas trans intersexo, as pessoas trans que são deficientes ou mesmo aquelas em condição de cárcere.

Imagina, uma mulher transexual negra em extrema situação de miséria, nunca teve registro de nascimento, só foi conseguir agora. Nunca vi ela chorar, só vi ela chorar quando recebeu o título de eleitor dela. Uma lágrima caindo e ela dizia “um papel desse me faz chorar”. Ela dorme num porto que é um lugar seguro que ela encontra pra dormir. Então ela espera todo mundo se recolher, pra descer dormir lá em baixo nas pedras, ela passa o dia andando pra ninguém tomar conhecimento que ela dorme lá naquelas pedras e ninguém machucar ela. O que ela levou aqui é o que ela vai jantar hoje. Aqui estamos sempre somando, cada um trazendo uma coisa pra ela comer, lancha e que não leva tempo pra cozinhar, porque ela só consegue fazer fogo a lenha pra cozinhar. É interessante a gente ajudar quem tá mais próximo da gente. Ela já foi inserida nos Programas Sociais também. Ela não é a única, mas é um caso extremo porque o Estado nunca deu pra ela nem o direito básico da documentação. A única coisa que o Estado ofereceu pra ela de política pública foi um presídio. Ela foi presa quatro vezes, pegou cadeia em quatro presídios diferentes e nunca teve direito a nenhum documento. Quando ela saiu do presídio e voltou pra casa, a irmã tinha feito uma troca e deixado um barraco com ela. Só que tinham arrombado e queimado tudo dela. Desde então ela tá na rua. Quando a conhecemos aqui, ela precisava acessar a saúde, mas não tinha documento. O Estado prende, com ou sem documento, mas para um atendimento básico de moradia e assistência básica, não tem nada. A gente orienta as coisas e ela vai e resolve. Não é falta de vontade, é falta de oportunidade (Registrado em 20 de julho de 2018).

Nesse paradigma, a *transfobia*, enquanto forma de violência múltipla, agrupa amplas dimensões e especificidades, mas pode ser elencada a partir das seguintes formas: simbólica, moral, psicológica, física, institucional e patrimonial.

A violência que nos atravessa não nos atinge apenas através de golpes físicos (embora esse risco siga o tempo inteiro presente), mas através de toda atmosfera simbólica que apaga e coloniza nossas diferenças para serem tomadas como “loucura” e “delírio” (GRIMM, 2015, p. 95).

A interface entre todas essas formas trazem um panorama da *transfobia* como uma forma de violência múltipla. Essa dinâmica é comumente observada em situações de discriminação motivada por preconceito frente à pluralidade das performatividades de gênero e sexualidade. Nas situações onde ocorre a *transfobia*,

há um espectro de violações que se efetivam em comorbidade, ou seja, simultaneamente, caracterizando-se como violências múltiplas, que ocorrem com múltiplas formas (agrupadas) e em múltiplos espaços (relacionais, temporais ou locais)⁵⁴.

Pensar na *transfobia* como uma forma de violência múltipla que ocorre em um espectro, significa considerar que a violência se dá com amplitudes e intensidades plurifacetadas, contemplando desde mecanismos sutis e simbólicos, que se evidenciam nas filigranas da relação (principalmente nas relações de intimidade), mas também pode chegar até a extremidade que culmina nos casos de homicídio. Esse leque de ações compõe uma mesma linha contínua, que se difere pela gravidade (amplitude e intensidade) das características de suas consequências, mas que se encontram alinhavadas ao considerar sua inter-relação, dividindo espaço constitutivo dentro de lógicas comuns de projeção.

A partir das histórias concretas, nota-se que muitas vezes a violência não é entendida ou denominada como violência, inclusive pela pessoa que a sofre, pois é algo tão naturalizado que não se percebe a violação ou só se concebe o fato como agressão depois de ter ocorrido, dialogando em conjunto com outras pessoas que passaram por condições equivalentes e que compreendem a dimensão da violência que decorre da não aceitação da transexualidade, fato que é característica das *transfobias*.

Muitas vezes você precisa mostrar que o que está acontecendo é errado, você não pode se calar, você tem que cobrar que isso seja diferente, quando uma muda isso, para as outras também vai mudando, quando a gente reivindicando que as coisas mudem, as outras também vão conseguindo chegar lá (Registrado em 20 de julho de 2018).

“De uma forma geral, os/as transexuais sentem dificuldades em falar de seus conflitos porque não sabem como nomeá-los” (BENTO, 2003, p. 8). Além disso, trata-se de um processo com lógicas que se espraiam em todos os contextos sociais. A *transfobia*, como forma de violência múltipla, é cotidiana e se afigura com variadas gradações em todos os estágios da vida trans.

⁵⁴ A ideia de violência múltipla vai de encontro ao conceito de violência sobreposta, calcada por Cavalcanti e Gomes (2015) para tratar das violências como categorias relacionais no espaço das relações afetivas.

A gente se depara constantemente com as violências físicas e psicológicas contra as pessoas trans, além de tantos direitos violados, seja na escola, na rua até em casa onde elas são colocadas pra fora e a gente tenta conversar e orientar da melhor maneira pra essas pessoas viver de forma mais tranquila esse transito, por mais que a gente saiba que tranquilo nunca vai ser, devido a tantas confusões sociais, pessoas, na família. A realidade da maioria é de pessoas trans e LGBTs serem expulsos das suas casas, ficarem em sub empregos e ter que se submeter a condições que poderiam ser mais fáceis (Registrado em 17 de agosto de 2018).

Os conflitos pertinentes à realidade da *transfobia* na vida das pessoas trans não se encerram por elas se enquadrarem em paradigmas feminilizados ou masculinizados. Como afirma Cardozo (2007), é preciso que o cotidiano seja compreendido e visibilizado em diferentes instâncias da vida social para desconstruir estigmas e desnaturalizar modelos de parentalidade e conjugalidade reducionistas. Ou seja, o que se enreda para além do espaço da relacionabilidade também tem conexão com fatores que respaldam aspectos internos a essas relações afetivas. Há domínios externos que atuam, mesmo que de maneira implícita, sobre o modo como se organizam internamente os afetos.

Sem a pretensão de esgotar essa discussão, na sequencia são pontuados, mesmo que brevemente, seis domínios que não estão explicitamente no espaço intrafamiliar e amoroso, mas que socialmente, se inter cruzam com este e podem ser elencados como fundamentais para compreensão de como a reprodução da *transfobia* ocorre no contexto das relações afetivas. São temáticas complexas e que devem ser analisadas mais profundamente, mas que aqui são retomadas apenas para contribuir para pensar na amplitude da violência transfóbica na experiência das relações afetivas-políticas-sociais.

1) *Domínio laboral:*

O domínio laboral articula o aspecto econômico que engloba o trabalho e a questão financeira das pessoas trans com a construção afetiva, quando na sua inexistência, há intensificação da *transfobia*. Com o destaque para a realidade da prostituição, pode-se afirmar que “é aquela história que resume tudo, quatro letras e uma palavra: Aqué!”⁵⁵.

⁵⁵ Aqué, no Pajubá, significa dinheiro.

Nas questões laborais em geral, uma pessoa trans sempre acaba por ter que provar sua capacidade muitas vezes mais do que uma pessoa dentro dos padrões *cisnormativos*.

É um desafio o mercado de trabalho. Na entrevista eles têm a ousadia de perguntar se a pessoa trans é operada ou não, sendo que se for uma pessoa hétero eles não perguntam algo tão desconfortável e tão particular. O que isso tem a ver com a vaga? Aí quando a entrevista é encerrada a pessoa fica de molho e não é convocada pro mercado de trabalho. Fica tudo certo pra poder ser chamado, mas quando alguém lá em cima percebe que a pessoa é trans, já não é contratada só pelo fato de ser trans. Então quer dizer, o constrangimento não para mesmo com o nome retificado, as pessoas se sentem a vontade em cometer essas práticas discriminatórias (Registrado em 20 de julho de 2018).

Às vezes toda a bagagem que eu tenho no meu currículo, a minha capacidade fica limitada a um corpo que tem peitos e um pênis no meio das pernas. Por coisas que nem serão expostas naquele espaço! (Registrado em 17 de agosto de 2018).

Nessas circunstâncias, as pessoas trans e, especialmente mulheres transexuais e travestis, são afetadas com a falta de oportunidade de trabalho que não sejam na prostituição. “Faz 30 anos que tô na prostituição e ainda estou, porque sou obrigada né? Não tenho trabalho fixo, não recebo nenhuma renda, sou obrigada a viver na prostituição” (Registrado em 20 de julho de 2018). Mesmo sem atuar na área da prostituição, o estigma da prostituição vem para todas.

Como muitas vão para prostituição, tem muitas pessoas que olham pra pessoa trans e já acham que ela é prostituta. Só que essas próprias pessoas que olham para as transexuais e pedem isso, foram as mesmas pessoas que tiraram todas as oportunidades de ela ter uma vida melhor, que negaram oportunidades de estudo e trabalho (Registrado em 20 de julho de 2018).

É socialmente visível como o domínio laboral impacta todas as áreas da vida da pessoa trans, evidenciando as marcas do sistema capitalista excludente, da lógica de disputa de poder que se arquiteta minuciosamente para manutenção dos corpos que são aceitos e dos corpos marginalizados. É problemático analisar o que sobra de afeto quando a recorrência é de desprezo e retaliação.

Acho que o principal, que é mais difícil pra mim é o mercado de trabalho. Eu já fui uma vez tava tudo certo pra trabalhar naquela vaga, eu precisa muito, quando chegou lá, ele disse que eu não ia ficar porque era trans. Eu fiquei sabendo e deixei pra lá. Nesse dia deixei pra lá. Eu precisava do dinheiro,

queria trabalhar e precisava para estudar, meu sonho era fazer enfermagem, mas ela falou isso olhando na minha cara, que eu não ia ficar porque era trans. A vaga já era minha, ia ter carteira de trabalho assinada e tudo, mas aí quando cheguei lá aconteceu isso. Sai de casa cheia de expectativas e tudo bem que eu sou bem resolvida, mas querendo ou não atinge um pouco você, pode ter a melhor autoestima que for, mas ia você pensa “só por causa disso?”. Se fosse uma mulher biológica heterossexual isso não teria acontecido. Aí em contrapartida o que tem de oportunidade na prostituição é um leque. Aquela pessoa nega o espaço pra você, mas ai o que tem aberto pra se prostituir é incrível. Você fica meio enganada. Eu só não fui ainda por causa da minha família (Registrado em 20 de julho de 2018).

Enquanto a participante fazia esse relato, ao lado dela, uma outra mulher trans concordava: “É muito doloroso, mas o único mercado que bate a nossa porta é o da prostituição, com propostas tentadoras”.

É perceptível a enorme quantidade de casos de transexuais exportadas para o mercado do sexo. Aquelas que saem do Brasil para serem trabalhadoras sexuais internacionais motivam as demais a irem para lá atuar na prostituição também. Com tom de brincadeira provocativa, uma travesti relata a fala de uma amiga, por telefone, tentando lhe despertar o interesse de ir morar na Itália: "Vai ficar ai no Brasil então né? Você com esse picumã⁵⁶ que tá tão lindo! Tá tão lindo, bem feijão com arroz! Ah, o que você ganha em um mês eu faço em um dia gata! Vai fica nessa vidinha feijão com arroz ai no Brasil até quando?". Certamente que há possibilidades de contornar essa precarização, porém, mesmo quando se descobre uma solução criando formas de fuga pelas tangentes, ainda se desdobram aspectos conflitantes.

Eu tinha uma curiosidade de conhecer a Itália. Uma colega que foi transportada falou pra mim toda a verdade de lá e eu disse que nunca mais quero conhecer. Não é todo aquele glamour, é tanto truque, é tanto sofrimento. Italiano é conservador também, é berço do cristianismo. Além de que é frio, pensa a pessoa pelada na esquina trabalhando, morrendo de frio, Deus me livre! (Registrado em 20 de julho de 2018).

Na época atual, como desdobramento deste processo, também tem aumentado o número de homens trans na prostituição, pois a discriminação no campo laboral perpassa por toda população TT. Em uma narrativa de um homem trans GP⁵⁷ revela-se a experiência dos obstáculos que essa vivência traz, como por exemplo, quando ao anunciar seu trabalho na internet com o título “homens com

⁵⁶ Picumã, no Pajubá, significa cabelos.

⁵⁷ GP é um termo utilizado no meio LGBT para se referir às pessoas que atuam como garoto ou garota de programa.

buceta”, há pessoas que pensam que ele é uma mulher trans. Ou então, homens que ao chegar ao encontro e descobrir que ele não tem um pênis, só conseguem se relacionar de forma heterocentrada, com penetração vaginal.

A perspectiva da *transfobia*, a partir da relação afetiva que se constrói em torno do domínio laboral vinculado à prostituição, agrupa uma variedade de contextos.

Antigamente, era algo secreto, mas hoje ser trans é a minha identidade. Fui cabelereira, trabalhei também em cozinha, mas antes da transição, eu perdi clientes porque não queriam me chamar pelo nome, algumas pessoas queriam que eu relevasse, mas eu não tolerava, em alguns momentos eu acabava também me traindo e falava meu nome que não me reconheço. Naquele momento eu tinha um namorado que me bancava e compreendia minha situação, mas esse namorado era casado, a esposa dele descobriu e a gente teve que se afastar. Eu não tive mais nenhuma ajuda e nem como me manter. Quando eu tava trabalhando com cabelo, tava tudo certo, me bancava fácil. Nos salões é mais fácil contratarem gays, mas trans não tem espaço. Eu dizia pra qualquer pessoa que namorei que se um dia eu chegasse numa situação dessas eu faria sim prostituição. Eu chorei muito quando fiz meu anúncio e tive que expor meu corpo, não poderia expor ingenuidade e eu chorei muito. Lembrei da minha mãe que é falecida, dos momentos de igreja que vivi, amigos, escola, família. Mas hoje nem quero sair mais, eu gosto desse ramo e é um direito meu. Porque a prostituição tirou minha timidez, os homens têm medo de mim, por eu ser trans e acharem que eu posso fazer alguma maldade de expor então isso me dá mais segurança. Não tenho mais aquele medo de quem nem saia de casa e não ia nem na farmácia ou no mercado sem estar acompanhada de alguém. Não digo que é um remédio pra todas, mas depois da prostituição eu fiquei mais ousada. Isso foi bom pra mim como pessoa. Hoje eu me sinto mais trans, eu não era trans assim. Eu até era, mas minha identidade tá mais viva, percebo que quando eu ando, vou no shopping, os homens me olham, outras pessoas por quem eu passei em outros momentos e viram meu anúncio e me procuram porque me enxergaram e tem interesse. Antes achava que as pessoas só me olhavam com repúdio. Antes eu não tinha coragem nem de ir no ônibus sozinha, porque não tenho passabilidade, as pessoas me reconhecem como travesti e isso me dava medo. Antes eu saía com amigas e elas passavam batom assim na rua e eu ficava pensando: meu deus! Achava muito debochado e ficava com medo que chamasse atenção. Antes nem vestido eu tinha coragem de usar e hoje eu saio de casa de vestido curto, colado, na frente do meu pai, esperando a companhia que vai me levar. Depois eu volto e logo vem outro e eu tô adorando poder afrontar meu pai e toda a gente daquela minha rua! (Registrado em 17 de agosto de 2018).

É preciso também observar como o cotidiano da prostituição perpassa a vida das pessoas trans pela via do prazer e da liberdade, refletindo em um exercício não análogo à dor e a violência, mas no sentido de luta por direitos.

Tem umas que é puta por prazer, porque gosta de ser puta e aí é uma outra história. Mas assim, tem outras que não querem, acordam de cinco da

manhã e dorme as dez catando papelão, mas não quer se prostituir, aí é uma coisa dela, não se sente bem utilizando o corpo nesse instrumento de trabalho. E essa é uma profissão que precisa ser valorizada, respeitada, respeitadíssima duas vezes mais (Registrado em 20 de julho de 2018).

Ainda é relevante refletir o quão profunda é a dinâmica entre a prostituição e o nome social, o que muito bem se traduz através do registro da seguinte fala:

Nos anos 2000 não se falava, nunca se discutia no corpo de gestão a questão do nome social. Isso é uma coisa que o movimento reivindicava, na época era sempre reivindicado pra respeitar o “apelido” ou o “nome de guerra”, o único espaço em que as travestis tinham o nome respeitado e eram tratadas como tal era no campo da prostituição. O único espaço livre, porque a rua é um espaço livre, não é um campo fechado, onde todas poderíamos ser livres e uma respeitava o nome e a identidade da outra. Saindo daquele campo, aquilo era violado de maneira grotesca! (Registrado em 20 de julho de 2018).

Em diversos casos, também é comum que seja na internet o local onde a pessoa trans inaugura o nome social, muito antes de obter seu documento oficial. Mas, devido à legislação brasileira, que oferece caminhos para a retificação do nome social, é recorrente que mesmo com melhores condições de vida adquiridas com a prostituição no exterior, muitas retornem temporariamente ao Brasil com o objetivo de mudar os documentos e garantir seu nome social, haja vista que em muitos países não há implantação de legislações como a brasileira.

Imagina que eu fui fazer curso técnico, aí o homem que me atendeu lá viu meus documentos e fez: tu não mudou teu nome ainda não? Eu disse que não, porque me falaram que é tão difícil, que demora tanto. Aí ele me disse que não, ele disse: eu namoro uma trans, e ela deu entrada no Espaço LGBT. Eu já fiquei uma pilha pensando se é verdade ou não. Ele disse que ela tinha dado entrada no processo já e tava aguardando. Eu falei: me diz onde é logo esse negócio que eu vou bater lá agora, não fiz nem a inscrição e sai correndo. Aí eu cheguei lá e mudou tudo na minha vida! (Registrado em 20 de julho de 2018).

2) Domínio público/privado:

Abordando o domínio público/privado que atravessa as situações de *transfobia* que se reproduzem nas relacionabilidades das pessoas trans, podem ser consideradas duas vias: domínio do acesso aos locais públicos, como a rua e a cidade; e domínio de acesso aos mecanismos jurídico-legais, como os serviços e instrumentos para garantia de direitos. O que é primordial a ser olhado é sobre como

se articula o acesso das pessoas trans a esses espaços e equipamentos, ambos públicos e de uso comum da sociedade em geral.

Nessa perspectiva, o principal entrave perpassa (novamente) pelo processo do nome social. Recentemente, uma decisão do Conselho Nacional de Justiça passou a permitir que a retificação seja feita juntos aos cartórios. Porém, tal normativa, na verdade não facilita, pois é um provimento que solicita a apresentação de uma listagem com dezessete tipos de documentação, sendo a maioria destes autenticados, custando um significativo valor.

17 tipos de documentações e certidões diferentes. É complicado para aquelas que mudam de residência, por exemplo, que vai para outro lugar, que tá migrando ou por tá fora do mercado de trabalho ou às vezes nem tem moradia. Como uma pessoa que é excluída de todos os seus direitos vai comprovar isso? Via processo judicial o Ministério Público não pede tudo isso, mas também demora muito mais (Registrado em 20 de julho de 2018)⁵⁸.

Embora haja aspetos legais favoráveis, ainda é perceptível a persistência da *transfobia* institucional no próprio processo de retificação do nome social, indiferente se for via cartório ou via juizado. Como expôs uma pessoa trans: “É sempre tenso entrar naquela sala de audiência” (Registrado em 17 de agosto de 2018). Certamente é variável de acordo com as Comarcas e com os estados, mas não se trata de algo localizado ou de condutas específicas. São situações recorrentes e constrangedoras nas audiências e processos, como o exemplo de um homem trans que relata a indagação recebida: “um juiz me perguntou se eu lembrava como foi quando eu nasci!” (Registrado em 17 de agosto de 2018).

⁵⁸ É interessante analisar que a legislação que versa sobre a mudança do nome social é da década de setenta e ela faz parte dos registros públicos, ou seja, qualquer pessoa (seja trans ou não) que tem um nome que lhe constrange, pode solicitar e mudar. Esse inclusive é um argumento utilizado por quem advoga, haja vista que essa lei tem o respaldo de mudar o nome da pessoa trans não porque ela é transexual, mas porque o nome dela gera constrangimento. A lista de documentos da nova prerrogativa vale para qualquer pessoa. Isso quer dizer que ainda não existe nenhuma legislação sobre identidade de gênero, o que existe é uma lei de registros públicos que é utilizada para fazer a alteração do nome. Essa legislação começou bastante genérica, mas foi avançando para o debate específico da identidade de gênero, na medida em que inicialmente só era alterado o nome, mas recentemente passou a mudar também a identidade de gênero (masculino/feminino). Quem retificou o nome anteriormente a esse complemento, agora retorna para fazer o restante do processo, adequando além do nome social, também a identificação do gênero. A partir disso, também já são encaminhados os demais documentos, tais como o certificado de reservista para transhomens, ou da baixa no certificado de reservista das mulheres, cuja documentação foi atualizada.

De todo modo, o direito ao nome social, com todos seus entraves sociais, é algo de suma importância para evitar situações transfóbicas, que se intensificam no caso das pessoas sem a documentação oficialmente retificada.

Eu já tive que atender pessoas trans me ligando desesperadas do aeroporto de madrugada, me ligando perguntando o que fazer porque não queriam aceitar o documento antes de estar retificado. Eu aconselhei: “querido, diga que você quer ir pra Polícia Federal! Diga que te levem pra PF porque lá existe uma coisa chamada biometria digital, se não for você meu amor, então não tem como”. Acontece muito isso, é muito fácil acontecer esse tipo de desconforto (Registrado em 17 de agosto de 2018).

Mesmo sem ter adequado a documentação geral e caso não tenha ainda os retificado via processo oficial, há possibilidade de utilizar o nome social de acordo com regras estabelecidas dentro de cada sistema, seja de saúde, educação ou trabalho, como ocorre, por exemplo, com o cartão do Sistema Único de Saúde brasileiro. No entanto, as restrições nos domínios públicos não se limitam aos termos do nome.

No meu caso, eu nunca fui documentada, tô com 43 anos, vou fazer 44 e nunca fui registrada em toda minha vida. Fui criada na rua, saí de casa com 8 anos de idade quando minha mãe descobriu que eu era homossexual e queria me matar. Depois de 8 anos de idade, minha mãe me viu com 23 anos. Nunca cheguei na porta de um colégio, já fui presa, tava morando numa casa de apoio e eu tenho o pavio muito curto, eu saí. Então agora a pouco que eu nasci, vocês tem que falar coisas agradáveis porque tem uma recém-nascida aqui! (Registrado em 20 de julho de 2018).

Além dos casos como o supracitado, aonde o “direito” ao cárcere chegou antes do direito básico de possuir registro de nascimento, é preciso sublinhar que o acesso à documentação e a sensação de que o constrangimento acaba quando há emissão do documento retificado, é algo que ocorre muito brevemente. Basta atentar para a questão de algo simples, mas que na realidade trans se complexifica, que é o uso do banheiro.

Já se colocou no lugar de um homem trans? Por mais que seja passável, imagina ele naquele banheiro? Por isso ele sempre vai escolher o último banheiro ou o dos deficientes por medo que descubra que ali tem uma pessoa com outro tipo de genitália.

Acho muito importante o diálogo, mas se precisar eu bato de frente, incentivo meus amigos, já passei várias situações de ter que bater de frente com segurança, ficar plantada na porta pra deixar eles irem ao banheiro, por exemplo, além de toda dificuldade daqueles banheiros que mesmo sendo

obrigatório, as vezes não tem o espaço da cabine fechada e eles não conseguem ir (Registrado em 17 de agosto de 2019).

Além desses pressupostos, ainda é possível a reiteração da *transfobia* pela revitimização, como na narrativa a seguir, aonde uma trans expulsa do banheiro quando estava em um shopping, decide registrar boletim de ocorrência e acaba sendo violentada mais uma vez:

Eu fui na Delegacia pra tratar de um caso que aconteceu comigo no banheiro do shopping, aí tinha que ir na delegacia de crimes homofóbicos, mas aí fui fazer o BO à noite na titular e o escrivão tava sozinho, e eu relatei o que aconteceu e ele disse: o segurança pensou que você era um traveco e lhe expulsou do banheiro das mulheres? Eu disse: como é que o senhor tá dizendo? Esse não é o termo não. Um traveco? O que o senhor tá dizendo? O que é um traveco? Eu acho que ele ficou confuso quando eu disse que o segurança tinha me expulsado do banheiro. Ele pensou que eu era uma amapoa. Porque assim, não vou dizer que eu sou passável, porque eu não e eu também não faço questão de ser. Eu adoro porque eu boto o pé no ônibus e o povo já sabe. Mas assim, ele sair com um termo desses? “Ele pensou que você era um traveco?” Como se fosse pejorativo, como se eu fosse uma travesti confundida no banheiro, me violentou de novo. Eu ia dizer: qual seu nome que eu vou na Delegacia de crimes homofóbicos te denunciar também (Registrado em 20 de julho de 2018).

3) *Domínio da saúde integral:*

Nesse ponto, o que se destaca é justamente a distância da realidade com um ideal de garantia de saúde integral das pessoas trans. Essas lacunas geram demandas que subordinam, ainda mais, a população trans.

A gente tem o privilégio de ter o Ambulatório TT em João Pessoa, mas eu preciso ter o posto de saúde, preciso ter a agente de saúde indo na minha casa e batendo na minha porta e entendendo minha condição de mulher trans, entender que eu preciso fazer exame de próstata ou um homem trans que precisa fazer o citológico, porque tem útero e ovários.

É muito importante falar sobre a saúde da própria mama dos homens trans, porque quando a gente utiliza o binder, prende muito e aquilo tem que cuidar porque pode gerar muitos problemas⁵⁹.

Quantos casos que as pessoas dão entrada em hospital e as pessoas dão risada, fotografam, expõem, ridicularizam. A gente pode dizer que isso é um erro do sistema? Não. A discriminação é falta de conhecimento. Tem profissional que não tem conhecimento da nossa situação. Essa equipe precisa ter esse entendimento (Registrado em 17 de agosto de 2018).

⁵⁹ Binder é a nomenclatura da faixa que homens trans utilizam na região do peitoral, com o objetivo de ocultar o volume do que alguns chamam de “intrusos” (peitos).

Para Almeida e Murta (2013), a saúde integral se refere à preocupação com a integralidade dos serviços prestados às pessoas transexuais, exigindo que a atenção integral se materialize, entre outros aspectos, por diferentes profissionais com conhecimento interdisciplinar sobre as pessoas trans e equipe técnica articulada especialmente com as famílias, comunidades e todos outros espaços de sociabilidades em que pessoas trans constroem suas vidas, sendo fundamental o olhar de cuidado à saúde mental. Como expressou uma participante da pesquisa:

O que é saúde integral? Não é somente processo transexualizador, o que importa é a pessoa que está naquele processo. Não importam as taxas de hormônio, mas sim a saúde. Por isso também tem a preocupação que os profissionais estejam preparados desde o posto de saúde, pra que tenha um atendimento não diferenciado, mas que seja livre de preconceito. A gente não quer só hormonização, a gente quer nossos direitos de fato, nossos direitos humanos (Registrado em 17 de agosto de 2018).

4) *Domínio educacional:*

Nesse sentido, são agrupados todos os entraves que perpassam a educação, desde o ensino básico até aos poucos casos de pessoas trans que ingressam a Universidade.

A escola, infelizmente, ainda é um espaço de reforço da exclusão, local que deveria valorizar e, sobretudo, respeitar a diversidade (Registrado em 17 de agosto de 2018).

É muito sério porque as pessoas não conseguem reconhecer que estão fazendo maldade com as outras. Por exemplo, uma pessoa trans que tem dificuldade para permanecer na escola, a partir da educação que a gente pode evoluir, onde a gente detém conhecimento. A partir dessa evolução a gente se insere no mercado de trabalho, a gente tem um bom diálogo com as pessoas, porque a gente tem o conhecimento. Mas quando é negado esse direito pra gente, então o que nós vamos ser? (Registrado em 20 de julho de 2018).

Era bem difícil, imagina você toda feminina, numa sala com 40 alunos e você ser chamada pelo nome masculino que você não se conhece. Aí foi onde eu me afastei da escola (Registrado em 20 de julho de 2018).

Toda essa lógica de exclusão normatizada, que também ocorre associada à *transfobia* nas relações de afetividade, dificulta o ingresso das pessoas trans na universidade. O reflexo disso está no índice tão baixo dessa população ocupando o espaço do ensino superior. Geralmente, aquelas poucas que entram transicionaram

depois de já estar naquele espaço e, mesmo assim, os empecilhos para permanência continuam. Isso fica perceptível na narrativa seguinte:

Meninos trans estavam tendo problema com o nome social na UFPB, não estava chegando à CODESC (coordenação de escolaridade). Depois de tudo, existe a resolução desde 2013, depois de tanta coisa que a gente fez. Antes o sistema dos alunos não tava preparado, não existia o campo do nome social só ficava entre parênteses. Agora desde 2013 que tá vigente, mas na verdade não tá porque depende do coordenador do curso encaminhar. A portaria já está instituída, mas os processos ficam muito parados. A própria coordenação não tá cumprindo. Um processo de uma coisa que poderia ser resolvidas na hora, estão demorando meses e anos! Eu fiquei passada porque achei que depois de tanto tempo estava sendo cumprido. Inclusive a Capes e o CNPq mudaram o sistema pra considerar o nome social nos seus sistemas (Registrado em 3 de agosto de 2018).

Não é fácil tá na universidade, não é fácil pra ninguém, imagina com uma pessoa trans, há uma evasão muita grande, é um esgotamento psicológico muito grande. No meu curso só tem eu de trans na minha faculdade, ainda mais num curso conservador como o direito. Tenho muito professor escroto, desde ir ao banheiro é difícil, mas a gente resiste (Registrado em 14 de setembro de 2018).

Como afirmado anteriormente, as pessoas trans que estão na Universidade comumente transicionaram depois de ingressar neste espaço, pois “entram com uma máscara cis”. A Universidade perpetua-se como espaço que potencializa a *transfobia* nas relações afetivas a partir de inúmeros assédios, se caracterizando como espaço de violências veladas, tendo em vista a crença ilusória de que por estarem em um local cujo grau de escolaridade é superior, as pessoas estariam imunes às dinâmicas de reprodução das violências motivadas por preconceito de gênero, raça, classe, etnia ou sexualidade.

5) *Domínio religioso:*

O domínio das religiões foi pautado, no decorrer de toda a pesquisa, como uma problemática incessantemente resgatada nas narrativas, como um meio que desencadeia e (re)produz *transfobia* nas dinâmicas intrafamiliares e afetivas. Mas, nessa ramificação, também há contrapartida das pessoas trans que ocupam seus lugares em todas as religiões.

Uma mulher trans participante compartilha sua visão de que falta muita solidariedade em muitas religiões, onde existe machismo e racismo. Porém, segundo ela conta: “No meu caso eu me senti tratada com dignidade e não me senti rejeitada no budismo, foi lá onde encontrei a oportunidade de crescer enquanto ser

humano. As situações de machismo que acontecem em todos os espaços, lá são contornadas, não são toleradas” (Registrado em 3 de agosto de 2018). De modo semelhante, a narrativa de um trans-homem espírita argumenta que dentro da sua religião é aceito, pois “para o espiritismo, espírito não tem sexo”. Mesmo com registro de casos assim, a *transfobia* nos espaços religiosos acontece e se legitima de formas variadas.

Muitas pessoas trans possuem histórico de contato com religiões evangélicas, principalmente a partir da família. Mesmo depois de se identificarem enquanto pessoas na condição da transexualidade, muitas almejam permanecer vivenciando as mesmas crenças, passando por obstáculos de discriminação nesses locais. Isso foi trazido a partir da vivência de uma mulher trans que narra suas idas aos cultos, onde sempre ocorre algo em que a presença do “demônio” é identificada nela. Mesmo assim, ela segue frequentando o espaço e afirma “eu não estou errada, mesmo que a religião diga que é errado, mas não é”.

O que se nota é que mesmo quando não se reproduz a exclusão explicitamente, há uma espécie de poder que o domínio da religiosidade exerce que transpassa o espaço físico.

Minha família toda é de pastores evangélicos, mas tive pais que às vezes não entendiam, mas reconheciam. Só que eu tive muito a coisa do pecado, até hoje isso mexe comigo, nunca fui expulsa, estudei, podia fazer escolhas, mas meus pais me colocaram numa redoma (Registrado em 14 de setembro de 2018).

Os desafios trazidos pelo domínio religioso é que independente de a pessoa trans frequentar alguma religião ou não, as ideias perpetuadas naquele espaço acabam se alastrando no contexto familiar, amoroso e social como um todo. De modo direto e indireto, as religiões influenciam as relações das pessoas trans, mesmo que elas tenham, ou não, práticas ou crenças de qualquer religião. Os ideais religiosos excedem seu campo de existência para além dos muros dos templos e igrejas. As violências culminadas com justificativas conservadoras e religiosas não se detêm somente ao espaço onde ocorrem as consagrações dos seus rituais, socialmente ela se reverbera para fora de lá, inclusive contra pessoas que se quer fazem parte daquele meio.

Eu já fui agredida por um pastor na saída da escola. Eu tava na parada de ônibus e ele me chamou de demônio, botou a bíblia na minha testa com força pra tirar o demônio que estava em mim, ele disse que eu me vestia e me comportava assim porque o demônio se alojou no meu corpo. Eu de certa forma o agredi, porque cuspi na cara dele, tirei a bíblia da minha testa e disse que ele era um porco, que mata e bebe sangue em nome de Deus! Eu peguei o ônibus e fui embora. Depois me arrependi de ter feito aquilo, mas na hora fiquei tão revoltada! (Registrado em 11 de outubro de 2018).

Passei por uma situação na faculdade essa semana que na minha sala tem um padre que é muito estranho porque eu faço curso de direito e geralmente não era pra ter um padre exercendo isso na advocacia ali dentro, então ele sempre quer impor a religião dele, fazer a gente dar as mãos e rezar na aula. Mas tem na sala ateu, umbandista e ele se sente ofendido. Essa semana ele procurou todos meus amigos, fez uma reunião quando não fui pra aula e disse que era melhor eles se afastarem de mim porque eu era uma péssima influência. Mas ser uma má influência é muito bom! (Risos) É excelente, principalmente por causa da resposta dos meus amigos que foi só assim: pelo menos ele é inteligente e você que precisa de todos professores pra te dar nota? Depois saíram de lá e me contaram, dizendo que não era pra fazer nada e entender porque ele era idoso. Mas tá vindo meu TCC e vou ter apresentação, vou preparar pra destruir, já criei até o tema: enquanto a mão da igreja for poderosa sobre a mão do estado, onde vamos parar? (Registrado em 17 de agosto de 2018).

Nesse ponto, enfatiza-se que a *transfobia* como uma violência múltipla, remete também aos múltiplos contextos que se interconectam para atingir sua eficácia. Tal como no caso acima citado onde a instituição religião, se intercala com a instituição educação para reproduzir a *transfobia*. Todos esses domínios não estão desmembrados daquilo que emana no terreno social das relações afetivas. Ao contrário, eles se coadunam dinamicamente.

6) Domínio midiático:

Em concordância com Porto (2010), é imprescindível, no âmbito da violência, a importância de considerar como adicional de complexidade os meios de comunicação em massa, como fator que exerce poder do monopólio da disseminação de informação. Nesse sentido, a *transfobia*, sendo midiaticizada, também reflete e induz comportamentos (violentos) no mais íntimo das relações.

Tanto na mídia como no meio artístico, mesmo quando se arquiteta um jogo para justificar a busca de uma suposta visibilidade, acaba sendo pejorativo o uso que se faz da imagem trans, como tem sido recorrente a partir de artistas que se utilizam da imagem da causa LGBT para se autopromover, mesmo pessoas que possuem histórico registrado com falas LGBTtransfóbicas. “Botam negros, botam bicha, botam não-binário, botam trans, botam não sei o que, na hora que é

conveniente, mas depois trata as pessoas super mal” (Registrado em 3 de agosto de 2018).

Outro ponto nesse domínio são as coberturas jornalísticas em torno das *transfobias*, que acabam por reforçar a problemática da violência. O relato abaixo aborda essa discussão, lembrando a forma como um repórter se referiu a uma mulher trans que foi assassinada:

Ela morreu e o entrevistador foi lá pra fazer a matéria e ficava perguntando o que tinha acontecido com "o" travesti, insistia em tratar ele como se não fosse uma mulher e a mãe insistindo e falando dela, que era uma filha maravilhosa q levantava cedo e ajudava a trabalhar, que sempre corria atrás de tudo pra ajudar e não deixa falta nada pra ela, ela tava desesperada porque não sabia o que ia ser dela agora sem a filha. Pro repórter ficar fazendo aquilo ridicularizando aquela mãe que mesmo com tanta dor tentava corrigir ele pra tratar a filha no feminino (Registrado em 8 de junho de 2018).

A partir desses domínios, que se articulam, visualiza-se como a esfera política e econômica, respalda as condições culturais e sociais que edificam e possibilitam a reprodução da *transfobia* como violência múltipla materializada nas relações afetivas intrafamiliares e amorosas.

CAPÍTULO 4 – SER-TRANS E (R)EXISTIR: REFLEXÕES SOBRE AS FORMAS DE ENFRENTAMENTO À *TRANSFOBIA* NAS RELAÇÕES AFETIVAS

Como a gente convive, como a gente enfrenta, como a gente resiste a estas (e tantas outras) violências normatizantes, inferiorizantes, brutalizantes? Como a gente reflete sobre as mortes das travestis que acontecem pelo mundo afora? Das pessoas trans? Das pessoas de gêneros inconformes, de castas marginalizadas, dos corpos marcados por intervenções corporais não consentidas? (VERGUEIRO, 2015, p. 15).

Em contraponto às diversidades que são desumanizadas e inferiorizadas em relação às normatividades *cisgêneras* (VERGUEIRO, 2015), vislumbra-se um repertório de possibilidades de resistência e enfrentamento. Com recorrência, surge o questionamento: “Como será que a gente pode fazer pra que no futuro garanta melhores condições para aqueles que vêm depois de nós?” (Registrado em 14 de setembro de 2018). Contudo, nem a natureza das dificuldades enfrentadas pelas pessoas trans, tampouco os dispositivos de enfrentamento identificados por elas, são universais (ALMEIDA, 2012).

Contraopondo-se a essa lógica de estigma, invisibilidade, sofrimento e *transfobia*, as pessoas trans resistem e (re)existem no enfrentamento. Os obstáculos não são poucos.

A realidade é que mesmo quando a gente é incluída a gente é excluída, porque somos resgatadas por um olhar negativo, que inclui, mas exclui. É sempre a margem, sempre no gueto. Isso é a realidade, mas o tempo tá passando e isso tá mudando, as trans tão procurando trilhar outros caminhos, muitas saíram da prostituição, tão em cursos. Tem coisas ruins, mas pelos nossos passados, nós somos sobreviventes, cada uma com a sua dor, mas com coisas boas também, porque geralmente só mostra o lado negativo, o ruim. Quem vê a gente jamais vai imaginar o lado positivo, o bom, que a gente tem nossas casas, nossa família, nossos trabalhos, que nós somos gente! (Registrado em 28 de setembro de 2018).

Ao longo das narrativas trazidas neste trabalho, constata-se que os desafios, na maioria das vezes, começam nas próprias relações afetivas, no âmbito intrafamiliar e se estendem aos vínculos sexuais-amorosos. É notável que as especificidades, assim como os domínios da *transfobia* são múltiplos, podendo variar desde situações de desrespeito e até aos níveis de exclusão que chegam a mortes brutais, no entanto, o ponto principal, como defende Schulman (2009), é que o impacto dessas violências irá variar de acordo com os sistemas de apoio que a

vítima tem à sua disposição. Certamente, se os preconceitos da família ocorrerem de forma mais abrandada e a vítima tiver acesso a uma rede de apoio consistente e confiável, com apoio de pessoas com graus de parentesco ampliados ou mesmo a comunidade intervir ativamente no caso, conseqüentemente o impacto da crueldade que a transfobia familiar provoca poderá ser mitigado, transformando um obstáculo (desnecessário) em algo superável (SCHULMAN, 2009).

Mesmo com limitações, os laços relacionais no campo da família, enquanto construções dinâmicas e interativas, também podem se configurar como um núcleo potencial de mudanças sociais, especialmente quando vai à contramão das prerrogativas dominantes. Em contrariedade das *transfobias*, há uma movimentação que perpassa pela intimidade na busca por relações mais satisfatórias, justas e igualitárias. É fato que a falta de aceitação da família está travando a vida de inúmeras pessoas trans, portanto é preciso refletir sobre como esse paradigma pode ser contornado.

A reflexão é fundamental para elaborar politicamente o enfrentamento das violações aos direitos humanos que acompanham as trajetórias dos que transcendem os limites do binarismo fundado no processo de atribuição sexual pela aparência dos órgãos genitais que acompanha (e, algumas vezes, precede) o nascimento. É o caso de intersexuais e, sem dúvida, de transexuais (ALMEIDA, 2012, p. 514).

Com base na reflexão, é preciso atentar para a realidade das pessoas trans, resgatando alternativas para combater a *transfobia*, tomando como inspiração os casos onde essa dinâmica foi superada. Na perspectiva intrafamiliar, as mudanças geralmente são resultado de muito esforço, tal como aborda a narrativa de experiência onde a pessoa trans afirma: “a minha relação familiar não foi fácil, mas ela foi construída, acho que a gente tem que construir isso, criar meios de mostrar e facilitar o entendimento, mostrar vídeos, mostrar outras histórias que deram certo” (Registrado em 14 de setembro de 2018).

A partir do enfrentamento, ações têm sido levadas adiante, não só no espaço limitado do lar, mas também a partir de organizações coletivas, que somam para frear as LesBiHomoTransfobias, criando abertura para que os membros da família possam se compreender ou mesmo que os filhos possam ajudar os pais (os seus e de outras pessoas) a entender, aceitar e acolher. Um exemplo, neste sentido, que

cabe como parâmetro para idealizar inúmeras alternativas é a recente formação, no Brasil todo, do coletivo intitulado Mães pela Diversidade.

Ainda é preciso ir adiante, pautado novamente no entendimento de família para além das ligações consanguíneas, destacando o conceito de relacionabilidade, impulsionado por Carsten (2014), abordando as ligações de parentesco para além do biológico e ampliando a noção das relações de família, na qual há muitas substâncias e o significado do parentesco pode ter no seu cerne o sangue, mas também pode ter outros elementos, que podem até sobrepor-se, tal como a memória e a temporalidade. É preciso pontuar a importância dessa perspectiva (dos estudos pós-parentesco), como um recurso analítico que traduz as vivências trans, onde as relações entre a rede de amizades e o fortalecimento coletivo se apresentam como agentes formadores de novas performatividades familiares.

Quando fiz 14 anos tive que sair e me virar, eu era “porra loca”, só fui a vida inteira “porra loca”, aí não consegui estudar. O que eu aprendi não foi em ensino fundamental e ensino médio, foi com aula particular. [Referindo-se a um companheiro do movimento] Ele ia lá em casa, me fazia ficar a tarde toda estudando. A gente combinava e cada dia ele ia lá em casa pra gente estudar uma matéria, por isso que eu agradeço muito ele, tenho um carinho muito grande por ele. Acho que se eu soubesse que alguém fez alguma coisa com ele, olha eu não sou a favor da violência, mas acho que eu me escondia da calada da noite e ia me vingar, porque não posso nem pensar se alguém faz algo de mal pra ele! O que ele fez por mim, a gente era uma família (Registrado em 3 de abril de 2017).

Alicerçado no autocuidado, consolidando mecanismos substitutivos das falhas na saúde integral, conduzidas pela auto-organização e com práticas de solidariedade coletiva, as pessoas trans desenvolvem distintos vínculos de relacionamento para além do parentesco habitualmente determinado pelos laços consanguíneos. Esses encontros são fundamentais para contornar a *transfobia*, dinâmicas essas que podem ser sublinhadas através do exemplo das relações de mulheres trans na prostituição com as trans-madrinhas.

Os cuidados e sustento dos afetos para além da família tradicional também surgem a partir da construção do próprio corpo-trans, onde muitas pessoas se aproximam para estabelecer trocas sobre táticas para moldar o corpo e acabam formando alianças estratégicas de enfrentamento. Isso é perceptível, por exemplo, entre as partilhas de dicas para introdução de silicone industrial em clínicas que são

divulgadas nas redes afetivas, ou, como ocorre com os homens trans, com táticas principalmente visando à diminuição dos seios (usando binder e outras faixas).

Nas configurações contemporâneas que performatizam e reinventam os afetos, servindo de escudo para blindar as pessoas trans da *transfobia* das relações, destaca-se a importância das amizades.

Os amigos são muito importantes, porque às vezes a gente não tem o apoio da própria família e o processo transexualizador é muito desgastante, mexe muito com nosso psicológico e a gente precisa de amor, precisa de alguém que esteja ali com a gente, porque se a gente tá sozinho a gente acaba caindo porque a gente é muito frágil (Registrado em 17 de agosto de 2018).

É necessário realçar o fato de que as reiteradas violências acabam abrindo “margem ao encontro, a amizade e ao apoio mútuo com outras corpos também vulneráveis dentro desse heterocistema” (GRIMM, 2015, p. 105).

O meu trabalho, acho que é o único lugar onde eu posso contar minhas coisas, um lugar onde tenho as pessoas para ouvir e é onde eu falo todas minhas angústias, dores e felicidades. É mais que um espaço profissional, é uma família para mim, tenho essa equipe, esse serviço como irmãos, acho que seriam as primeiras pessoas que se recebesse qualquer notícia e quisesse compartilhar, iam ser os primeiros que ficariam sabendo. Meus irmãos de sangue, não teria prazer de compartilhar com eles, mas sim com os outros laços. Os irmãos a gente não escolhe e os amigos a gente escolhe os verdadeiros, com quem a gente se sente seguro e feliz de compartilhar (Registrado em 20 de julho de 2018).

Se família significa amar, amar é estar atento. Isso vai além do sangue. Eu mesma queria muito ter tido rumo e estrutura, alguém que fosse família pra me apoiar pra hoje eu conseguir exercer uma profissão e outras coisas que eu queria, se tivesse isso, hoje teria trilhado outros caminhos, teria sido uma ótima psicóloga. Nunca é tarde pra buscar conhecimento, mas quantos casos também poderiam ter sido, ou ainda podem ser diferentes? (Registrado em 14 de setembro de 2018).

É preciso estar atento para criar formas de enfrentamento atrelado a redes de afeto e reinventar as condições que são basilares para consolidar as relações, pois como Judith Butler argumenta, é preciso frisar que “uma transformação social mais radical está em jogo precisamente quando não permitimos, por exemplo, que o parentesco seja reduzido à “família”, ou quando não permitimos que o campo da sexualidade seja medido em relação ao casamento” (BUTLER, 2002, 259-260).

Enfatiza-se que, neste caminho, também devem ser pleiteadas a criação de novas configurações de relação conjugal, com vistas à quebra da

heteronormatividade reprodutiva e monogâmica. Como Butler (2002, p. 260) reflete: “seria uma drástica privação da política sexual progressiva, permitir que o casamento e a família, ou mesmo o parentesco, fossem os parâmetros exclusivos dentro dos quais se pode pensar a vida afetiva e sexual”.

É emergente descolonizar a forma como os relacionamentos são organizados, onde o corpo se torna propriedade. Quando o amor é mantido em cativeiro, escravizado pela *cis*normatividade, a capacidade de existir também é limitada, na medida em que os desejos são talhados e a afetividade é castrada. Nesse aspecto, também é imprescindível apontar a urgência de que as performatividades masculinizadas, ou, que as masculinidades deterioradas pela heteronormatividade, comecem a ser trabalhadas, haja vista a centralidade social que esta construção ocupa na perpetuação da *transfobia*.

Como horizonte de estratégias potentes para enfrentamento das violências e crescimento coletivo, também deve ser salientada a formação de redes coletivas de ajuda mútua entre pessoas LGBTRANS. Nesta esfera, devem ser compreendidas não somente as trocas de afetos e cuidados, mas também de informação e de conhecimento, bem como de amparo às condições materiais e econômicas de forma trans-centrada.

É emergente que sejam ampliadas e fortalecidas iniciativas para disseminar a informação sobre os direitos das pessoas trans e para orientar sobre como fomentar estratégias de reivindicações e denúncias nas instituições.

Muitas vezes, tem meninos e meninas que têm os direitos violados e vão pra casa, abaixam a cabeça e acreditam que têm que passar por isso. Não tem autonomia e empoderamento pra perguntar: “por que você está me negando isso?”, e poder procurar Ministério Público, Delegacia, Centro de Referência e tentar resolver a situação de outra maneira viável já que não está sendo assistido. E essas situações acontecem muito em serviço público, nas escolas, hospitais, nos PSFs, na Universidade. Na Universidade muito! (Registrado em 20 de julho de 2018).

Acho muito importante ter rodas de diálogos de todas as questões do meio LGBT, tratar a transfobia com trans, mas também com todos os outros porque trans sofre preconceito até no nosso meio, tem que ter diálogo e compartilhar, levar o conhecimento adiante.

Eu passei por muitas fases e demorei muito pra chegar no que eu sou hoje, a minha construção enquanto homem. A sociedade impõe muitos padrões do que quer que vc seja e a partir do momento que você destoa e quer se firmar, sai gente apontando dedo brotando de todos lados pra negar: você não é isso! Essa semana sai meu registro e eu postei nas redes, muita gente deu apoio, mas também apareceu pessoas dizendo: nossa não sabia

que você era mulher! Fazem isso só pra machucar, pra cortar as feridas que já foram cicatrizadas. Concordo sobre os espaços de fala e a importância que a gente crie uma corrente de fala, que quem está numa sala passe adiante pra outras pessoas, que se humanizem pra que a gente continue sobrevivendo. É aquela frase que rege a nossa vida: parem de nos matar! (Registrado em 17 de agosto de 2018).

Como afirma uma pessoa participante: “junto com o movimento LGBT a gente tem que batalhar por um direito que não é só de uma, mas de todas as pessoas trans!” (Registrado em 20 de julho 2018). Nesse sentido, surgem os maiores desafios para alcançar, primeiramente, um senso de solidariedade entre o próprio grupo de pessoas trans. Há uma segregação interna que corrói as redes de afeto entre as pessoas trans, bloqueando o enorme potencial de transformação coletiva que esse grupo detém. Atualmente, é crescente a participação de homens trans se engajando no movimento, compartilhando também seus sofrimentos e pode-se propor que se configuraria uma falácia afirmar que os homens trans não se envolvem nas atividades⁶⁰. Além disso, as contradições perpassam pelo movimento LGBT como um todo.

Mesmo estando no meio a gente sofre preconceito daquelas pessoas que estão com a gente e fazem parte das letrinhas da sopinha LGBT, a gente sabe que isso acontece. Mas eu fiz questão de resolver tudo isso dentro de mim. Cada pessoa trans tem a sua história e essas histórias me ensinam a evoluir (Registrado em 20 de julho 2018).

É preciso realizar uma autocrítica frente aos movimentos LGBT, que imersos na sociedade heteronormativa, como campo de disputa e de relações de poder, não estão isentos desse sistema, apresentando seus conflitos e contradições. Tais conflitos e contradições são parte do próprio processo de mudanças sociais, que avançam a partir do momento que se reconhece que a *transfobia* ocorre também nesse meio. Além de abarcar a reprodução de padrões estereotipados sobre as performatividades, especialmente partindo de pessoas *cis*, esse cenário aponta os rachas e dissidências entre as diferentes sexualidades e performatividades identitárias.

⁶⁰ Uma questão veemente problemática quanto aos homens trans, diz respeito a pouca representatividade. Embora sempre tenham existido, pode-se dizer que o Brasil está na segunda geração de homens trans, o que acarreta para esse grupo uma dinâmica de invisibilidade que gera estigmas e dificuldades em todos os seus vínculos sociais.

Eu não tava querendo a princípio tocar nesse assunto, mas acho importante, porque primeiramente muitas vezes não me sinto contemplada pelo LGBT. Porque o que acontece? Ao longo do tempo eu fui muito invisibilizada dentro do movimento por gays, que tinham atitudes machistas e transfóbicas de dentro do movimento e mulheres lésbicas também foram transfóbicas, mas o que eu vejo geralmente é esse protagonismo gay sem dar esse espaço para companheira trans. Muitas vezes a gente se entristece e enfraquece por essas questões. Já não basta toda segregação da sociedade, ainda dentro do movimento acontecer isso. São questões pra gente refletir e a gente tá aqui pra se unir porque isso também não é uma coisa que passa por todos, tem exceções (Registrado em 14 de setembro de 2018).

O que tá nos matando é a intolerância, a falta de respeito e infelizmente a gente não tá sabendo como se defender nos defendemos menos ainda quando a gente rechaça que chega um homem ou uma mulher trans que tá começando a transição. Isso acontece com travesti que não quer reconhecer trans, e mulher transexual que não quer reconhecer homem trans, dizendo que é luta diferente, mas tão matando todos! Dessa fragmentação a gente acaba sendo achatado por uma bancada conservadora e religiosa. A gente nem se uniu com os negros, nem mulheres porque entre nós ainda temos dificuldade de se entender (Registrado em 17 de agosto de 2018).

Não é de agora que a gente termina nessa sopa de letrinha na luta pelo protagonismo e acaba invisibilizando. Nós como travestis já aparecia, mas lá atrás porque as pessoas não deixavam a gente ir pra frente. Hoje em dia a gente não quer mais ficar lá atrás. O que eu acho difícil é a gente fragmentar nesse atual cenário que a gente vive, porque a gente dá margem pra se perder. Enquanto a gente não dialogar entre todas pessoas trans de forma linear, no mesmo olhar a gente realmente não vai avançar e isso é muito triste. Temos que discutir e pensar nas nossas políticas coletivas, criar diretrizes e avançar. Militância é isso! (Registrado em 14 de setembro de 2018).

Em paralelo a isso, Vergueiro (2015) sublinha a importância do transfeminismo como movimento engajado para descolonização dos corpos trans. Além dessa vertente, é fundamental reinventar estratégias visando àquilo que une as pessoas trans, concebendo pautas que se estruturam aliadas ao movimento feminista e LGBTrans. É emergente perceber que a resistência se fortalece quando é sistematizada, investida e direcionada contra a dominância que produz as vulnerabilidades. Deve se estar atento para captar as armadilhas encobertas pelo sistema, infiltrando elementos para boicotar as reivindicações que estão no foco do coletivo.

Eu escutei esses dias um homem gay dizendo que ele jamais gostaria de ter uma filha lésbica. Então ou a gente dá as mãos ou não, porque o preconceito que vem contra um, vai contra todo mundo do grupo (Registrado em 28 de setembro de 2018).

A gente tem que pensar que quando tem um colega trans chegando, vamos acolher de fato, falar com elas onde elas tiverem, chamar pra conversar, pra dialogar. Eu já vi como é solitária essa viagem de ser trans, muito particular, mas quando se encontra grupos de pessoas que vivem isso é muito legal porque um proporciona outras referências, pra se empoderar, saber seus direitos, pra ter força e auto-estima pra superar os desafios (Registrado em 17 de agosto de 2018).

Dando continuidade à reflexão sobre as condições de enfrentamento à *transfobia*, é indispensável elucidar os impactos da não criminalização da LGBTfobia. O déficit de leis voltadas ao combate a *transfobia* faz com que em muitos casos haja pouco ou nada a ser feito no âmbito jurídico legal. Geralmente, se usa de tipificação advinda de outros crimes comuns pra enquadrar essas situações, como se fossem casos semelhantes, mas não o são, porque são motivados ou intensificados pela homolebitransfobia.

Eu queria um Brasil que tratasse trans que nem gente, sem preconceito e com menos repressão, onde não tivesse medo de demonstrar afeto e políticas públicas para saúde e educação. Falta também a criminalização da LGBTfobia e o Estado tem que ser laico, com respeito e igualdade (Registrado em 3 de agosto de 2018).

Desde casos de agressões morais, psicológicas e até físicas ocorrem contra pessoas trans em plena luz do dia e acabam sendo desmerecidas nas denúncias por conta de que são atos sem criminalização específica. São recorrentes relatos de assassinatos de pessoas trans, onde a própria polícia não encaminha os procedimentos para investigar o caso, simplesmente recolhem o corpo e encaminham para o Instituto Médico Legal.

A necessidade de criar as Leis e fomentar políticas públicas é importante para o enfrentamento, assim como para a prevenção.

LGBT apanha na rua simplesmente pelo fato de ser LGBT e não são crimes classificados assim. É como o caso da Dandara, aquela trans que foi espancada na rua, no Ceará e chegou a óbito. Meninos menores mataram ela e a cada tapa, soco, pontapé que ela recebia, eles diziam: “viado, safado, isso aqui é pra tu aprendê a tomá jeito de homem!”. E ela a única coisa a fazer era botar a mão no rosto que era onde eles mais batiam, nas partes femininas dela e ela só falava: mãe me socorra! E eles frisavam que mataram ela não foi por outra coisa, foi discriminação perversa e transfobia, por preconceito, desprezo, ódio. Não era só matar ela, era varrer ela do mundo, tanto que levaram ela no carrinho de mão pra despejar lá em outro beco. Acho até que os assassinos foram preso até, mas não foram qualificados como transfobia ou LGBTfobia. A gente fica a mercê da violência, porque não tem a instância maior de proteção no sistema, na

legislação, a gente só vira estatística. Eu fico preocupada porque eu posso ser a próxima Dandara, ela pode ser a próxima Dandara. Quantas Dandaras não estão apanhando nesse momento, só por assumirem quem são? (Registrado em 28 de setembro de 2018)⁶¹.

Cada um de nós que é encontrado morto é uma higiene da cidade, é como se fosse menos uma pessoa que vai deturpar a imagem da sociedade (Registrado em 17 de agosto de 2018).

Mesmo sem uma legislação que criminaliza a *LGBTransfobia*, em João Pessoa, já há um caminho através da existência da Delegacia de Crimes Homofóbicos (DECH-PB), o que já significa um avanço comparado a outros estados. Percebe-se isso, como por exemplo, no testemunho de uma participante que expressou: “quando você chega na delegacia de crimes homofóbicos, como eu já precisei, eu me senti muito bem acolhida. O delegado conversou comigo tudo direitinho o que eu tinha que fazer e foi um lugar onde eu me senti bem” (Registrado em 20 de julho de 2018). Todavia, essa questão está para além de fatos isolados e individuais, pois a ausência de uma Lei específica acarreta na falta de um protocolo de atendimento, assim como na inexistência de atividades formativas e de qualificação sobre a complexidade dessas relações, que estão distantes da compreensão dos operadores, tornando difícil o acesso e impossibilitando que muitas pessoas trans denunciem porque sabem que ao chegar lá, não serão entendidas e, tampouco, acolhidas.

A justiça falha desde a denúncia até a investigação de crimes transfóbicos. A omissão e a negligência são constantes. Portanto, avançar buscando uma legislação atrelada à formação e informação para as equipes de operadores jurídicos, com capacitação dos profissionais que atuam em serviços ligados a pessoas trans, é passo inicial para melhoria desse quadro.

Por exemplo, pode até ser uma Delegacia de Crimes homofóbicos e ter um Delegado que seja gay ou que não necessariamente precise ser LGBT, mas as vezes a trans pode não se sentir bem tratada ou acolhida como ela deveria porque é o seguinte: essas letrinhas LGBT elas nem sempre estão de mãos dadas (Registrado em 28 de setembro de 2018).

No meu caso foi numa ameaça, fui pro tribunal e tudo e a juíza dizia pra gente deixar isso pra lá, só que eu disse que a gente tinha direito e que não é porque é ameaça que eu tenho que deixar assim, ele tem que aprender a

⁶¹ O caso de Dandara dos Santos, ocorrido em 2017, a partir de um assassinato cruel que foi filmado e divulgado pelas redes sociais digitais, teve tamanha visibilidade que o projeto de Lei citado acima, que visava criminalizar o LGBTcídio como crime hediondo, levava o nome dela.

respeitar pra não acontecer de novo. Se eu tivesse deixado pra lá tinha acontecido de novo e às vezes até pior com outras. Porque antes eu era assim de deixar pra lá, mas hoje em dia eu não deixo passar porque eu penso que além de mim têm várias (Registrado em 20 de julho de 2018).

Vale sublinhar que nessa seara das violências transfóbicas, também é preciso considerar os crimes virtuais como violências transfóbicas⁶². Além disso, também é preciso olhar atentamente para a necessidade de que a Lei Maria da Penha se amplie atendendo aos casos que envolvem mulheres trans e violências domésticas.

As gambiarras, elas precisam deixar de existir, que a gente consiga chegar no serviço e seja atendida, com o nome social e também que a gente seja atendida na nas delegacias da Lei Maria da Penha, saindo da Delegacia de crimes de *transfobia* quando for crime de violência doméstica. Tem que funcionar a rede com todos os serviços! (Registrado em 17 de agosto de 2018).

Butler (2002) explana que o fracasso em obter reconhecimento do Estado mantém os termos de controle hegemônico monopolizando as normas e provocando apagamentos. No entanto, essa lógica recai em um campo de dilema que precisa ser evidenciado:

De um lado, viver sem normas de reconhecimento provoca sofrimento significativo e formas de “desempoderamento” que frustram as próprias distinções entre as consequências psíquicas, culturais e materiais. De outro, a demanda por reconhecimento, que é uma demanda política muito poderosa, pode levar a novas e odiosas formas de hierarquia social (BUTLER, 2002, 239)

Não pode deixar de ser lembrado que fortalecer o Estado, como a fonte para as normas de reconhecimento, pode eclipsar outras possibilidades na sociedade civil e na vida cultural, provocando deslegitimações culturais e seletivas.

O Estado não é uma unidade simples, e suas partes e operações não são sempre coordenadas entre si. O Estado não se reduz à lei, e o poder não é redutível ao poder do Estado. Seria incorreto compreender o Estado operando a partir de um único conjunto de interesses ou de medir seus efeitos como se obtivesse sucesso unilateralmente (BUTLER, 2002, p. 240).

⁶² Em João Pessoa mesmo, há uma Delegacia de Crimes Virtuais, mas que atua separadamente dos outros órgãos elencados ao longo deste trabalho.

É preciso mais do que reivindicar mecanismos legais perante o Estado. É preciso assumir a função crítica sobre a própria ação de delimitação das relações, reivindicando uma dimensão política que incorpore uma compreensão auto-reflexiva e não-dogmática.

Legitimação tem uma dupla fronteira: é crucial que, politicamente, reivindicuemos inteligibilidade e reconhecimento; é crucial que, politicamente, mantenhamos uma relação crítica e transformadora em relação às normas que governam o que irá ou não irá contar como aliança e parentesco inteligíveis e reconhecíveis (BUTLER, 2002, p. 242).

Como Schulman (2009) reflete, quando as pessoas estão planejadamente destinadas a permanecer em uma posição como receptoras da crueldade, é algo injusto e é preciso intervir sobre essa lógica para que o poder seja realinhado. Se a sociedade não intervir na família e a família não intervir no Estado, prevalece um sistema dialógico de opressão e de perpetuação dinâmica da dominação e exclusão (SCHULMAN, 2009). É fundamental desafiar as falsas dicotomias entre o que se apresenta como público e privado. Nesse processo, devem estar atuando os movimentos sociais como um todo, através de múltiplas lutas políticas.

Muita coisa precisa melhorar, a gente precisa se unir e dialogar mais para levar pra esses gestores uma cobrança, mas uma cobrança fundamentada, em cima de dados, trabalhos e pesquisas. Uma coisa é ser partidária, outra é ser uma pessoa política. A gente todo dia que acorda, é um ser político, tem que estar na militância (Registrado em 20 de julho de 2018).

Ademais, é impreterível reconhecer a importância de inserir esse tema nos espaços educacionais, desde os graus iniciais. Da mesma maneira, torna-se crucial dialogar com a academia e com os futuros profissionais que estão se formando nas Universidades. Essa construção deve estar além da lógica em que as pessoas trans são apenas objetos de estudo. É preciso ponderar que todas as pessoas que estão no processo de ensino superior, possuem a responsabilidade de levar essa pauta como sua luta no dia-a-dia.

Cada vez que a gente senta e discute com as pessoas que tão saindo da academia a gente tá abrindo portas, trazendo na nossa carne as marcas de ter perdido alguém pra violência. Tem que ter um processo de aprendizagem, pedagógico. Essa discussão não aparece nos cursos, nem na graduação. E ainda: como a gente trabalha a militância em outros espaços que a gente tá? Porque onde a gente for, essa militância vai com a

gente. A gente precisa discutir tudo e não deixar nada no natural, pra gente poder se blindar e aprender, mas ainda não estamos fazendo isso direito. Essa discussão não vai sair de canto nenhum se a gente não discutir fora das paredes. Isso precisa ir pra academia, para os futuros profissionais que precisam saber que essa população existe, está dentro do censo! Vamos deixar de ser ETs procurando serviço (Registrado em 17 de agosto de 2018).

Ainda é preciso ir além: o diálogo sobre a realidade LGBTRANS precisa alcançar não só as Universidades, mas também as escolas, as comunidades, os serviços públicos e privados. “É um tema tem que ser lembrado todo dia, não só no dia de comemoração, a luta é todo dia, cotidianamente” (Registrado em 11 de outubro de 2018). Ao instalar essa temática nos espaços, certamente irá impactar positivamente a aceitação da diversidade das relações afetivas.

Pensando neste sentido, é preciso resgatar a necessidade de ampliar as reflexões sobre transexualidade e infância, bem como sobre transexualidade e velhice. Por um lado, as crianças estão sendo privadas de aprender e explorar as diferenças. Por outro, pessoas trans com mais de 35 anos podem ser consideradas sobreviventes, especialmente o caso das mulheres travestis e transexuais⁶³, mas estas que sobrevivem acabam importando menos ainda. A problemática do envelhecer trans deve ser mais pautada, buscando resgatar a história daquelas que vivem mais e daquelas que resistiram lutando para hoje outras pessoas trans estivessem ocupando os lugares em que estão.

Como é difícil pra nós estar nessa militância, falamos de tanta coisa, mas precisamos amadurecer e falar sobre envelhecer, porque quando nos deixam, a gente envelhece e nunca discutimos isso. Sobre as pessoas que são deficientes físicas, deficientes visuais, com síndrome de down, enfim é como se não existissem trans deficientes, mas têm milhares Brasil a fora que tão esquecidas, não só pelas políticas públicas, mas também pelos movimentos que tem que olhar de forma mais ampla e pela melhoria da cidadania dessas pessoas, sinto falta dessas discussões (Registrado em 17 de agosto de 2018).

Inclusive, esse aspecto induz a reflexão referente aos casos de pessoas que buscam a “destransição”, de maneiras problemáticas, inclusive tomadas como recurso de sobrevivência e não como produto de uma decisão consistente ou em

⁶³ Dados do IBGE indicam que essa idade representa apenas 46% comparado à média geral do restante da população.

condições confortáveis. A destrancisão aumenta na medida em que o enfrentamento a *transfobia* falha.

Em suma, é certo que as formas de enfrentamento mais eficazes contra a violência transfóbica nas relações afetivas se orienta com veemência no fortalecimento da autonomia da pessoa trans, com práticas que se voltem ao autocuidado e a autoestima, a partir de redes de ajuda e apoio-mútuo.

Não existe outra melhor forma de enfrentamento do que a do autofortalecimento. Só se consegue sair do conflito quando algum apoio é iniciado, quando surgem pontes, porque tá na existência do ser humano a importância de existir do seu jeito e não descolado do que você é, porque assim nada faz sentido (Registrado em 14 de setembro de 2018).

Com isso, é preciso diminuir a necessidade imposta às pessoas trans de odiar os próprios corpos e realizar procedimentos de transformação que coloquem a diversidade como patologizada, buscando redimir as inseguranças emocionais e carências afetivas que podem se desenrolar de forma exacerbada e prejudicial tanto para subjetividade, quanto para as relações.

A gente precisa ter mais autonomia porque ainda temos muita carência, porque às vezes em um beijo a gente já se entrega e já faz de tudo, faz tantas coisas que não tem coragem nem de falar. Cada uma tem suas particularidades nas relações afetivas, mas no âmbito geral, em relação a todas pessoas trans, nossas particularidades, muitas vezes das relações amorosas, a gente se submete a situações que a gente se envergonha de falar, porque até é vergonhoso, mas por conta de um sentimento ou dependência emocional, não sei, a gente acaba se submetendo e depois que passa a gente se machuca, se desespera, se tortura, pergunta como passou por aquilo e guarda aquilo acumulado como uma trouxinha dentro da gente, jogando em um cantinho do coração, mas depois de um certo tempo aquilo ainda desencadeia questões psicológicas até difíceis de se trabalhar (Registrado em 28 de setembro de 2018).

Nessa perspectiva, as questões psicológicas e o olhar aguçado à saúde mental é uma esfera que precisa estar em foco para um eficaz enfrentamento da *transfobia* nas relações.

A nossa caminhada de pessoa trans é difícil. Muitas pessoas não têm a coragem que a gente tem de enfrentar essa realidade, porque é bem complicado. Muitos desafios de coisas que a gente tem que superar, sem contar com o elo familiar, com a nossa família nuclear, com nossos amigos que muitos dizem que estão com a gente, que nos amam, mas depois nos viram as costas. Muitos saem de casa, a gente já teve casos de suicídio e isso é muito preocupante! Então uma coisa que eu me preocupo muito, é

com a questão de trabalhar a mente, porque muitos e muitas pensam em trabalhar só fisicamente pra se aproximar ao máximo das características que a gente quer dar pessoas cis. Se é um homem trans, quer se aproximar ao máximo das características de um homem cis. Se é uma mulher transexual, quer tomar hormônio para se aproximar ao máximo das características de uma mulher cis. Só que a gente tem que trabalhar a nossa mente. Porque toda mudança que há fisicamente, toda aquela que a gente percebe externamente, vem do nosso interior, tudo passa primeiro aqui na mente. Então, eu costumo dizer isso, que toda pessoa trans procure serviço psicológico e de psiquiatra (Registrado em 7 de agosto de 2018).

Pode-se dizer que o uso de terapias alternativas ou mesmo a convivência com animais de estimação também são válidas para preservação da saúde mental trans. Igualmente, a terapia psicológica e ajuda de profissionais humanizados qualificados apresenta-se como alternativa viável para auxiliar no fortalecimento da pessoa trans e no enfrentamento aos problemas sociais que lhe rondam. A psicologia só vai transformar seu trabalho em algo eficaz quando acolher as pessoas trans, não patologizando ou investindo em práticas de reversão que além de antiéticas, são ineficientes.

Quando o meu ex foi embora de casa eu fiquei pensando assim: não vou ter outro homem igual a ele, ninguém vai querer me assumir, ninguém vai pegar na minha mão, me esperar no ponto de ônibus, porque a presença masculina inibe, inibe sim. Quando ele tava do meu lado eu percebia e sei que ele sentia isso também, que as pessoas não me olhavam torto como se eu tivesse sozinha. Foi a pior sensação que eu tive porque ele me assumiu e me protegia de uma forma que nem meus pais protegiam. Apesar de ser até agressor e com muito sentimento de posse. Então lá fui eu me fortalecer, então eu disse: “terapia, se joga!”. A terapia é importante na nossa vida e na de qualquer indivíduo porque ela nos dá alternativas, a gente consegue perceber o quanto a gente é mais. Eu estacionei numa depressão, mas depois que fui me permitindo e conheci outras pessoas, vi que há uma diversidade ampla de homens héteros e fui me relacionando com outros homens, homens trans e outras identidades, porque eu acabei criando um mundo só meu e dele, cerquei esse mundo, com ele, trabalho e casa, fiquei estacionada. Depois que me fortaleci na terapia, porque a gente não consegue seguir sozinha, fazer a auto-avaliação que a psicologia faz, por mais que a gente veja as coisas negativas que tem que melhorar, mas sozinha não dá pra seguir, é importante ajuda profissional de um bom profissional com olhar amplo (Registrado em 28 de setembro de 2018).

Como resultado do empoderamento, muitas pessoas trans não aceitam mais viver na invisibilidade. São inúmeros os casos que a rejeição e a condição de submissão emanam um aprendizado que leva a mudanças. Conforme registrado em uma narrativa, empoderamento pode ser compreendido como “a aceitação de si e o

conhecimento sobre como exercer seus direitos e deveres, sabendo por quais mecanismos recorrer” (Registrado em 20 de julho de 2018).

Especialmente as mulheres trans estão se permitindo, ocupando papéis que antes não lhes eram imagináveis e isso impacta na construção das relações afetivas familiares, sexuais e amorosas.

Antigamente tinha muito homem que só me levava pra motel, pra casa abandonada nos cantos, mas hoje não aceito não, eu quero ir no shopping, na praia, jantar, aí se agrada eu fico, senão eu descarto, porque o mesmo jeito que os homens me descartavam, hoje sou eu que descarto. Hoje não aceito mais o que passei antigamente, esse negócio de namora escondido e fica comigo agora de noite e depois passar de dia e nem me olhar. Hoje em dia não aceito mais me submeter, de não beijar, de fazer só o “básico”, oxe, quer me comer que me beije logo! E olha que tinha um menino que a gente fazia só sexo e ele não me beijava, era um sexo tão bom, eu gostava tanto dele, hoje não queria nem saber (Registrado em 28 de setembro de 2018).

“Ao trocar o armário pela rua, a pessoa transgênera está começando o processo de deixar de ser um não-ser para passar a ser alguém, ainda que sem o respaldo das instituições” (LANZ, 2016, p. 215). Esse ainda é o percurso mais propício. Como elucidada na narrativa das pessoas trans: “eu preciso me mostrar pro mundo, eu preciso que o mundo me veja, não preciso que o mundo me veja camuflada, mas sim como eu sou de fato” (Registrado em 28 de setembro de 2018).

Se eu luto por qualquer coisa é porque a gente precisa no futuro respeitar. Por que não podem existir pessoas diferentes umas das outras? Porque seu jeito de viver a vida é o único? Eu tenho que ser respeitado e existir, ter direito a viver. Meu ativismo é pra isso! Resistir e existir e mostrar que minha identidade, não escolhi, não desejei, mas se é minha identidade vou lutar até o fim pra ser quem eu sou (Registrado em 14 de setembro de 2018).

O enfrentamento demanda desafios e entraves sociais que são profundos, pois se ancoram em dimensões políticas, econômicas e culturais. A própria sociedade precisa modificar-se para que seja suprida por completo a existência da *transfobia*. “A sociedade nos fazia doentes e talvez já seja hora de ela reconhecer sua parcela de culpa em nossa loucura, sua responsabilidade em não conseguir nos fazer segundo aquilo que nos criou para ser” (MOIRA, 2017, p. 367). Ou seja, “todas as pessoas e toda a sociedade tem responsabilidades com aquelas que ainda estão atrás da máscara cis” (Registrado em 14 de setembro de 2018).

Não há nenhum princípio inerente à natureza humana que justifique a manutenção de algo tão persistente e, ao mesmo tempo, tão invisível como é a exclusão, a inferiorização e as humilhações pelas quais passam as pessoas LGBTrans (SCHULMAN, 2009). Por tudo isso: “ser trans é ter coragem de se assumir como ser humano, é ser um símbolo de resistência” (Registrado em 17 de agosto de 2018).

Para considerar o enfrentamento à *transfobia* na sua totalidade, são necessários olhares atentos e a percepção sensível de que “sobrevivermos não consiste apenas em manter nossa integridade física (embora isso nunca deixe de ser uma questão), mas em encontrar alimento e expressão para pulsar nossas singularidades, nossas subjetividades” (GRIMM, 2015, p. 95).

CONCLUSÕES

A *transfobia*, carregada por complexidades e violências, opera direcionada por mecanismos de inteligibilidade, onde as dimensões e trajetórias de vida articulam classe, raça, etnia, sexualidade, marcando uma zona de explicações sobre as disputas que decifram as vidas que importam e as que não importam ou quais pessoas são consideradas seres humanos e quais outras que não são. Dessa forma, tomando a *transfobia* como chave de leitura das relacionabilidades afetivas, constata-se que a violência é algo que politicamente funciona em determinados contextos, constituída, articulada e arquitetada em diferentes domínios, para se desenvolver de acordo com esquemas previamente específicos e sistematizados.

A sensibilidade e os avanços metodológicos para dispor do presente campo analítico, permitiram acumular material para construir a noção da *transfobia* nos laços afetivos como um eixo de experiência que se contrapõem ao acolhimento. Isso é, a transfobia análoga a lógica de um não-acolhimento. Ausência de acolhimento, de pertencimento e responsabilidade afetiva, com um cenário de conflito social.

Para tanto, abarcar a categoria *transfobia* como violência, exige ressaltar as circunstâncias sociais, políticas, econômicas e culturais que estão atravessadas na sua reprodução, as quais transpassam a produção de processos de subjetivação calcados no sofrimento que reverberam movimentos de resistência e transformação, mas também refletem em situações que dão continuidade à violência, prolongando-a para diferentes relações e interações.

A experiência das pessoas trans proporciona fissuras que inauguram um caráter performático que passa a dar sentido a antigas e novas configurações de sujeitos, afetos e desejos. Denota-se, a partir destas vivências, que não existem corpos livres de investimentos e expectativas sociais, pois todos os corpos são fabricados socialmente, com desejos e sonhos que não são determinados pela natureza (BENTO, 2003).

Corpos e identidades de gênero são constituídos (não somente, mas necessariamente) a partir de distintos contextos socioculturais – contextos ainda múltiplos, apesar dos projetos, esforços e dispositivos coloniais eugenistas e etnoculturocidas (VERGUEIRO, 2015, p. 45)

As diferentes performatividades afetivas, sexuais e amorosas estão nesta tarefa, articulando-se em um sistema que projeta a construção de corpos heterossexuais, demonstrando a plasticidade das relações de gênero e sexualidade, em uma missão que nunca se completa. Nesse processo, é crucial o entendimento de que as violências que acometem as relações intrafamiliares e amorosas não são redutos peculiares de fatores individuais dos sujeitos envolvidos, mas são reflexos de uma estrutura social, cultural, econômica e política que engloba a violência como característica consequente das relações. A *transfobia* nas suas múltiplas violências persegue lógicas hierárquicas desiguais, onde a diferença é estereotipada em uma socialização em que a díade binária se impõe como tendência geral. Isso se estende gerando, inclusive, problemáticas nos padrões de relacionamentos parentais e conjugais que se reproduzem baseados na heteronormatividade.

As pessoas transgêneras querem apenas existir, viver e trabalhar como gente absolutamente comum, sem o implacável julgamento do olhar da sociedade, esse olhar onipresente que diz quem é ser e quem é não-ser (LANZ, 2016). É um peso muito grande acreditar que é exclusividade das pessoas trans as mudanças dos padrões sociais de conjugalidade e parentalidade. É fato que elas inspiram e motivam a criação de novos formatos de afetos, desejos e formas de existir e se relacionar no mundo. No entanto, existência da transgeneridade que revoluciona corpos e provoca impacto das normas forjadas da heteronormatividade, sem a articulação com um projeto político e organização coletiva, não atinge o objetivo consensual que, nesse caso, é a desconstrução da *transfobia*.

É um encargo muito grande colocar a responsabilidade nas pessoas trans para modificação dos padrões heteronormativos. Essa é uma tarefa que exige muito mais que pessoas *cis* façam concessões e desconstruções de paradigmas de privilégio e violência, do que pessoas trans. A hegemonia cisgênera promove uma espetacularização que objetifica e infantiliza a pessoa trans, não permitindo relações simétricas onde elas possam se expressar de forma horizontal, encontrando laços com responsabilidade afetiva. Superar a *transfobia* está para além da pessoa trans.

O que deve ser enfatizado, divergindo de uma concepção essencializadora, são as dimensões sociais, culturais, políticas e econômicas, onde “a verdade dos gêneros não está nos corpos” (BENTO, 2003, p. 7). Há todo um sistema, que é capitalista e que se articula influenciando como as experiências ocorrem.

Somente através da transformação dos pressupostos desse sistema é que pode se pensar em mudanças nas diferentes dimensões da vida que são afetadas pela condição social transexual. Nessa lógica, é preciso abarcar os marcadores que se alinham a diferenças de classe, raça/cor, etnia, orientação sexual, geração, origem geográfica, condição de migração, vivências de pessoas trans deficientes, dentre outras (ALMEIDA, 2012; ALMEIDA; MURTA, 2013). Como relembra a narrativa de uma mulher trans, sobre seu encontro com outra mulher trans inspiradora:

Quando vi aquele ser iluminado entrando, ajudada por outra colega, eu chorei e nem sei por que! Resumindo: resistência. Conversei meia hora com ela e ela me contou. Ela é deficiente e sofre cirurgias desde que nasceu até hoje e ela pode morrer a qualquer momento. Mas não desiste da sua militância, em todos os congressos, na construção de políticas públicas. A gente tem uma foto abraçadas e ela me disse que ia lutar até o fim da vida e eu resumo ela como um grande exemplo de resistência pra nós, que nascemos com o corpo saudável e reclamamos (Registrado em 14 de setembro de 2018).

Os desafios para o enfrentamento da *transfobia* no Brasil são gritantes, tornando-se ainda mais relevantes, diante de uma realidade, onde é possível averiguar um diagnóstico com uma espécie de epidemia de violências de gênero⁶⁴. Como agravante, estas violações acontecem com a legitimidade do Estado, a partir da justificativa que seriam violências em nome de proteger a sociedade de um suposto risco (GRIMM, 2015). Na conjuntura em que se encontra a população brasileira, em um momento de crise política e retrocessos na conquista de direitos, a partir de uma crescente dos discursos de ódio, balizados por justificativas morais, conservadoras e religiosas, os desafios se tornam ainda mais evidentes. Olhar a atual sociedade brasileira heteronormativa, implica destacar na violência um lastro da escravidão e da colonização, compreendendo que esse contexto que estruturou o Brasil, impacta também a *transfobia*.

Nesse sentido, a *transfobia* nas relações afetivas, à luz de Schulman (2009), se apresenta não como um fenômeno pessoal, mas como uma crise cultural ampla que demanda uma emergente e direta intervenção nas bases violentadoras

⁶⁴ Segundo o dossiê sobre assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018, apresentado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) e pelo Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE), o país segue no ranking dos lugares onde mais se mata pessoas trans (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2019).

configuradas pelas famílias, comunidade e Estado. É preciso articular como e por que os sistemas da *transfobia* (familiar e conjugal) operam e, mais importante, como essa realidade pode ser transformada (SCHULMAN, 2009).

Há uma crise normativa contemporânea onde aqueles que não foram cooptados pela normatividade assumem um lugar de não representatividade e pura resistência (BUTLER, 2002). As transformações, que já têm acúmulo de séculos e hoje possibilitam o lugar de questionamento representado pelas pessoas trans, demonstram que essas performatividades abalam as estruturas e vieram para ficar. Como afirmou uma participante: “a gente começou gatinhando e foi se levantando, foi gritando estamos vivas e estamos aqui, gritando que ninguém vai mais falar por mim, eu vou falar por mim mesma” (Registrado em 20 de julho de 2018). Para Amara Moira:

Hoje, a situação é diversa. Já há um número considerável de nós andando pelas ruas, ocupando o espaço público. Com toda a certeza a maioria de nós está sendo violentada, assassinada, excluída na maior parte dos espaços, mas ainda assim não se pode negar que já existimos em peso, que já é difícil encontrar quem nada saiba de nossa existência. [...] Cada vez mais verão pessoas trans circulando pelas ruas, mas agora, ao se depararem conosco, saberão entender o que estamos buscando que nossos corpos digam e também verão, em nós, um reflexo daquilo que não se permitiram ser (MOIRA, 2017, p. 368).

O protagonismo trans também tem crescido junto da visibilidade em todos os espaços, até no campo esportivo e artístico ou mesmo no cenário político onde se enfatiza um aumento não somente no número de pessoas trans eleitoras, assim como houve acréscimo dessa população na representatividade, ocupando cargos de poder.

Mas, apesar de estar havendo um aumento de tolerância da população à exposição pública de pessoas transgêneras, o dispositivo binário de gênero continua vigorando em plena carga, com todo o seu arsenal de represálias sociais, políticas, culturais, econômicas e religiosas reservadas aos seus infratores (LANZ, 2016, p. 211).

Nessa conjuntura, que é totalmente arraigada em uma sociedade heteronormativa e machista, sem haver mecanismos para proteger o direito das pessoas trans, a tendência é de que o aumento da visibilidade leve a um aumento da *transfobia*, assim, é imprescindível que a visibilidade venha acompanhada da

dignidade (LANZ, 2016). Como corrobora Schulman (2009), o fato de haver representatividade e visibilidade LGBTrans não significa necessariamente que houve progressos.

O que realmente afeta a vida das pessoas transgêneras não é a sua visibilidade ou invisibilidade social, mas o predomínio hegemônico e ostensivo do dispositivo binário de gênero. Essa é a verdadeira causa de todos os tormentos vividos pela população transgênera, fonte inequívoca do estigma, do preconceito, da intolerância, da discriminação, da exclusão e da violência – social, política, econômica e psicológica – que aflige todas aquelas pessoas que se desviam do modelo binário oficial masculino-feminino (LANZ, 2016, p. 213-214).

Pode-se compreender que ouvir e potencializar as vozes das pessoas trans, aliando-se para transformar o que a sociedade edificou sobre gêneros, identidades e corpos, é questionar as formas impostas do que se construiu sobre ser mulher/homem, refutando esses papéis como decreto imposto pelas genitálias. É preciso entender as pessoas trans sem julgá-las pela forma como são buscando contrariar a heterossexualidade compulsória que é tão adoecedora não só para corpos trans, mas para toda sociedade.

Apesar das concepções críticas que vêm se consolidando no campo de estudos acadêmicos sobre as experiências trans e, sobretudo, o movimento mundial em prol da despatologização das identidades trans, no contexto brasileiro ainda vigora a interpretação patologizada destas vivências (ALMEIDA; MURTA, p. 383, 2013).

Como explica Viviane Vergueiro, é preciso considerar a ausência do lugar de enunciação das pessoas trans no âmbito do discurso acadêmico, mas isso não se trata somente de uma mera ‘inclusão’ de vozes trans, mas “particularmente como um elemento de potencialização de criticidades decoloniais na compreensão teórico+política de determinado contexto histórico” (VERGUEIRO, 2015, p. 28).

É preciso (re)conhecer a cidadania LGBT no processo de produção do conhecimento científico, rompendo com a lógica de tratar as pessoas trans somente como o objeto de estudo. Retomar a história de exclusão dessa população na produção de conhecimento, bem como a limitação crítica mesmo de determinadas obras publicizadas e reconhecidas é investir na busca por descolonizar conhecimentos e práticas para promover a cidadania, entendendo que as relações

de poder perpassam na academia e, inclusive, nos estudos de gênero e sexualidade.

Embora as pessoas trans sejam desafiadas por todo estigma que atravessa a academia, que funciona em uma espécie de microcosmo reprodutor de desigualdades e conservadorismo da sociedade como um todo, ainda se trata de uma esfera de proteção na contramão das diferentes formas de exclusão que socialmente se acumulam. A diversidade no espaço da universidade, muitas vezes não atinge a pluralidade que é encontrada na sociedade ao seu entorno, tensões podem ser provocadas em mais de um viés, todavia seria uma análise dicotômica não compreender a Universidade na sua dimensão total, que ainda é de acessibilidade limitada e circunscrita, porém também sustenta vozes e histórias de pessoas trans que desbravaram e trilham caminhos acadêmicos até o tempo presente. É preciso resistir também no viés acadêmico, disputar e ocupar a Universidade, pautando temas sociais relevantes, tal como é a *transfobia*.

A partir do presente trabalho, que buscou seguir esse viés, também se destaca a importância de ter utilizado o olhar sociológico amparado por uma literatura interdisciplinar, em um campo que é interdisciplinar, ou melhor, transdisciplinar. Ainda, considera-se que as condições do espaço de produção das narrativas coletadas e o local em que elas foram reproduzidas, ou seja, localizadas no interior de em um serviço, foi algo favorável para que mesmo sem ter contato direto na vivência das dinâmicas de violência, atingindo proximidade com narrativas extremamente importantes sobre os processos constitutivos da *transfobia* nas relações afetivas.

Os percursos metodológicos traduziram-se em uma exitosa tarefa de acompanhar o protagonismo das vozes trans e de guiar-se pelos saberes compartilhados pelas pessoas participantes. Entretanto, deve-se pontuar que muitas das narrativas são incitadas justamente pelo fato de estar neste determinado contexto, que conduz a produção destas narrativas a partir de trocas dialógicas partilhadas entre pessoas que ali circulam. Tais espaços configuram-se como oportunidade de aprendizado sobre a violência. Neste local, as pessoas trocam informações e compartilham suas experiências, ao passo em que, socializando coletivamente, aprendem o que é violência. As condições locais que proporcionaram a possibilidade da produção dessas narrativas não é algo que deve ser

subestimado. Ainda mais por se tratar de espaços públicos com intensa participação de coletivos autônomos e de movimentos sociais, transformam-se em ensejos para aprendizagem pedagógica das violências.

É necessário observar que, dada a dominação dos saberes médico e jurídico, bem como as dificuldades para o acesso à garantia de direitos, há uma lógica patologizada velada que leva as pessoas a certa obrigatoriedade de relatarem e colocarem a prova o seu sofrimento, de trazerem seus martírios como uma espécie de evidência da existência trans. Como se uma pessoa trans não pudesse existir fora de padrões patologizantes, devido à verdade que se forja nos discursos dominantes, de que a transexualidade seria indissociável do desvio, reflete em que os próprios sujeitos, em determinadas situações, reproduzam suas experiências com enfoque na dor, na aflição, nas tormentas.

Analisar o presente objeto passando por serviços voltados para população trans, portanto, permitiu ingressar em uma realidade na qual as pessoas são estimuladas, mesmo que de forma nem sempre explícita, a narrar e relatar tudo que se volta para as dores, para as histórias de vitimização. Mesmo quando se fala de afetos, volta-se para a carência de afetos. Quando se fala das relações sexuais, emerge o sofrimento por afeto. Essa centralidade essencializada do sofrimento e a reivindicação desse sofrimento, é um objeto de análise relevante para ser melhor aprofundado. São lugares onde as narrativas sobre dor têm necessidade de serem reproduzidas, até mesmo porque até pouco tempo (e ainda hoje), o processo transexualizador só era permitido para aquelas pessoas que provassem que sofrem.

Por conseguinte, ressalta-se que olhar para as trajetórias familiares de pessoas trans descortina um cenário marcado por violências e, no entanto, mesmo após a retirada deste espaço, a violação persiste em outros contextos, tal como nas relações sexuais amorosas e entre outras performatividades dinâmicas e plurais. Nesse processo, onde as relações são experienciadas de modo múltiplo, com variadas dimensões recíprocas, a *transfobia* também ocorre como uma forma de violência múltipla, em um espectro com amplitudes e intensidades variadas, onde as vivências trans vão se construindo e refazendo seus códigos de relacionamentos que reconstituem vínculos de afetividades.

Embora também haja, nessa perspectiva, a reprodução de práticas transheteronormativas de violência, encontram-se dinâmicas que rompem com

códigos da *cis*normatividade e que reinventam um acúmulo de afetos, fornecendo modelos interessantes para pensar na família como algo que está além da consanguinidade e no amor não como algo dessexualizado, mas como algo que certamente está para além da sexualidade e da conjugalidade héterocentrada.

Eu sou cis e LGBT, nessa condição, de quem convive com muitos amigos e amigas trans, acho muito importante a gente perceber que o grupo LGBT se divide em várias camadas, mas é muito importante que além da família e de um relacionamento amoroso, a gente crie outra família, a nossa família, que não precisa ser de sangue. Tem o ambulatório, os grupos, tem todas relações de amizade (Registrado em 17 de agosto de 2018).

Refletir o sentido das relações afetivas, para além de adotar um aporte teórico sobre família, sexualidade e gênero, sobrepõe-se aspectos relativos à crítica feminista do âmbito doméstico como lugar de opressão aos sujeitos da sua esfera interna. A partir dessa lógica, que indaga a fragmentação entre as esferas público e privada, amplia-se a noção de vínculos familiares, considerando as famílias de destino. Ou seja, os laços relacionais de afeto que não se encerram na família de origem. Nesse segmento, também a conjugalidade não pode se limitar a ser associada só com matrimônio formal, pois a relacionabilidade afetivo-sexual-amorosa, é complexa e extrapola a noção de conjugalidade oficializada em um modelo unívoco de casamento, estritamente monogâmico.

Na relacionabilidade dos laços afetivos, fermenta-se substancias que fazem a família aparecer na relação com a memória e temporalidade, em uma estrutura e interação de um jogo complexificado que não se essencializa na ordem biológica naturalizada. Igualmente, novas formas para externar a conjugalidade nas relações afetivas não se restringem a vínculos sexuais.

Esses sentidos, incorporados a partir das narrativas e percepções ao longo desse trabalho, demonstram que há diversas chaves de apoio que podem florescer nos relacionamentos afetivos na intimidade das pessoas trans, cujos modelos de conjugalidade e de parentalidade são ressignificados. No entanto, é imprescindível considerar que se tais formas de relacionamento não estiverem profundamente entrelaçadas com um projeto – econômico e político – de sociedade equânime, elas podem não ser bem sucedidas e até intensificar a cultura da reprodução da violência. Dessa maneira, não reside aqui uma tentativa subjacente de reprivatizar a solução da *transfobia* debruçada sobre os laços afetivos. A construção e efetivação

de um novo projeto de sociedade – que não seja discriminatória –, não é um processo que encerra na individualidade – dos corpos, dos lares e dos pares, mas, sim, na coletividade, em um trabalho programado de base social auto-organizada e autônoma entre os sujeitos que ocupam hoje múltiplas faces de performatividades subalternas e abjetas. De todo modo, é certo que as relações afetivas não deixam de ocupar um papel primordial nesta dinâmica, pois conforme Segato (2010) propõe, é mediante a compreensão da esfera da intimidade que será possível desmontar e transformar a violência societária em uma escalada desde os níveis microscópicos até os níveis macroscópicos.

Os sentidos da *transfobia* levam a aprendizagens sobre o que pode ser considerado como família, endossando a diversidade das performatividades afetivas, questionando se a família é aquele arranjo por onde a pessoa chegou ao mundo ou se é aquela que realmente entende e acolhe. É necessária a desconstrução da ideia de relações familiares monolíticas (em um mesmo núcleo onde há rejeição, também podem ter aliados) e também de relações conjugais monossexuadas (monogâmicas e unívocas na orientação afetivo-sexual). Há fissuras acontecendo e isso mostra o potencial político, de quebrar com a invenção da fronteira do privado e do público. Isso leva a alianças estratégicas, que também podem ter ambiguidades e reprodução de desigualdades. Mas o fato é que existem possibilidades de laços afetivos e alianças políticas a partir de lugares estabelecidos, mas que podem ter recuos e avanços estratégicos em resposta a *transfobia*.

À luz das reflexões de Grimm, é preciso olhar com atenção ao fato de que:

Cruzar as fronteiras do que é considerado correto ao gênero que nos assignaram quando nascemos, implica abrir-se ao risco de passar por um *continuum* de violências. Há, no entanto, também toda uma gama de prazeres que se experimentam no próprio gesto de transviar nossas corpos dos roteiros socialmente estabelecidos para demarcar lhes “destinos” (GRIMM, 2015, p. 70).

A partir das dissidências, é necessário demarcar a “potência das resistências dos corpos e identidades de gênero inconformes” (VERGUEIRO, 2015, p. 46).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Guilherme. 'Homens trans': Novos matizes na aquarela das masculinidades?. **Revista Estudos Feministas**, n. 20, vol. 2, p. 513-523, mai./ago., 2012.

ALMEIDA, Guilherme; MURTA, Daniela. Reflexões sobre a possibilidade da despatologização da transexualidade e a necessidade da assistência integral à saúde de transexuais no Brasil, **Sexualidad, salud y sociedade: Revista Latinoamericana**, n. 14, p. 380-407, ago., 2013.

BADINTER, Elizabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BALZER, Carsten; LaGATA, CARLA. **Mais de 2.000 pessoas trans assassinadas nos últimos 8 anos**. Germany: Transgender Europe (TGEU), 2016. Disponível em: http://transrespect.org/wpcontent/uploads/2016/03/TvT_TMM_TDoV2016_PR_PT.pdf. Acesso em: 28 set. 2016.

BECKER, Howard. **Segredos e truques da pesquisa**. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BENEVIDES, Bruna; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (Orgs.). **Dossiê: Assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018**. Associação Nacional de Travestis e Transexuais Do Brasil (ANTRA). Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE). Brasil: 2019.

BENTO, Berenice. Transexuais, corpos e próteses. **Labrys Estudos Feministas**, n. 4, ago./dez., 2003. Disponível em: <http://www.labrys.net.br/labrys4/textos/berenice1.htm>. Acesso em: 06 set. 2018.

_____. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

_____. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

_____. Apresentação. In: COLLING, Leandro. **Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer**. Salvador: EDUFBA, 2015.

BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 20, n. 2, p. 569-581, mai./ago. 2012.

BENTO, Cida. **Uma discussão sobre preconceito**. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade (CEERT), 2018. Disponível em: <https://www.ceert.org.br/noticias/direitos-humanos/16487/uma-discussao-sobre-preconceito>. Acesso em: 15 ago. 2018.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres. **Lei nº11.340 de 7 de agosto de 2006**. Lei Maria da Penha. Brasília: Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, 2006a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm . Acesso em: 22 dez. 2015.

_____. **Relatório sobre violência homofóbica no Brasil**: ano de 2012. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2012. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/pdf/relatorio-violencia-homofobica-ano-2012>. Acesso em: 28 set. 2016.

_____. Presidência da República. **Lei n. 13.104**, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondo. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm. Acesso em: 2 set. 2016.

_____. **Relatório sobre violência homofóbica no Brasil**: ano de 2013. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2016. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/dados-estatisticos/Relatorio2013.pdf>. Acesso em: 28 set. 2016.

BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo"*. In: LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. **Cuerpos que importam**: sobre los limites materiales y discursivos del "sexo". Buenos Aires: Paidós, 2002.

_____. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. Desdiagnosticando o gênero. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 95-126, abr. 2009.

CARDOZO, Adriana. Notas de um estudo com travestis e suas famílias na cidade de Florianópolis/SC. **Sexualidade, gênero e sociedade**, Rio de Janeiro, ano 8, n. 27, p. 1-9, dez. 2006.

_____. Performatividades de gênero, performatividades de parentesco: notas de estudo com travestis e suas famílias na cidade de Florianópolis – SC. In: GROSSI, Miriam; UZIEL, Anna Paula; MELLO, Luiz (Orgs). **Conjugalidades, Parentalidades e Identidades Lésbicas, Gays e Travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

CARSTEN, Janet. A matéria do parentesco. **R@U - Revista de Antropologia da UFSCAR**, São Paulo, ano 6, n. 2, p. 103-118, jul./dez., 2014.

CARVALHO, Jade Mariam. **O sexo e as mulheres trans**. Conferência sobre Políticas Institucionais de combate às violências contra as mulheres na UFPB. II Seminário Mulheres e Universidade: João Pessoa, 2018.

CASTRO, Rosângela de Barros. **Amor e ódio em relações 'conjugays'**. In: GROSSI, Miriam; UZIEL, Anna Paula; MELLO, Luiz (Orgs). **Conjugalidades, Parentalidades e Identidades Lésbicas, Gays e Travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

CAVALCANTI, V. R. S.; GOMES, G. E. B. C. Violência(s) portas adentro: categorias relacionais como gênero e famílias em foco interdisciplinar. In: BASTOS, A. C.; MOREIRA, L. V.; PETRINI, G.; ALCÂNTARA, M. A. (Orgs.). **Família no Brasil: Recurso para a pessoa e sociedade**. Curitiba: Juruá, 2015, pp.313-338.

CAZARRÉ, Marieta. **Com 600 mortes em seis anos, Brasil é o que mais mata travestis e transexuais**. Brasília: Agência Brasil, 2015. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-11/com-600-mortes-em-seis-anos-brasil-e-o-que-mais-mata-travestis-e>. Acesso em: 27 set. 2016.

COULTHARD, Malcom. **Linguagem e sexo**. São Paulo: Editora Ática, 1991.

CRETTEZ, Xavier. **As formas de Violência**. São Paulo: Loyola, 2011.

EFREM FILHO, Roberto Cordoville de Lima. **Mata-mata**: reciprocidades constitutivas entre classe, gênero, sexualidade e território. (Tese de doutorado). Universidade Estadual de Campinas (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas): Campinas, 2017.

FACCHINI, Regina. Movimento Homossexual no Brasil: recompondo um histórico, **Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth**, São Paulo, v.10, n.18/19, 2003.

FILHO, Mamede. **A brasileira que virou símbolo LGBT e cujo assassinato levou a novas leis em Portugal**. Lisboa: BBC Brasil, 2016. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/02/160218_brasileira_lgbt_portugal_mf. Acesso em: 03 set. 2018.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

GALEANO, Eduardo. **El libro de los abrazos**. Madrid: Siglo XXI, 1989.

GREGORI, Juciane de. Feminismos e resistência: trajetória histórica da luta política para conquista de direitos. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v.30, n. 2, Jul./Dez. 2017.

GRIMM, Raíssa Éris Cabral. **Abrindo os códigos do tesão**: encantamentos de resistência entre o trans-feminismo pós-pornográfico. (Tese de Doutorado).

Universidade Federal de Santa Catarina (Centro de Filosofia e Ciências Humanas): Florianópolis, 2015.

GROSSI, Miriam; UZIEL, Anna Paula; MELLO, Luiz (Orgs). **Conjugalidades, Parentalidades e Identidades Lésbicas, Gays e Travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

HEILBORN, Maria Luiza. **Dois é par**: gênero e identidade sexual em contexto igualitário. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

LANZ, Letícia. Ser uma pessoa transgênera é ser um não-ser. **Periódicus**, Salvador, n. 5, vol. 1, p. 205-220, mai./out. 2016.

LEAL, Andréa Fachel. Práticas sexuais no contexto da conjugalidade: o que implica a intimidade?. *In*: HEILBORN, Maria Luiza *et al.* **Sexualidade, Família e Ethos Religioso**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

LEÓN, Adriano. No embalo da suingueira: o uso da etnocartografia na investigação das redes sociais. **Política & Trabalho** - Revista de Ciências Sociais, João Pessoa, n.42, p. 237-254, jan./jun. 2015.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer – uma política pós-identitária para a educação. **Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 9, p. 541-553, jul./dez. 2001.

MARANHÃO FILHO, Eduardo Meinberg de Albuquerque. “Inclusão” de travestis e transexuais através do nome social e mudança de prenome: diálogos iniciais com Karen Schwach e outras fontes. **Oralidades**, São Paulo, ano 6, n. 11, p. 89-116, jan./jul. 2012.

MARINS, Camila. “Nossa luta contra a *transfobia* não se resume a um único dia de visibilidade”, diz Indianara Siqueira. **Brasil de Fato**, 29 jan. 2015. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/node/31192/>. Acesso em: 27 set. 2016.

MELLO, Luiz. **Novas famílias**: conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.) **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1999.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, n. 21, p. 150-182, jan./jun. 2009.

_____. **Teoria queer**: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

MOIRA, Amara Rodvalho. O cis pelo trans. **Estudos Feministas**, n.25, vol.1, p. 365-373, jan./abr. 2017.

MOTA, Jéssica. *Transfobia: um tapa na cara*. **Revista CartaCapital**, 15 nov. 2015. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/um-tapa-na-cara-5322.html>. Acesso em: 27 set. 2016.

NEPOMUCENO, Margarete. **A película do desejo**: a subversão das identidades queers no cinema de Pedro Almodóvar. (Tese de Doutorado). Universidade Federal da Paraíba (Centro de Ciências Sociais, Humanas, Letras e Artes): Paraíba, 2010.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **O diabo em forma de gente**: (R)Existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação. (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Paraná (Centro de Ciências Humanas e Educação): Curitiba, 2017.

OTERO, Luis Manuel Rodríguez; FERNÁNDEZ, Maria Victoria Carrera; FERNÁNDEZ, María Lameiras; CASTRO, Yolanda Rodríguez. Violencia em parejas transexuales, transgénero e intersexuales: una revisión bibliográfica. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 24, n. 3, p. 914-935, 2015.

PELÚCIO, Larissa. Três casamentos e algumas reflexões: notas sobre conjugalidade envolvendo travestis que se prostituem. **Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 14, vol. 2, p. 522-534, mai./ago. 2006.

_____. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer. **Contemporânea** – Revista de Sociologia da UFSCar, São Carlos, v. 2, n. 2, p. 395-418, jul./dez. 2012.

PERUCCHI, Juliana; BRANDÃO, Brune Coelho; VIEIRA, Hortênsia Isabela dos Santos. Aspectos psicossociais da homofobia intrafamiliar e saúde de jovens lésbicas e gays. **Estudos de Psicologia**, Juiz de Fora, ano 19, n. 1, p. 67-76, jan./mar. 2014.

PISCITELLI, Adriana. Violências e afetos: intercâmbios sexuais e econômicos na (recente) produção antropológica realizada no Brasil. **Cadernos Pagu**, São Paulo, n. 42, p.159-199, jan./jun. 2014.

PORTO, Maria Stela Grossi. **Sociologia da violência**: do conceito às representações sociais. Brasília: Verbaná Editora, 2010.

PRECIADO, Beatriz Paul. **Manifesto contra-sexual**: prácticas subversivas de identidade sexual. Madrid: Opera Prima, 2002.

RAMOS, Emerson Erivan de Araújo; SOUSA, Eduardo Sérgio Soares. Transfeminicídios na Paraíba: breve análise dos relatórios de homicídios contra LGBT's de 2011 a 2014. *In*: SOUSA, Eduardo Sérgio Soares; VIANA, Alba Jean Batista (Orgs.). **Feminicídios de paraibanas**: estudos dos assassinatos de pessoas por questões de gêneros. João Pessoa: Ideia, 2016.

SALIN, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer**. Trad.: Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2015.

SCHPUN, Mônica Raisa (Org). **Masculinidades**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

SCHULMAN, Sarah. Familial homophobia: an experience in search of recognition. *In: Ties that Bind: Familial Homophobia and Its Consequences*. New York: The New Press, 2009.

SEGATO, Rita Laura. **Las estructuras elementales de la violencia**: ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos. 2. ed. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2010.

SINGLY, François de. **Sociologia da Família Contemporânea**. Trad. Clarice Ehlers Peixoto. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

TORRES, Anália. **Amores e desamores** – para uma análise sociológica das relações afetivas. 1987.

VERGUEIRO, Viviane Simakawa. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. (Tese de Mestrado). Universidade Federal da Bahia (Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos): Salvador, 2015.

WALKER, Leonor. **A mulher agredida**. Nova York: Harper & Row, 1979.

ZAMBONI, Marcela Lucena. **“Quem acreditou no amor, no sorriso, na flor”**: a confiança nas relações amorosas. (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco (Centro de Filosofia e Ciências Humanas): Recife, 2009.

ANEXOS

ANEXO 1 – PLANO DE AÇÃO DA OFICINA “DIÁLOGOS SOBRE *TRANSFOBIA*: DA REFLEXÃO À TRANS-FORMAÇÃO”

Título da Oficina:

“DIÁLOGOS SOBRE *TRANSFOBIA*: DA REFLEXÃO À TRANS-FORMAÇÃO”

Resumo da Proposta:

O Brasil é o país que mais mata pessoas trans no mundo (CAZARRÉ, 2015; MARINS, 2015; MOTA, 2015). De acordo com o levantamento realizado pela organização não governamental *Transgender Europe* (TGEU) é possível verificar que entre janeiro de 2008 e dezembro de 2015, dos 2.016 homicídios de pessoas trans reportados em 65 países de todo o mundo, 802 foram contabilizados no território brasileiro, o qual ocupa primeiro lugar no ranking de países transfóbicos, representando 54% do total de casos registrados em toda a América Central e do Sul (BALZER; LaGATA, 2016). A situação é tão grave que a expectativa de vida de uma pessoa trans brasileira não ultrapassa os 35 anos de idade (CAZARRÉ, 2015).

O Relatório sobre Homofobia no Brasil (BRASIL, 2012), produzido pelo governo federal com base no balanço semestral das denúncias recebidas no Disque Direitos Humanos (Disque 100) aponta que no ano de 2012, constatou-se 3.084 registros, havendo um aumento de 166,09% em relação ao ano anterior nos crimes por motivações de gênero ou orientação sexual, sendo possível verificar que 51,86% dessas vítimas eram travestis. Dados deste mesmo documento, referentes ao ano de 2013 e publicados em 2016, indicam queda de 44% no quantitativo de casos de homofobia no Brasil (BRASIL, 2016). No entanto, mesmo havendo uma falta de acuidade nos relatos sobre as identidades de gênero das vítimas, a qual reflete na frequente invisibilidade dos casos de violência transfóbica, nota-se que essas situações persistem, sendo que 26,2% delas apresentaram trans como vítimas (BRASIL, 2016).

Esses episódios, presentes em toda sociedade brasileira, trazem no seu bojo a *transfobia*, a qual se exterioriza por reiteradas opressões contra pessoas trans a ponto de fazer com que muitas tenham a prostituição como única opção de

sobrevivência, vindo a se tornarem vulneráveis a vários tipos específicos de violência (BRASIL, 2016). No território da Paraíba, esta realidade não difere, por vezes aparecendo de modo até mais acentuado.

Caracterizando atos de preconceito e discriminação, as violências transfóbicas afetam gravemente a saúde da vítima em suas distintas áreas vitais, podendo se manifestar de diferentes formas. Envolvendo represálias simbólicas, psicológicas e físicas, fomentam práticas que se elevam de discursos de ódio até ao extremo de crimes de morte motivados pela intolerância à diversidade sexual.

Reproduzindo-se num sistema onde impera a heteronormatividade, a sexualidade aparece no presente contexto de maneira hierarquizada, essencializada, monocentrada e binária. Essa estrutura, que tem em sua base aspectos culturais, políticos e econômicos, ancora-se em normas de gênero, sendo impostas através de regras, leis, interdições e punições, sobre as quais se regulam comportamentos, causando a marginalização e integibilidade de determinados corpos (BENTO, 2008). Como reflexo disso, a vida das pessoas trans, carrega manchas de sangue e um histórico de múltiplas retaliações perpetradas contra elas. A *transfobia*, mecanismo cotidiano de exclusão que designa os sujeitos em pauta como inferiores, se entrelaça com desigualdades de raça e classe e se configura como um fenômeno complexo e multifacetado, o qual não se encerra na individualidade, haja vista que se processa na dinâmica das relações (PERUCCHI, BRANDÃO e VIEIRA, 2014).

Diante dessa problemática, desde a década de 90 que a comunidade transexual brasileira busca afirmação e garantia dos seus direitos, questionando a compreensão universalizante da sexualidade da humanidade, que reverbera no controle e poder dos saberes médico e jurídico (BENTO, 2008). Todavia, essas demandas ainda caminham a passos lentos, de modo que mergulhar nesse debate é uma tarefa emergente na academia, pois como reitera Bento (2008), enquanto a heteronormatividade não for questionada, continuarão sendo produzidos seres abjetos.

Como agravante dessa dinâmica, na conjuntura atual do Brasil, após um novo golpe de Estado, uma onda conservadora vem avançando e ameaçando ainda mais a conquista e garantia de direitos humanos para essa população, o que exige uma articulação e reflexão nos mais diversos campos sociais, especialmente tratando-se

do espaço acadêmico, o qual ainda se mantém muito distante de compreender as nuances da identidade trans.

Nessa perspectiva, como o evento em pauta, afigura-se como uma excelente oportunidade para dialogar nessa ótica, essa proposta de oficina tem como objetivos: dar visibilidade à identidade trans no âmbito acadêmico; refletir sobre a *transfobia* no contexto do Brasil e da Paraíba; construir um debate que estimule a despatologização do gênero, proporcionando informação e saindo para o campo da ação. Para tanto, através da interação entre seus participantes, a atividade será organizada em um primeiro momento num viés de reflexão e posteriormente será realizada uma breve ação prática interventiva no campus onde ocorre. Para viabilizar essa oficina, além da estrutura de uma sala de aula, serão necessários materiais informativos, os quais serão disponibilizados pelo Espaço LGBT, através da proponente que atua junto à referida instituição.

A oficina será desdobrada de acordo com o seguinte plano de ação:

1. Apresentação: Inicialmente, os participantes serão convidados a se apresentar, contando um pouco sobre si (local de onde vieram, curso, se possuem vínculo com alguma instituição...) e quais as motivações que os levaram a se inscrever para a atividade. Caso o número de pessoas presentes for inferior a dez, para estimular o debate, serão utilizadas imagens reflexivas referentes à temática trans (dados estatísticos, gráficos e tirinhas), onde a pessoa além de se apresentar, poderá escolher uma das imagens e comentar sua opinião a respeito. Caso esse material não for utilizado para dinâmica de apresentação, ele ficará exposto na sala onde ocorre a oficina.

Duração: 45 a 60 minutos.

2. Trans-Dialogando: O momento seguinte terá como foco a fala de pessoas trans que serão convidadas a participar dando seus depoimentos e respondendo a questão: “como é ser uma pessoa trans em um país transfóbico como o Brasil?”. Além de duas mulheres trans que estão como proponentes dessa atividade, também serão convidadas outras pessoas transgêneros para fomentar o debate e expor a

realidade de quem enfrenta o preconceito e a discriminação no seu cotidiano. A ideia é construir uma roda de diálogo que interaja com os participantes.

Duração: 120 minutos.

3. Da reflexão à Trans-Formação: Após um breve intervalo, para finalizar a atividade, os participantes serão convidados a fazer uma ação interventiva de pesquisa no campus, objetivando compartilhar a aprendizagem obtida na oficina, bem como levar para além do espaço de debate o combate a *transfobia*. De modo individual ou em duplas, os membros deverão buscar alguma pessoa que estiver pelo campus, explicar que estão desenvolvendo uma atividade no evento Desfazendo Gênero e lançar o questionamento: “você sabe o que é *transfobia*?”. Serão disponibilizados materiais informativos para que o participante possa comentar sobre o tema e entregar para a pessoa entrevistada. Para encerrar, após coletar as respostas, os participantes voltam para sala para contar o que ouviram e compartilhar com o grande grupo. As anotações referentes às respostas dessa pesquisa realizada na oficina serão arquivadas e repassadas para as pessoas participantes, para que possam ser utilizadas como base de dados de trabalhos posteriores, bem como para reflexão sobre possíveis estratégias de combate e enfrentamento a *transfobia*.

Duração: 60 minutos.

REFERÊNCIAS

BALZER, Carsten; LaGATA, CARLA. **Mais de 2.000 pessoas trans assassinadas nos últimos 8 anos**. Germany: Transgender Europe (TGEU), 2016. Disponível em: http://transrespect.org/wpcontent/uploads/2016/03/TvT_TMM_TDoV2016_PR_PT.pdf. Acesso em: 28 set. 2016.

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BRASIL. **Relatório sobre violência homofóbica no Brasil**: ano de 2012. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2012. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/pdf/relatorio-violencia-homofobica-ano-2012>. Acesso em: 28 set. 2016.

_____. **Relatório sobre violência homofóbica no Brasil**: ano de 2013. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2016. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/dados-estatisticos/Relatorio2013.pdf>. Acesso em: 28 set. 2016.

CAZARRÉ, Marieta. **Com 600 mortes em seis anos, Brasil é o que mais mata travestis e transexuais**. Brasília: Agência Brasil, 2015. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-11/com-600-mortes-em-seis-anos-brasil-e-o-que-mais-mata-travestis-e>. Acesso em: 27 set. 2016.

MARINS, Camila. “Nossa luta contra a *transfobia* não se resume a um único dia de visibilidade”, diz Indianara Siqueira. **Brasil de Fato**, 29 jan. 2015. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/node/31192/>. Acesso em: 27 set. 2016.

MOTA, Jéssica. *Transfobia*: um tapa na cara. **Revista CartaCapital**, 15 nov. 2015. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/um-tapa-na-cara-5322.html>. Acesso em: 27 set. 2016.

PERUCCHI, Juliana; BRANDÃO, Brune Coelho; VIEIRA, Hortênsia Isabela dos Santos. Aspectos psicossociais da homofobia intrafamiliar e saúde de jovens lésbicas e gays. **Estudos de Psicologia**, Juiz de Fora, ano 19, n. 1, p. 67-76, jan./mar. 2014.

ANEXO 2 – PLANO DE AÇÃO DA RODA DE DIÁLOGOS “SER-TRANS E (R)EXISTIR: NOME SOCIAL E OS DESAFIOS DO PROCESSO DE TRANSIÇÃO”

TRANS-DIALOGANDO:

CICLO DE DIÁLOGOS SOBRE *TRANSFOBIA* NAS RELAÇÕES AFETIVAS

Rodas de conversa destinadas para pessoas trans ou que fazem parte do círculo de convivência de pessoas trans

1º Encontro:

Ser-Trans e (R)Existir: nome social e os desafios do processo de transição

Convidada: Transexual Agente de Direitos Humanos do Espaço LGBT

Dia: 20/07/2018, início: 14 horas, local: Espaço LGBT.

1) Abertura:

Apresentação da proposta de atividade e dos objetivos do projeto de pesquisa do mestrado, bem como da realização da presente ação.

Apresentação da convidada e co-coordenadora da atividade. Será apresentado o nome, função e razões pelas quais a pessoa foi convidada para fazer participação na presente ação;

Apresentação da co-coordenadora - usuária do Espaço LGBT.

2) Apresentação dos participantes:

Dinâmica de Apresentação: Conhecendo a si e se reconhecendo no grupo

Funcionamento: Cada participante será convidada a dizer seu nome, idade, falar das motivações que a levaram estar presente na atividade.

Em seguida irá retirar de uma caixinha, um chocolate que terá um número de 1 a 15. Esse número retirado será correspondente a uma questão que estará numa lista com as coordenadoras da atividade. A participante terá que responder a questão sorteada. Lista de perguntas:

1. Em um relacionamento amoroso, o que você acha que não pode faltar?
2. Quais qualidades você considera importantes nas suas amizades?
3. O que você mais gosta de fazer nas horas de folga?
4. Você tem religião?

5. Se você pudesse mudar algo no mundo, o que escolheria?
6. No lugar onde você mora, o que você mudaria?
7. Quais são suas maiores qualidades?
8. Quais são seus maiores defeitos?
9. Quando você tem um problema, tem alguém com quem você pode contar?
10. Como é o seu relacionamento com a sua família?
11. Você utiliza o nome social nos seus documentos? Como foi esse processo?
12. Se você fosse assumir a presidência do Brasil, o que faria pelas pessoas trans?
13. Como você se imagina daqui a 10 anos?
14. Se você recebesse agora uma notícia boa, para quem você correria contar?
15. Como você gosta de se divertir?

3) Exposição de um vídeo sobre o tema do encontro.

4) Exposição da participação convidada:

Nesse momento a participante será convidada a expor sua reflexão acerca do tema do encontro.

5) Trans-dialogando:

Espaço onde será aberta a roda de diálogos para interação e debate entre as pessoas participantes.

6) Encerramento seguido de um coffe break.

ANEXO 3 – PLANO DE AÇÃO DA RODA DE DIÁLOGOS “PESSOAS TRANS E RELIGIOSIDADE”

TRANS-DIALOGANDO:

CICLO DE DIÁLOGOS SOBRE *TRANSFOBIA* NAS RELAÇÕES AFETIVAS

Rodas de conversa destinadas para pessoas trans ou que fazem parte do círculo de convivência de pessoas trans

2º Encontro:

Pessoas Trans e Religiosidade

Convidadas: Transexuais usuárias do Espaço LGBT, sendo uma delas graduada Filosofia

Dia: 03/08/2018, início: 14 horas, local: Espaço LGBT.

1) Abertura:

Apresentação da proposta de atividade e dos objetivos do projeto de pesquisa do mestrado, bem como da realização da presente ação.

Apresentação das convidadas, que também serão co-coordenadoras da atividade. Será apresentado o nome, função e razões pelas quais as pessoas foram convidadas para fazer participação na presente ação.

2) Apresentação dos participantes:

Dinâmica de Apresentação: “Que Brasil você quer para o futuro...?”

Em um ano que se aproxima do momento das eleições, o Brasil tem vivenciado um período de crises política e econômica, apresentando a crescente discussão acerca dos projetos políticos e propostas de ações que estão em disputa nesse território. Em todas as esferas, o assunto é trazido, principalmente na mídia. Recentemente tornou-se popularizado um quadro chamado “*Que Brasil você quer para o futuro?*”, apresentado em uma das maiores televisões de concessão pública no país, onde as pessoas poderiam enviar seu⁶⁵s vídeos, em formato de autorretrato (o que hoje é conhecido como “selfie”), com o máximo de 15 segundos, explanando quais os desejos a pessoa tem para o futuro.

⁶⁵ Ver mais em: <http://g1.globo.com/o-brasil-que-eu-quero/>

Inspirada de forma sátira a essa proposta, a dinâmica de apresentação propõe que cada pessoa se apresente, diga de onde fala e quais as razões a levou a participar do encontro e em seguida cada participante responderá a questão: “*Que Brasil você quer para o futuro...?*”.

3) Exposição da participação convidada:

Nesse momento as participantes serão convidadas a expor suas reflexões acerca do tema do encontro.

4) Trans-dialogando:

Espaço onde será aberta a roda de diálogos para interação e debate entre as pessoas participantes.

5) Encerramento seguido de um coffe break.

ANEXO 4 – PLANO DE AÇÃO DA RODA DE DIÁLOGOS “SAÚDE INTEGRAL E ENFRENTAMENTO À TRANSFOBIA”

TRANS-DIALOGANDO:

CICLO DE DIÁLOGOS SOBRE TRANSFOBIA NAS RELAÇÕES AFETIVAS

Rodas de conversa destinadas para pessoas trans ou que fazem parte do círculo de convivência de pessoas trans

3º Encontro:

Saúde Integral e Enfrentamento à Transfobia

Convidada: Transexual profissional do Ambulatório TT da Paraíba

Dia: 17/08/2018, início: 14 horas, local: Espaço LGBT.

1) Abertura:

Apresentação da proposta de atividade e dos objetivos do projeto de pesquisa do mestrado, bem como da realização da presente ação.

Apresentação da convidada, que juntamente com elas serão co-coordenadoras da atividade. Será apresentado o nome, função e razões pelas quais a pessoa foi convidada para fazer participação na presente ação.

2) Apresentação dos participantes:

Dinâmica de Apresentação com Imagens

Serão colocadas no centro da roda um conjunto de imagens, protagonizadas por pessoas trans e retratando temáticas relacionadas com esta população. Cada participante deve se apresentar, dizer por quais motivações está participando da roda e em seguida escolher uma das gravuras, expressando o motivo da escolha e de que forma se identifica com aquela imagem.

3) Vídeo

Será apresentado um vídeo sobre o serviço ofertado pelo Ambulatório de Saúde Integral de Travestis e Transexuais da Paraíba (Ambulatório TT).

4) Exposição da participação convidada:

Nesse momento a pessoa convidada irá expor suas reflexões acerca do tema do encontro.

5) Trans-dialogando:

Espaço onde será aberta a roda de diálogos para interação e debate entre todas as pessoas participantes.

6) Encerramento seguido de um coffe break.

ANEXO 5 – PLANO DE AÇÃO DA RODA DE DIÁLOGOS “TRANSFOBIA NAS RELAÇÕES FAMILIARES: ONDE BUSCAR APOIO?”

TRANS-DIALOGANDO:

CICLO DE DIÁLOGOS SOBRE TRANSFOBIA NAS RELAÇÕES AFETIVAS

Rodas de conversa destinadas para pessoas trans ou que fazem parte do círculo de convivência de pessoas trans

4º Encontro:

Transfobia nas relações familiares: onde buscar apoio?

Dia: 14/09/2018, início: 14 horas, local: Espaço LGBT.

1) Abertura:

Apresentação da proposta de atividade e dos objetivos do projeto de pesquisa do mestrado, bem como da realização da presente ação.

Apresentação das pessoas convidadas, que também serão co-coordenadoras da atividade. Será apresentado o nome, função e razões pelas quais as pessoas foram convidadas para fazer participação na presente ação.

2) Apresentação dos participantes:

Dinâmica de Apresentação: Passando o Coração

A dinâmica inicia com uma das coordenadoras explicando a finalidade desse momento, que consiste em uma acolhida, onde cada pessoa pode se apresentar dizendo seu nome, idade e motivos pelos quais está participando do encontro. Para ter o direito à fala, as pessoas irão passando um papel com um recorte de um coração, o qual simboliza não só o tema das relações afetivas familiares, mas também todos os vínculos de amor e amizade que podem ser considerados como laço de família. Além de se apresentar, a pessoa será convidada a relatar um fato que foi marcante durante a sua vida e que, preferencialmente, tenha relação com o tema do encontro. Cada participante, ao encerrar a sua fala, escolhe a quem deseja passar o coração para seguir a apresentação.

3) Exposição da participação convidada:

Nesse momento as pessoas convidadas irão expor suas reflexões acerca do tema do encontro.

4) Trans-dialogando:

Espaço onde será aberta a roda de diálogos para interação e debate entre as pessoas participantes.

5) Encerramento seguido de um coffe break.

ANEXO 6 – PLANO DE AÇÃO DA RODA DE DIÁLOGOS “O AMOR É A RESPOSTA: UM ALERTA CONTRA A TRANSFOBIA”

TRANS-DIALOGANDO:

CICLO DE DIÁLOGOS SOBRE TRANSFOBIA NAS RELAÇÕES AFETIVAS

Rodas de conversa destinadas para pessoas trans ou que fazem parte do círculo de convivência de pessoas trans

5º Encontro:

O amor é a resposta: um alerta contra a Transfobia

Dia: 28/09/2018, início: 14 horas, local: Espaço LGBT.

1) Abertura:

Apresentação da proposta de atividade e dos objetivos do projeto de pesquisa do mestrado, bem como da realização da presente ação.

Apresentação das pessoas convidadas, que também serão co-coordenadoras da atividade. Será apresentado o nome, função e razões pelas quais as pessoas foram convidadas para fazer participação na presente ação.

2) Apresentação dos participantes:

Cada participante é convidado para se apresentar e compartilhar as motivações que o levaram a estar presente no encontro.

3) Exposição da participação convidada:

Nesse momento as pessoas convidadas irão expor suas reflexões acerca do tema do encontro. Será iniciado com a apresentação elaborada por uma das convidadas que irá compartilhar trechos literários de autoria de Cassandra Rios, retirados do livro intitulado “Georgette”, publicado em 1956, o qual narra uma história protagonizada por uma mulher trans. Em seguida, será exibido um vídeo musical, de origem Tailandesa, produzido na década de 2000 e que, mesmo em outro contexto, expõe de forma áudio visual história semelhante aquela vivenciada por “Georgette”.

A continuidade será com a contribuição da outra convidada, que fará uma explanação sobre a rede de atendimento às pessoas trans que passam por violência

nas relações afetivas, orientando os melhores encaminhamentos para enfrentar tais situações no âmbito jurídico.

4) Trans-dialogando:

Espaço onde será aberta a roda de diálogos para interação e debate entre as pessoas participantes.

5) Encerramento seguido de um coffe break.